



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Percursos do amor e do feminino na revista *Era Nova*: Paraíba dos anos 1920

Alzira de Cássia da Silva Rodrigues

Orientadora: Prof^a Dr^a Telma Dias Fernandes
Linha de Pesquisa: Ensino de História e Saberes Históricos

JOÃO PESSOA – PB
JULHO – 2014

**PERCURSOS DO AMOR E DO FEMININO NA REVISTA *ERA NOVA*: PARAÍBA
DOS ANOS 1920**

Alzira de Cássia da Silva Rodrigues

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para a obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História e Cultura Histórica.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Telma Dias Fernandes

Linha de Pesquisa: Ensino de História e Saberes Históricos

JOÃO PESSOA – PB

JULHO – 2014

R696p Rodrigues, Alzira de Cássia da Silva.
Percursos do amor e do feminino na Revista Era
Nova: Paraíba dos anos 1920 / Alzira de Cássia da Silva
Rodrigues.- João Pessoa, 2014.
125f. : il.
Orientadora: Telma Dias Fernandes
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA
1. Historiografia. 2. História e cultura histórica. 3.
Ensino de história. 4. Amor. 5. Era Nova. 6. Identidades
de gênero.

UFPB/BC

CDU: 930.2(043)

**PERCURSOS DO AMOR E DO FEMININO NA REVISTA *ERA NOVA*: PARAÍBA
DOS ANOS 1920**

Alzira de Cássia da Silva Rodrigues

Dissertação de Mestrado avaliada em ____/____/____ com conceito _____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Telma Cristina Delgado Dias Fernandes

Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Orientadora

Prof^a Dr^a Alômia Abrantes da Silva

Universidade Estadual da Paraíba
Examinadora Externa

Prof^a Dr^a Cláudia Engler Cury

Universidade Federal da Paraíba
Examinadora Interna

Prof^a Dr^a Elisa Mariana Medeiros da Nóbrega

Universidade Estadual da Paraíba
Suplente Externo

Prof^a Dr^a Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano

Universidade Federal da Paraíba
Suplente Interno

As verdades do amor são, portanto, múltiplas. Nenhuma delas pode dizer o que é essencialmente o amor. O que pode acontecer – e de fato acontece – é que elegemos sempre uma ou outra descrição tendo em vista o que julgamos mais desejável para nossas vidas. Isto é, o amor não se impõe a nós por força de sua intrínseca vontade, mas pelo valor que atribuímos a um de seus constituintes.
(COSTA, 1998, p. 165)

AGRADECIMENTOS

A Deus acima de todos.

À Dr^a. Telma D. Fernandes por partilhar seu vasto conhecimento, por toda a atenção com este trabalho, pelas certas interferências e por respeitar as particularidades da minha escrita. Agradeço, sobretudo, a acolhida, o carinho e cuidados comigo.

À Dr^a. Alômia Abrantes que me inspirou a tecer minhas próprias histórias.

À Dr^a. Cláudia Cury que acompanhou o crescimento deste trabalho e o enriqueceu com outro olhar sobre o tema.

Aos docentes do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba pelo genuíno interesse em contribuir no engrandecimento de nossas pesquisas, pelos incentivos e todas as discussões teóricas e de vida.

Aos(as) funcionários(as) da Fundação Casa José Américo e do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP).

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por financiar esta pesquisa.

À Jailto Filho por me auxiliar na correção gramatical do texto dissertativo. Qualquer erro que permaneça é de minha total responsabilidade.

Aos meus pais, José e Maria, pelo amor incondicional. Agradeço tudo o que sou e tenho. Para sempre!

Aos meus irmãos, Paulo e Tássio, e minhas sobrinhas, Thayssa e Inamara, que alegram meus dias.

À Jailson por me ensinar outro tipo de amor.

À Marcio por estar sempre disposto a ouvir, em telefonemas “fora de hora”, minhas novas ideias e velhas inquietações.

À Luzienni, Suênya, Samara, Sabrina, Keliane, Cristina, Cristiane, Betsyara, Adriana e Edileuza pela torcida.

À Alecsimara pelos curiosos papos (quase) diários das onze e meia.

Aos amigos encontrados no mestrado, Raphael, Urbano, Dayse, Iolanda, Afrânio, Valdenísio, Edson, que compartilharam das mesmas descobertas e experiências.

A todos que de uma forma ou de outra colaboraram com esta pesquisa.

RESUMO

Este trabalho intenta discutir algumas questões postas sobre o amor na revista *Era Nova*, que circulou na Paraíba nos anos 1920, numa perspectiva matizada pelas questões de gênero. Enfatizamos o campo relacional História e Literatura, notadamente, as práticas discursivas da *Era Nova*, revista que se apresentava à época como literária, ilustrada e noticiosa, destinada às classes médias urbanas. Os textos que privilegiamos nesse periódico nos reportam a deslocamentos das relações afetivas, em especial, às condições históricas que tornaram possível a difusão do amor como motivo para as uniões conjugais, igualmente a associação do amor romântico centrado na realização do casamento e da maternidade. Abordamos o cruzamento e influências sofridas entre as indicações do moderno, dos valores familiares, das identificações de gênero, das sociabilidades, do exercício sexual e práticas amorosas do cotidiano vintista, buscando apontar as expectativas sociais que ladeavam os afetos.

PALAVRAS – CHAVE: Amor. *Era Nova*. Identidades de Gênero.

ABSTRACT

This paper intends to discuss some questions raised about love through the perspective of gender discussions, in the *Era Nova* magazine, circulated in Paraíba in the 1920s. We emphasized the relational field of History and Literature, notably the discursive practices of *Era Nova*, a magazine considered, at the time, as literary, illustrative and informative, meant for the urban middle classes. The texts we gave more attention in this work lead us to the displacement of affective relationships, especially, to the historical conditions that enable the diffusion of love as a reason for conjugal unions, as well as the association of romantic love centered on the consolidation of marriage and motherhood. We approached the intersection and influences occurred around the indications of modern, family values, gender identifications, sociability, sexual exercise and loving practices in daily life of people in the 1920s, in order to point out their social expectations.

KEYWORDS: Love. *Era Nova*. Gender Identities.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – Moças da sociedade.....	24
FIGURA 02 – Corpo editorial da revista <i>Era Nova</i>	31
FIGURA 03 – Caricatura de Vidal Filho.....	56
FIGURA 04 – Melindrosas e Almofadinhas.....	69
FIGURA 05 – Cupido Furioso.....	71
FIGURA 06 – Senhorinha Maria do Ceu Silva.....	80
FIGURA 07 – Praça Venâncio Neiva.....	86
FIGURA 08 – Telas Parahybanas.....	93
FIGURA 09 – Sady e Ágaba.....	97
FIGURA 10 – Enlace.....	100
FIGURA 11 – Prova do beijo.....	101
FIGURA 12 – Propaganda de medicamento contra sífilis.....	109

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – ARTIGO DE FUNDO: amor, revista e escolhas.....	01
1.1 – Breve esboço sobre o amor.....	02
1.2 – Literatura e História, interfaces possíveis.....	07
1.3 – Fonte e Método: revista e modos do fazer.....	10
1.3.1 – <i>Esta revista</i> : forma e conteúdo.....	13
1.4 – <i>A que veio</i> : sonhos e aspirações.....	24
1.4.1 – <i>Os moços</i>	30
1.4.2 – O nome do autor: a questão do pseudônimo.....	32
 CAPÍTULO II – FAZEM-SE AS MULHERES PARA O AMOR: Tessituras femininas e masculinas.....	 38
2.1 – Família, usos do amor e discursos higienista; fronteiras fluidas entre o XIX e o XX.....	39
2.1.1 – <i>A nobre instituição da família</i> , impressões da <i>Era Nova</i>	44
2.2 – Educar as mulheres para a “sublime missão”: lugares de gênero.....	48
2.2.1 – Maternidade: discursos que engendram o “ser mulher”.....	50
2.2.2 – <i>Virtude como culto</i> , culto à virtude.....	54
2.2.3 – <i>Cartas de Mulher</i>	61
2.3 – Corpos possíveis: perfis femininos e masculinos.....	63
 CAPÍTULO III – PRÁTICAS AMOROSAS: <i>Elle, ella e o outro...</i> do flirt ao “final feliz”.....	 73
3.1 – Paraíso perdido: “O sexo fraco” e seus ardis.....	74
3.2 – Lugares de sociabilidade, meios de namoro.....	84
3.3 – Depois do sim! Sexualidade, adultério e divórcio.....	101
 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	 114
REFERÊNCIAS.....	121

CAPÍTULO I

ARTIGO DE FUNDO: AMOR, REVISTA E ESCOLHAS

Ao refletir sobre a escrita desta dissertação, rememoro o que me levou a pensar na história do amor. Alguns anos atrás, no meio de uma aula de graduação, ouvi alguém dizendo que “o amor foi uma invenção burguesa”, julgo que foi esta a primeira vez que pensei em escrever sobre o amor. De certo, essa afirmativa me provocou um enleio, e logo que pude me vi debruçando sobre o tema, ensaiando um trabalho, que em nada se parece com este, a não ser pela temática.

Para conseguir compreender a provocação daquela frase, foi preciso recuar e tentar, mediada pelo saber de outrem, captar as sensibilidade do amor, a expressão corpórea do sentimento, o sujeito amoroso, os valores a ele elencados, que longe de serem ingênuo, são antes, por assim dizer, “invenções” que dependem do lugar, da cultura, do tempo, por isso, sua representação se desloca ao longo dos séculos. Nesta busca me deparei com outras tantas descobertas, novas provocações e um sem fim de apaixonantes personagens que me emprestaram suas vozes. Tais descobertas só foram possíveis, por ter-me permitido dedicar ao campo das sensibilidade, que ainda recebe olhares enviesados de alguns dos nossos pares, mas, que tem merecido atenções de muitos e tem, hoje, inscrição significativa na historiografia. Este trabalho também contou com o amparo e ânimo dos professores que encontrei no meu caminho, que além de me apontarem a direção, nortearam a pesquisa.

Sobrava-me curiosidade, mas junto a ela a ignorância de quem não sabe por onde começar, tão vasto e fértil o campo. Na ausência da delicada pretensão de dar conta de uma História do Amor, tornou-se necessário delimitar o recorte espacial, temporal e a fonte. E foi numa conversa de corredor, daquelas em que todos os alunos já se aproveitaram para “extorquir” de um professor uma parte do seu momento de folga que me foi apresentada a possibilidade de trabalhar com a revista *Era Nova* (1921-1926)¹.

A escolha do recorte espacial e temporal, Paraíba na década de 1920, esteve condicionada ao período de publicação da revista, mas, sobretudo, pelo ritmo de transformações e efervescências culturais, que se elevavam naquele momento. Refiro-me ao significativo movimento de modernização² que, se não transformou radicalmente, pelo menos

¹ A pesquisa foi realizada num primeiro momento no Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba IHGP – João Pessoa (PB) e, posteriormente, pela necessidade de suprir a ausência de algumas publicações, na Fundação Casa de José Américo – João Pessoa (PB).

² Entendemos, grosso modo, por modernização, o contato das nações com as criações ditas modernas, ou seja, o “êxito da penetração do moderno”, seja de modo *equilibrado*, *conflitual* ou *por tentativas*, nos embates com os

comprometeu as formas de percepções do mundo, influenciando a reorganização das relações pessoais e sociais, indicando novas expressões de sensibilidades, principalmente no que concerne às práticas do amor.

A escolha do tema desta dissertação, *representações do amor na Paraíba*, surgiu a partir do desdobramento da monografia apresentada à cadeira de Trabalho de Conclusão de Curso, como forma, assim diria Veyne, de atar alguns fios que ficaram soltos por ocasião daquela trama, bem como vislumbrar novos ângulos do mesmo geometral.³ Tentarei aqui sistematizar e, sempre na medida do possível, responder à questão primeira deste trabalho: compreender as representações do amor em textos literários e jornalísticos, difundidos pela imprensa na Paraíba da década de 1920, na revista *Era Nova*.

Por isso, “Era uma vez” o amor...

1.1 – Breve esboço sobre o amor

Não intendo esse mystero
Nem hai quem póça intendê:
Amô pinica no peito
Sem mesmo a gente querê.
(*Era Nova*, Parahyba, 01 de julho de 1921, nº 07)

O amor, essa misteriosa força que assume nossos sentimentos, e, como diz o poema, complexo de entender, já foi tema de peças, romances e poetas. Animou discussões nos campos da filosofia, psicologia, sociologia e na história. De uma forma ou de outra, todos buscam responder, cada um em suas especialidades e especificidades, a o que é o amor? O termo amor sozinho possui uma conotação polissêmica, podendo se referir ao amor fraternal, filial, paternal, parental ou amor conjugal. Podemos mesmo dizer que é um termo vago e vasto, palavra simples, mas complexa em suas definições.

Aqui, direcionamos nossos esforços reflexivos ao amor sentido pelo casal, que envolve afeto, mas também atração sexual e que, comumente, tendemos a chamar de amor

valores do antigo, como nos lembra Le Goff (1997). Diz respeito às relações que são travadas com as mudanças, sejam elas materiais, econômicas, tecnológicas.

³ Para Veyne (1998) é impossível descrever uma totalidade. O historiador faz recortes em sua análise tanto histórica como documental, atribuindo importância a determinados fatos a depender da sua problematização. Faz escolhas, opta por um caminho e não pode percorrer todos os outros. Se ocupa de uma trama. “Os historiadores narram tramas, que são tantas quanto forem os itinerários traçados para eles”. (p. 45) A noção de trama é apontada por Veyne como um alerta para lembrar que os fatos não existem isolados dos sentimentos, das relações, dos pensamentos, dos tempos. “A trama tem a vantagem de lembrar que o objeto de estudo do historiador é tão humano quanto um drama ou um romance” e que “pode se apresentar como um corte transversal dos diferentes ritmos temporais, como uma análise espectral: ela será sempre trama porque será humana, porque não será um fragmento de determinismo” (p. 42).

romântico. Aquele que embasa o mito da alma gêmea, o fragmento que completa e se encaixa um no outro, sendo cada um de nós a metade que juntas formam o todo. Aquele em que um ser, ao dedicar este sentimento ao seu semelhante, passa a lhe pertencer, se não de corpo, de alma. No discurso de Aristófanes⁴, o mito da alma gêmea nos é assim explicado: a natureza humana no início dos tempos não era idêntica à hoje, existiam três tipos de seres humanos, não apenas dois, macho e fêmea, havia também um terceiro tipo, que possuía em si porções iguais dos outros dois – tipo do qual fez valer o nome andrógino. Este terceiro tipo, constituía uma unidade na forma, um composto de ambos os sexos, o qual compartilhava igualmente do masculino e do feminino. Eram dotados de extraordinária força e vigor, e de inteligência e sentimento tão elevados que chegaram a conspirar contra os deuses. Os deuses não tolerando tal rebelião concordaram em eliminar sua iniquidade reduzindo sua força, que seria possível através da separação em dois de cada um deles. Ora, como a forma natural fora cortada em duas partes, cada metade passou a sentir falta da outra, por isso, no desejo de reintegrá-la, enlaçavam-se, ansiando por serem unidos. (PLATÃO, 2012, p.49-54)

A apresentação que *O Banquete* faz sobre o amor, ao compartilhar os discursos de Fedro, Sócrates, Pausânias, Alcibiades, Erixímaco e Agaton, é como sendo um sentimento voltado ao outro, composto afetivo feito de desejos, nostalgias, sofrimentos, arroubos de alegria; virtude que permite às pessoas se sacrificarem por amor, incentivo do desejo de ser melhor, autoridade que provê os seres humanos de felicidade. Apresenta o amor como uma resposta humana ao reconhecimento prévio do verdadeiro Bem e da verdadeira Beleza.

A compreensão do termo amor está sujeita ao tempo e a seus atores, ao lugar e às condições sociais, porque não dizer, também, às perspectivas de gênero. Segundo Edgar Morin, “o amor faz parte da poesia da vida” (2011, p. 9), mais adiante afirma que o amor faz parte de um *complexus* em que é influenciado por componentes físicos, biológicos, mitológicos e sexuais, “como uma tapeçaria que é tecida com fios extremamente diversos, de origens diferentes. Por trás de um único e evidente ‘eu te amo’ há uma multiplicidade de componentes.” (2011, p. 16)

Leandro Konder (2007, p. 7-10) acrescenta que o amor, ao que tudo indica, “é o sentimento mais forte de que é capaz a *psique*.” Isso porque ele não existe no sujeito sozinho, arrastando consigo outros sentimentos e outras sensações, como medo e alegria, dor e prazer. Reconhecendo sua elasticidade, chega à conclusão de que não basta sentir o amor para

⁴ No livro *O Banquete* de Platão, Aristodemo proferi ao seu amigo Apolodoro, a que encontra em sua caminhada, os discursos e homenagens rendidas a Eros em um banquete oferecido na casa de Agaton, por cada um de seus convidados, entre eles, Aristófanes.

conhecê-lo suficientemente bem, porque o mais forte dos nossos sentimentos pode estar cultivado na fantasia, na intensidade, na profundidade, na fatalidade, que proviriam numa “desmensurada exaltação desses sentimentos – numa embriaguez ou num êxtase – que resultaria no abandono das questões que envolvem a criação de valores no interior mesmo dos afetos, quando pensados historicamente.” (p. 11)

A essa questão muitos escritores da revista *Era Nova*, molharam suas penas na apreciação de uma resposta ou, concomitantemente, de mais problematizações. Em formas de poemas ou prosa homens e mulheres buscaram apontar aquilo que mais lhe significavam na expressão do sentimento amoroso, quase sempre na certeza de sua indefinição, como vemos no poema de Carvalho de Toledo, em que o autor questiona “Póde-se, acaso, descrever o Amor?” e na busca pela resposta oferece diversas analogias ao sentimento amoroso.

Ha, por ventura, quem conheça o Amor?
 _ O Amor?
 Misterioso anseio,
 inefabilíssimo anelo
 que faz o lábio gemer...
 e ao mais feio,
 o torna assás, singularmente belo...
 E é para o Amor e pelo Amor glorioso
 que o mais cobarde se faz valeroso,
 e o mais valente e belicoso
 se põe logo a tremer.
 [...]
 Póde-se, acaso, descrever o Amor?
 _ O Amor?
 É a paz desejada em plena Guerra...
 É a fusão de dois entes
 em um só conjugados...
 A só felicidade que na Terra
 Deus concedeu aos seus crentes:
 _ os amorosos...os predestinados!...
 _ O Amor?
 É uma coisa indefinida... [...]
 (*Era Nova*, Parahyba, setembro de 1924, nº 69)

O mistério, a incógnita, características que circundam o amor são aí ressaltadas. Depreendemos que tal valor se faz presente tanto pela pluralidade do termo quanto pela diversidade das experiências. Contudo, observamos no poema outras características que, grosso modo, circulam a visão do amor. Como a imposição de valor que se imprime ao amor pela crença de uma força transformadora, em que “o mais cobarde se faz valeroso” em honra ao ser amado, por quem se quer enfrentar barreiras e obstáculos, contingências que podem emprestar ao amor a prerrogativa de subversão da ordem.

O amor descoberto trás também a crença na fatalidade. “A só felicidade que na Terra Deus concedeu aos seus crentes: os amorosos...os predestinados!...” ou como aparece na estrofe que abre este trabalho, “Amô pinica no peito Sem mesmo a gente querê”. Algumas ciências traduzem o amor sob o estigma do determinismo, ou seja, sentimento que arrebatava, do qual o sujeito não pode escapar. Tal perspectiva não deixa nenhum espaço para uma escolha pessoal. Equivale ao “filtro” de Tristão e Isolda, como nos explica Denis de Rougemont (2003, p. 66) o filtro serve como álibi da paixão, é o que permite aos amantes retirarem de si a culpa de todos seus atos, se furtarem ao julgamento, por não serem responsáveis por si.

Acrescentaríamos a estas definições a clareza de que não temos um significado estático para a palavra amor, podemos, contudo, descrever aproximadamente algumas de suas manifestações, estímulos e comportamentos, mas é só isso que podemos, nos aproximar através das nossas experiências, da experiência do outro, do que foi dito e escrito. Podemos acrescentar ainda que a visão sobre o amor não permaneceu cristalizada ao longo dos séculos, um estudo mais apurado pode apontar sensíveis mudanças na representação e vivências desse sentimento. Não é nosso objetivo refletir sobre as transmutações do amor, mas compreender como uma de suas classificações, o amor romântico, possibilitou um remanejamento nas escolhas conjugais e no cotidiano nos novecentos.

Segundo Jurandir Freire Costa (1998), as concepções sobre o amor sofrem constantes deslocamentos. No final do século XVIII para o XIX, passa a se conceber o ideal do amor romântico favorecido, grosso modo, pelo advento do mecanicismo, cujas noções e explicações teológicas são revistas por uma visão mais cientificista; por uma retórica do amor cortês⁵ de quem o amor romântico herdaria um leque de prerrogativas como a substituição da devoção que deixa de ser Deus e passa a ser a Dama e, por fim, a crise da sociedade de corte. Esta última acaba sendo um dos principais pontos para o desenvolvimento do amor romântico, visto que em determinado momento, a aristocracia da corte constrói em suas obras literárias o imaginário amoroso respaldado num modelo de romance pastoril, idealizado como amor livre das amarras sociais e dos desígnios políticos, por isso, acreditavam que seria mais honesto e verdadeiro.

⁵ O amor cortês que disputava espaço no cenário cultural medieval e a mística do amor cristão. O ideal cortês foi calcificado, pelas narrativas dos trovadores, como a abdicação de posse da amada, por isso, seria um amor absoluto, pois que viveria só de reverenciá-la sem nunca tocá-la (COSTA, 1998). Extrapolando essa concepção Denis de Rougemont (2003, p.48) coloca que o amor cortês diz respeito a uma fidelidade fundamentada na exclusividade do amor, mas que é, necessariamente, independente do casamento legal, ou seja, o primeiro não era compatível com o segundo. A instituição, desta forma, era menosprezada em função de “glorificar a virtude daqueles que se amam à margem do casamento e contra ele”. O amor, nesta perspectiva, se oporia, sobretudo, à satisfação com a posse da amada, porque o amor só seria plenamente efetivo se não fosse realizável.

Esse imaginário rompia os laços com o amor cortesão, exclusivamente voltado para a perpetuação do equilíbrio político das casas e linhagens nobres e para conservar o prestígio dos senhores aristocráticos, e contribuíram na crença do amor como “virtude privada”, sem compromissos com os ideais públicos. (COSTA, 1998, p. 64)

O ideal do amor romântico, por essa versão aristocrática, que mais adiante viria a ser glorificada nas obras literárias da burguesia, é definido por Norbert Elias como “uma atração sentimental apaixonada entre um homem e uma mulher jovens, ambos solteiros”, sendo a paixão mútua e exclusiva entre o casal. “Essa paixão só pode realizar-se no casamento, com exclusão de qualquer outra solução.” (ELIAS, 1987, p. 223 apud COSTA, 1998, p. 65)

Na mesma linha, Anthony Giddens (1993) corrobora com esta afirmativa ao propor que o amor romântico, culturalmente específico ao Ocidente, sendo ele único, compromissado, cortejador, pertencente aos domínios da intimidade, como elemento sublime, que tende a predominar sobre o ardor sexual. Passa a considerá-lo um fator que tendeu a libertar o vínculo conjugal dos laços econômicos e de parentesco, que até então viam no amor um acontecimento externo ao casamento.

Contudo, segundo Maria Helena Bueno Trigo (1989), a escolha do cônjuge passa a ser só teoricamente livre. Isso porque, mesmo valorizando o amor, esta escolha ainda era mediada pelos conselhos e inspirações paternas. Para Jurandir F. Costa (1998, p.17), a “imagem do amor transgressor e livre de amarras é mais uma peça do ideário romântico destinada a ocultar a evidencia de que os amantes, socialmente falando, são, na maioria, sensatos, obedientes, conformistas e conservadores.” Isso ocorreria, por exemplo, devido às restrições do espaço, frequentado pelos sujeitos, as rodas de amigos e os gostos pessoais que estariam determinados pelos seus lugares sociais, o que dificultaria as oportunidades de um convívio ou aproximação de pessoas distintas do seu meio.

Vale salientar que não sustentamos a visão de que casamentos por amor só ocorreram ulteriores ao século XIX, ou que fossem totalmente desconhecidos antes disso, uma pesquisa mais abrangente poderia dar conta de testemunhos de sua existência para épocas anteriores, mesmo que fossem casos isolados. A questão que colocamos aqui é a de que a visão positiva do casamento por amor triunfa por volta dos oitocentos e se normatiza com a passagem para os novecentos. De qualquer modo, o consentimento mútuo para a união conjugal era à base do amor romântico, ainda que não tivesse inviabilizado o casamento por conveniência.

O início do século XX assinala um período de profundas transformações, não estamos falando aqui de uma ruptura em si, mas de um momento de transição entre estruturas e

percepção do mundo. Ergue-se o coro à emancipação do amor, que aliado aos aparatos de comunicação, auxiliava a difusão dos ideais voltados para o amor romântico. Os cinemas, periódicos e folhetins, correspondem bem a essa paisagem, ao irradiar temas voltados à valorização do amor, ainda que muitos implicassem um tom conservador em seus discursos, mas a emergência da ideia do amor romântico não podia mais ser ignorada. Tais discussões são permeadas pelo campo relacional História e Literatura, considerando o suporte documental, a revista *Era Nova*, enquanto fonte literária.

1.2 – Literatura e História, interfaces possíveis

Nas últimas décadas, acompanhamos um crescente e inquietante debate acerca do estatuto do saber histórico, seus limites e fronteiras, a especificidade de seu gênero, seu lugar no campo das ciências. Duas distintas concepções se destacam, grosso modo, a que defende um estatuto científico da produção histórica e a que defende a aproximação da história com o fazer literário. Longe de enveredar por esses polêmicos debates, nos interessa aqui a relação da História com o uso comprometido da Literatura enquanto importante fonte documental, sabido que esta requer cuidados, não em maiores medidas que outras fontes, mas cuidados apropriados e específicos a esta espécie de registro da vida humana. A literatura não deve ser igualada a qualquer outra fonte, visto que tal gênero traz consigo uma forma peculiar de ver e significar o real, que requer igualmente particular atenção às suas especificidades e vontades.

Parafraseando Durval Muniz (2007), a história, enquanto disciplina, nasce num momento de desconfiança, fundamentada numa ordem racional, que define, de certa forma, realidade por aquilo que se vê e se pode testar. Sua crescente formalização lhe afastou cada vez mais das questões sensíveis do homem, da paixão, da dimensão poética e subjetiva da existência, da vida íntima, da introspecção. A literatura, lugar institucionalizado dos nossos desejos, fantasias e emoções, por sua vez, abraçou com seriedade as dimensão e profundidade psicológica das personagens, sua selvageria, obscuridade e abismos, onde nada ainda é nítido e as formas se confundem. Para o autor, a diferença residiria menos de uma questão de gênero discursivo, que da identificação da história com o sentido gênero masculino, que fala em nome da razão, da conquista, enquanto a literatura pertenceria ao gênero feminino, sujeita às paixões, subjetividade e intuições. Outrora, “História e Literatura, masculino e feminino, ainda inimigos, mesmo no amor.” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 50)

Essa barreira, contudo, vê-se cada vez mais rachada pelos debates, por novas teorias, novos domínios historiográficos. Aproximado o texto histórico da narrativa literária por sua

partilha de formas e instrumentos de outras áreas de conhecimento, a saber, as dimensões retóricas ou narrativas da história.

João Batista Pereira (2009) ressalta que a separação entre história e literatura já não encontra sustentação com o discurso opositor respectivamente entre fato e subjetividade, esta última vinculada à imaginação, já que o aprofundamento analítico de cada uma delas diluiria tal rigorosa separação. Tanto a história quanto a literatura guardam relações com o real, ambos desejam expressar uma representação da experiência humana e buscam na vida seus elementos referenciais. As duas formas de apreensão da realidade não podem ser submetidas a simplificações como realidade x ficção, porque ambos se assemelham e podem sofrer influências mútuas.

Complementando essa condição, Roger Chartier (1999) nos diz que a relação História e Literatura se faz mediada pela identificação histórica da pluralidade das operações e dos atores, na produção e publicação de qualquer texto, bem como os efeitos advindos de sua materialidade que influenciam a construção do sentido, mas, sobretudo, de “considerar o sentido dos textos como o resultado de uma negociação ou transações entre a invenção literária e os discursos ou práticas do mundo social que buscam ao mesmo tempo os materiais e matizes da criação estética e as condições de sua possível compreensão.” (p.197). A hipótese levantada por Chartier sugere que o historiador ao se ocupar da literatura conceba os discursos literários enquanto resultados de práticas que estão codificadas por categorias da retórica, de regras, condições materiais, meios, instituições, tropos, mas que a partir deles seja possível reconstruir os sistemas de representação de modos históricos. A literatura ao se inspirar na realidade produziria uma forma de representação histórica por submeter-se a padrões de coerência e correspondência ainda que mediados por técnicas figurativas.

Os textos literários são tratados como documentos, justamente por serem a eles perfilhados traços distintivos, que remetem a contextos históricos e biográficos de quem os produziu e de quem deles fez uso. Nesse sentido, olhamos aqui os textos literários trabalhados, não por uma perspectiva interna da literatura, ou seja, de crítica, de avaliação, da forma, mas numa percepção externa, de explicação através do seu contexto, da compreensão. Dedicando à literatura um lugar de testemunho de uma realidade passada.

Diz Antoine Compagnon (2010, p. 30), “a literatura, ou o estudo literário, está sempre imprensada entre duas abordagens irredutíveis: uma abordagem histórica, no sentido amplo (o texto como documento), e uma abordagem linguística (o texto como fato da língua, a literatura como arte da linguagem).” Na abordagem histórica, pode ser eleita uma função a literatura, que durante boa parte do tempo é identificada como uma função moral e social.

Dizendo de forma objetiva, sua função social estava atrelada a uma condição de aprendizagem e de prazer, ou de “instruir agradando”. Tal finalidade opera na medida em que se encontra reconhecido na literatura um conhecimento da experiência humana, destinada, muitas vezes, a produzir um consenso social. “Seríamos capazes de paixão se nunca tivéssemos lido uma história de amor, se nunca nos houvessem contado uma única história de amor?” nos questiona Compagnon (2010, p. 35).

Romance, crônica, contos, poemas podem dispor da premissa de normatização da sociedade, da encarnação de suas ideias às ações cotidianas, ao optarem por uma condição estética realista. Muitos discursos dessa forma podem refletir as questões contemporâneas do lugar de que parte o escritor. Mas vale salientar, como desmistifica Compagnon (2010, p. 37), que a função da literatura “pode estar de acordo com a sociedade, mas também em desacordo; pode acompanhar o movimento, mas também precedê-lo.” A literatura pode servir à função de propaganda do aparelho do estado, dos códigos civilizacionais, mas também pode atuar numa veia subversiva, pondo-se contra as normatizações. À parte, temos que reconhecer ainda a interferência mútua que toca texto e leitor, em especial a situação de [re]significação através da leitura por todas as condições postas pelo *fora-do-texto*⁶, essa possibilidade de constituição de sentido nem sempre corresponde ao efeito [desejado?] pelo autor. O *fora-do-texto* opera decifrando, confrontando e remodelando o sentido do texto.

Para Telma Dias Fernandes (2012, p. 215) “a literatura constrói um entendimento da experiência [...]. A trama assim constituída reporta um regime de historicidade, que contribui para as apropriações do sensível pelos historiadores através das subjetivações literárias”, ou seja, a contribuição da literatura diz respeito à possibilidade de construir, através desse registro, “um entendimento das relações que embasaram os enredos” (p. 216), em especial pela aberta exposição do lugar e da base reflexiva em que se coloca o literato, que respalda sua tradução e leitura de mundo e empresta a suas personagens a complexidade de suas sensibilidades, testemunhos e experiência de vida.

A nosso ver, se utilizar de narrativas literárias não é tomá-las como a descrição fiel do passado, mas sítio de indícios, vestígios, de uma sensibilidade social. São os valores, os medos, as aspirações, os preconceitos que se deixam transparecer através de personagens forjados à luz do tempo do autor, mesmo que seja para expressar o que se deseja, e não o que

⁶ Segundo Jean Marie Goulemont, a produção de sentidos da leitura é regulada pelo próprio leitor que constitui significações a partir de três apontamentos que lhe são intrínsecas, sua fisiologia, história e biblioteca. “O sentido, aquele que se constitui por uma leitura historicamente datada, empregado por um indivíduo que tem um destino singular, nasce, portanto, do trabalho que esse *fora-do-texto* assim definido opera, para além do sentido das palavras, do agrupamento de frases, sobre o texto.” (GOULEMONT, 2011, p. 108)

é. Nesse sentido a *Era Nova* é uma fonte copiosa de exemplos no que tange o cotidiano amoroso na Paraíba, por isso, operamos a revista literária como fonte documental, para que, por meio das representações ali tecidas, pudéssemos fazer um cruzamento entre os discursos masculinos e femininos sobre o amor e suas práticas.

1.3. – Fonte e Método: revista e modos do fazer

A importância dos periódicos como fonte impressa nos é atestada pelas produções significativas que têm como tema e/ou o suporte documental jornais e revistas, nas últimas décadas. Não mais se coloca em dúvida o valor desta categoria de fonte para a compreensão da paisagem social, das representações e posturas aplicadas às expectativas da vida urbana, que deixam entrever as nuances, as diversidades e as apropriações que construíam o pensar de uma época. Trabalhar com periódicos requer uma historicização, partindo de um trabalho metodológico que dê conta do porquê da eleição de determinado periódico e não outro, sua condição técnica, seus suportes materiais, seus editoriais. Até certo ponto, fonte passa a ser considerada na proporção do objeto. Dito isto, justifica aqui o esforço reflexivo quanto a nossa fonte, a revista *Era Nova* e o cuidado que devemos dispensar-lhe.

No estudo realizado por Ana Luisa Martins, *Revistas em revista*, a autora busca alertar para o trabalho meticuloso que se deve anteceder/proceder ao uso documental das revistas, para evitar o uso muitas vezes indiscriminado para reconstrução do passado, que “resultava em equívocos de interpretação, frutos do desconhecimento das condições vigentes daqueles periódicos [...]” (MARTINS, 2001, p. 21). O imenso registro do passado, através dos textos, reclames, iconografias, perfis dos proprietários, dos consumidores, podem dar cabo de uma realidade desconexa ou inexistente, caso a ele seja dedicado uma “leitura amena e ligeira”, em que se retirem imagens e assuntos, pinçados, descosturados do contexto de seu tempo. “Os apelos que transportam e induzem o pesquisador a configurações quase pictóricas do passado, tal como um espelho disforme, reflete imagens falsas, imagens de superfícies, que requerem investigação e decodificação” (MARTINS, 2001, p. 21).

Para não cair nas ciladas documentais, é necessário estar sempre alerta para não se deixar enganar pela aparente riqueza da fonte, suas múltiplas possibilidades, que poderiam levar o pesquisador a buscar precisamente o que confirmaria suas hipóteses, ignorando, por conseguinte, as informações difusas e contraditórias que se inserem no mesmo espaço.

Levar em conta tais prerrogativas não responde a um obstáculo para o uso da fonte periódica ou que a visão sobre ela seja um documento de menor valor. “A pertinência desse

gênero de impresso é válida se levarmos em consideração as condições de sua produção, de sua negociação, de seu mecenato propiciador, das revoluções técnicas a que se assistia e, sobretudo, da natureza dos capitais nele envolvidos.” (MARTINS, 2001, p. 21) As revistas não são espelhos perfeitos da sociedade, muitos dos seus discursos visavam atender determinada visão de mundo ou aos anseios da opinião pública, encobrindo o registro espontâneo da opinião do escritor/jornalista, em serviço da defesa das tradições. Pode-se então supor que a revista era “um instrumento eficaz de propagação de valores culturais.” (MARTINS, 2001, p. 27)

Não devemos esquecer que a imprensa cumpre uma função estratégica na disseminação de códigos e valores erigidos por um grupo específico, ajustando-se às demandas do seu aparato mercenário em forma e sentido. Os periódicos não são meramente informativos, difusores imparciais das ocorrências, livres das ligações econômicas, políticas e sociais. Antes, é um instrumento pedagógico ou muitas vezes de manipulação de interesses privados. Essa característica política de muitos periódicos, no início do século XX, é um fator a se levar em conta, já que, na maioria das vezes, “as várias tarefas desempenhadas por esses intelectuais subordinavam-se, não raro, às demandas políticas das facções oligárquicas proprietárias dos jornais [...]” (LUCA, 2005, p. 124)

Partimos da definição elaborada por Ana Luiza Martins (2001) sobre a revista, como uma publicação periódica que passa em re-vista diversos assuntos e ações efetivadas, relendo os acontecimentos cotidianos de um passado próximo. Seu traço recorrente, comum a todos os gêneros, variações geográficas e temporais, diz respeito ao caráter fragmentário, o que permite uma leitura não contínua, aleatória, seletiva em torno das variedades de assuntos.

A condição de variedades em torno dos assuntos atendia a inúmeros gostos, justificando a fácil aceitação desse gênero. Primando por um sumário variado de assuntos, debates e informações distribuídos em uma mesma publicação, e respondendo a uma demanda de baixo e médio custo, as revistas “prestaram-se a ampliar o público leitor, aproximando o consumidor do noticiário ligeiro e seriado, diversificando-lhe a informação”. (MARTINS, 2001, p. 40)

Segundo Tânia Regina Luca (2005), o gênero impresso revista aos poucos se individualizou em face de outras formas de impressos periódicos. O sucesso destas revistas dependia da ampliação do público leitor, que no mais das vezes era obtida pela diversificação de temas, o que aumentava o grau de possíveis interessados. As chamadas revistas ilustradas e de variedades, de leituras de fácil digestão, leves e com a apresentação cuidadosa, agradáveis, ofereciam uma caricatura da vida urbana através dos espaços das crônicas, contos, poesias,

fofocas, humor, modas, conselhos domésticos, espaço policial, notas políticas, jogos, concursos. Sugere que tal uso cumpria função estratégica para ampliar a vendagem.

Ao estudar periódicos do início do século, a tarefa de definir o gênero a que se enquadra a revista, acaba sendo um dos pontos delicados que devemos lançar um olhar mais cuidadoso. A diversidade de temas justifica um fator complicador desta definição, que faz parte de um aparato metodológico importante para o curso de qualquer pesquisa com impressos. Contudo, Luca (2005) nos lembra que, mesmo se autodenominado “de variedades”, é possível traçar um lugar comum nesse conteúdo diversificado, ou seja, ainda que os assuntos procurassem agradar a diferentes leitores, existia um conceito base a que respondia pela revista.

As mudanças que decorrem no fazer revista na virada do século XIX para o XX não responderam só a uma questão de mudança entre Império e República propriamente dita, mas, sobretudo, à atmosfera de transformações que pairava nas sensibilidades dos brasileiros e à renovação técnica a que se assistia. Não só a revista se modificava, ganhando ares do moderno, mas também documentava essas transformações no país, estados e cidades. “Sinal dos tempos, [o] progresso não poderia deixar de ser veiculado e documentado pelo periodismo, instrumento moderno e preferencial de difusão a serviço do novo [...]”. (MARTINS, 2001, P. 116)

Hugo A. V. Medeiros (2010) nos informa acerca da “revolução de letras e cores” realizada pelas revistas, de forma mais significativa, na imprensa local, o que lança sobre si a categoria de signo do moderno⁷, ganhando poder de interferir ainda mais na paisagem urbana, visto que se tornaram responsáveis por nomear a modernidade⁸ das cidades para os leitores. Estampavam fotos de automóveis, câmeras fotográficas, máquinas de escrever, eletrodomésticos difundindo o gosto pelo moderno. Dialogando com Diogo, Medeiros coloca que “as revistas eram publicações extremamente modernas, até mesmo no formato, com uma proposta baseada nas noções de velocidade, agilidade e brevidade [...]” (DIOGO, 2005, p. 463 apud MEDEIROS, 2010, p. 59)

Nesse sentido, se começava a privilegiar a contribuição qualificada nos setores gráficos, como as técnicas de impressão, clichês, diagramação, ilustração. Suportes que foram

⁷ O conceito de moderno, assim nos informa Le Goff (1997), é identificado durante um longo tempo como referência a algo recente, novo. Implicando numa concepção de nascimento, de um começo. É o desejo do esquecimento, de deixar ausente um passado opondo-se ao antigo. Moderno enquanto transmissor, no senso comum, de algo bom, exclusivo, atual. De certo modo, tem ligação com o progresso, ainda que não o seja.

⁸ Modernidade, pode-se dizer, é o efeito do modernismo. Segundo John Scott (2010, p. 128-129) “a palavra estabelece um contraste entre músicas, vestuários, arquitetura, atitudes, padrões sociais dos tempos atuais e mais recentes e os do passado mais remoto [...] uma sociedade pode ser moderna em maior ou menor grau – e sempre haverá elementos residuais não modernos.”

ganhando espaço destacado. Como nos lembra Fátima Araújo, (1986) a revista é um veículo de comunicação voltada para o estudo e a explicação dos fatos de forma mais completa que os jornais. Mas não é só nisso que revistas e jornais divergem, os magazines mantêm também um bom espaço para as ilustrações variadas e de preferência, a depender dos recursos, policrômica.

1.3.1 – “Esta revista”: forma e conteúdo

No Brasil há uma significativa variedade de publicações dos periódicos no início do século XX. Se levarmos em conta as especificidades regionais, na Paraíba, esse número, ainda que não grande, se sobressai por sua variedade e bom grafismo. Fátima Araújo faz um mapeamento na década de 1980 sobre o jornalismo impresso na Paraíba entre os anos de 1826 a 1984. Apontando desde a primeira revista paraibana *Alva* publicada em 1850 até a edição do *Ateneu* em 1964, revista elaborada pelos estudantes do Departamento de História. Entre os citados se encontra destacada a *Era Nova*.

A *Era Nova* foi uma revista quinzenal ilustrada da década de 1920, produzida na Paraíba. A princípio, foi fundada na cidade de Bananeira/PB e logo depois seu núcleo foi transferido para a *Parahyba do Norte*⁹. Manteve-se em circulação de 1921 a 1926, quando, dela, se tem notícia pela última vez. Seu primeiro nº, do ano I, data de 27 de março de 1921, sendo oficialmente apresentada por seu diretor Severino de Lucena e seu redator-chefe Guimarães Sobrinho, com a proposta de inaugurar uma nova era nos círculos literários e intelectuais paraibanos. Instalada em “elegante e espaçoso prédio à rua Peregrino de Carvalho”, onde se pode encontrar “gabinete redaccional, gerencia e sala de expedição” (*Era Nova*, Parahyba 1 de julho de 1923, nº 47). O nome da revista *Era Nova* nos é explicado pelos editores como uma homenagem a um periódico homônimo, que contou com a colaboração de alguns jovens bananeirenses, por outro lado o nome também faz alusão aos seus propósitos de elevar a revista ao mais feliz destino, a fim de contribuir para uma nova era, em que se concentrassem seus ideais e aspirações de arte, letras e civismo em prol da moral e ordem paraibana.

Um dos fatores que mais chamou a atenção para a *Era Nova*, tanto nos dias de seu lançamento, quanto hoje, é a distinta qualidade de suas impressões, o que exigia da revista um

⁹ Na República chamava-se Parahyba do Norte a atual cidade de João Pessoa, pertencente ao Estado da Parahyba. Manteremos aqui esta grafia como forma de alertar ao leitor, quando estivermos nos referindo pontualmente a sobre cidade.

tipo melhor de papel, além de domínio técnico e gráfico. Neste caso, o papel utilizado era o *couché*¹⁰, o que permitia a utilização da policromia em variados clichês e ornamentação de páginas, que, segundo uma nota da própria revista, estava “mercê dos lováveis esforços dos seus diretores, em suas oficinas, num edifício amplo e elegante, secções moderníssimas de gravuras, clichagem e polychromia, vindas diretamente da Allemanha” (*Era Nova*. Parahyba, julho de 1923, nº48). A análise feita por Alômia Abrantes (2011) nos informa sobre o caráter vanguardista dessa revista,

[...] o periódico quinzenal tornou-se à época ícone do moderno para um público de classe média urbana, inclusive pelo seu aspecto gráfico: impressa em papel *couché*, exibia então uma aparência primorosa, sendo ilustrada com muitas imagens – prevalecendo os retratos de pessoas – e, por vezes, utilizando cores e fontes diversas no texto, além de grafismos e delicados desenhos que ornaram as páginas, e tons de sépia em várias fotografias. A *Era Nova* pode ser considerada uma precursora dessas práticas na imprensa brasileira. Além do que, sua impressão, de ótima qualidade para os padrões da época, garantia reproduções nítidas das fotografias, por vezes também fazendo uso do pictorialismo, caracterizado pelas técnicas de pintura sobre fotos. (ABRANTES, 2011, p.4)

A imprensa ilustrada contribuiu para aprimorar a modernização dos periódicos e atrair o gosto de um público leitor que cada vez apurava os sentidos. O uso de imagens, como as fotografias e/ou do pictorialismo é um dos fatores que agregaram valor à revista. Eram comumente usadas para estamparem capas com a imagem de personalidades da sociedade, paisagens da cidade, destaques acerca das melhorias urbanas, assim como ícones da modernidade, tais como carros, máquinas de escrever e outros. A fotografia no início do século tornou-se “decisiva como recurso de ilustração, a que mais concorreu com os artistas do pincel e invadiu progressivamente aquele periodismo.” (MARTINS, 2001, p.253)

Ocorre que o trabalho de ilustração exigia grande perícia e um espaço especializado, por isso a *Era Nova* contava com oficinas de gravuras próprias para a produção de “secção de photo-mecanica composta de excellente machinismo, vindo da Allemanha directamente para esta Empresa. [...] Sob a direcção do conhecido gravador pernambucano sr Souza Brasil [...]” (*Era Nova*, Parahyba 1 de julho de 1923, nº 47) podemos perceber a preocupação com a adequação e sintonia com as novas propostas estéticas, modernizando a qualidade e o

¹⁰ Segundo informações retiradas do artigo, *História do Revestimento de Papel e Cartão no Brasil*, a nomenclatura, significa camada em francês, e foi inventado em 1860. Sendo um papel de melhor qualidade, por sua característica de alto brilho e uniformidade, é usado, no mercado gráfico, principalmente em folhetos, revistas, cartazes, livros de arte e uma infinidade de outros materiais que exigem qualidade de impressão. Só a partir da década de 1960 que as primeiras empresas na produção de papel couché surgem no Brasil.

desenvolvimento gráfico, trazendo aos seus suportes as linhas rápidas, nítidas e de movimentos. Veículo dessa pretensa modernidade a *Era Nova* dispunha de um uso abundante das ilustrações decorativas [fotografias, charges, ornamentação de páginas] que na maior parte das vezes não tinha ligação direta com publicações, ocasionando outros ritmos de leitura aos textos.

As charges também apareciam constantemente nos impressos da revista, marcando um tom de troça, cômico, usando o recurso do trocadilho que serviam para trazer o risível aos leitores, mas também poderiam conter em seu registro ligeiro do cotidiano um teor de denúncia, elevando o predomínio de elementos civilizadores. Jogando com o não dito, oferecendo as situações dose de críticas. “O cuidado na observação do comportamento, das expressões, dos gestos conduz o leitor nessa experiência de síntese visual de um momento e de uma dada realidade sociocultural” (NERY, 2005, p.447). As charges narram acontecimentos ficcionais desenvolvidas a partir do potencial imagético do seu autor. Estas criações são tomadas por caricaturas que se respaldam na experiência da vida cotidiana, ou seja, embora imaginadas pelo autor, extraem do real seus significados.

Não só a formatação, mas a dinâmica entre jornais e revistas percorre insígnias diferentes, a própria materialidade de uma revista, responde a outros fatores, que não são os mesmos de um jornal. Por exemplo, é evidente que o jornal deve se manter com um tipo de papel de custo módico, por ser, na maior parte das vezes, de publicação diária. Diferente de uma revista, que conta, de forma geral, com um nível regular de publicações mensais ou quinzenais e, na melhor das expectativas, semanal [pensamos que essa última seja uma verdade que corresponde mais aos dias atuais].

Nesse universo gráfico o suporte papel se destaca como uma preocupação de custo-qualidade para a publicação das revistas. Aqui no Brasil a parca produção de papel não dava conta nem da necessidade material, nem da boa qualidade que era exigida pelo consumidor médio. Parte significativa do abastecimento de papel no Brasil vinha do exterior, o que era revertido em uma elevação do custo do artigo a depender da cotação do mercado do papel no momento da compra. “Difícil e dispendioso era o papel de consumo gráfico, mercadoria de custo sempre alta, dependente de importação, sujeita às vicissitudes da economia de mercado.” (MARTINS, 2001, P. 209)

É escusado declararmos que, em virtude da alta actual do papel de imprensa, não nos foi possível fazel-as por menor quantia, no que hão de convir as pessoas de bôa vontade. Verdade é que, em algumas localidades do interior, atendendo a circunstancias especialíssimas e na angustia do tempo para

ouvir a direção da revista, houve por bem um nosso companheiro apreçar as assignaturas annuaes a 16\$000. Isto, porém, não nos força, de modo nenhum, a mantermos esse mesmo preço em novas assignaturas que venhamos a angariar naqueles pontos, uma vez que no faz face absolutamente ás despesas da casa. (*Era Nova*, Parahyba 15 de abril de 1921, nº 2)

Durante os anos de publicação a *Era Nova* manteve uma variação anual do preço referente às assinaturas. No caso do aumento de cifra, a justificativa era quase sempre ladeada pela alta do valor no mercado de papel específico para o fazer da imprensa, essa diferença era compensada nos cálculos de preços das assinaturas e unidades para o consumidor leitor, já anteriormente informado sobre a não obrigação da manutenção do preço futuro para os novos assinantes e/ou para a renovação dos já clientes. Outras despesas extras também poderiam ser repassadas ao valor da assinatura, como é o caso das instalações, maquinarias, novas clichagens que em alguns momentos interferiram no valor do produto.

Tivemos, portanto que arcar com as despesas superiores ás nossas posses para corresponder á confiança que nossos leitores deste e de outros Estados nos vêm dispensando, e, consequentemente, fomos obrigados a elevar o preço de nossas assignaturas, annuncios e vendas avulsas de conformidade com a tabella que publicamos na outra pagina. Ainda assim a *Era Nova* é vendida nesta capital com o preço bastante inferior ao de outras revistas do Rio [...]. Queremos crer que contaremos sempre com o apoio dos nossos leitores no proposito em que estamos em dotar a Parahyba de um magazzino moderno e elegante como já vae se tornando o nosso. Só com esse indispensável auxilio a nossa tentativa não ha de ser frustada. (*Era Nova*, Parahyba 1 de julho de 1923, nº 47)

O leitor era levado a considerar que o aumento revertido em melhorias era em beneficio do próprio, visto que este poderia contar com uma publicação de melhor qualidade e comparável com os melhores magazines das grandes cidades. Por outro lado, era destinada ao leitor/cliente a ideia de que ele era o responsável pelo sucesso do empreendimento. A “brilhante vitória do periodismo ilustrado indígena” só poderia ocorrer com esse apoio poderoso do público, que aquém de se render sua “sympathia e a admiração” pela *Era Nova*, “cada assignante desta revista [deveria] torna-se para logo seu propagandista e seu amigo [...]” (*Era Nova*, Parahyba 1 de julho de 1923, nº47) A *Caixa da “Era Nova”* registra o sucesso dessas assinaturas com a publicação de alguns pedidos da revista e do pagamento da soma referente às mesmas.

Correspondente – (Arara) Recebemos a importancia relativa a uma assinatura anual.Gratos.

J. G. Pinto – (Moreno) Accusamos o pagamento de suas assignaturas. Gratos.

Correspondente – (Bananeiras) Estamos de posse da importancia remetida para pagamento de assignaturas.

Correspondente – (Souza) A partir de 1º de Julho remetteremos a “Era Nova” para os novos assignantes. Agradecemos os seus esforços. (*Era Nova*, Parahyba 1 de julho de 1921, nº 7)

Uma possível forma de angariar mais assinaturas ou de mantê-las ativas era através da interação do público leitor com a publicação. A exemplo do recebimento, na redação da revista, de contos e poemas escritos pelo leitor, que depois de selecionados poderiam ser publicados. A revista fazia uso também de brincadeiras, charadas e enigmas em que o leitor teria de desvendar, atraindo assim sua atenção. Da mesma forma mantinha publicações seriadas de novelas, em que o leitor deveria dispor de outro número da revista para seguir o enredo. Promovia concursos em que se requeria do leitor o seu voto que só seria possível através do recorte e envio da última folha da revista. Por fim, o oferecimento de brindes conjuntos a compra de alguma edição. “As pessoas que tomarem uma assinatura anual da *Era Nova* fazemos presente de um exemplar da nossa linda edição do Natal” (*Era Nova*, Parahyba 2 de março de 1924, nº59). Tudo para atrair as preferências dos seus leitores.

Os pontos de venda também figuravam como estratégia importante nas vendas das revistas. Somados a uma formatação atrativa, diversidade de conteúdos os pontos de venda eram responsáveis por boa parte da circulação das revistas. Estavam sempre bem localizados, próximos a charutarias, livrarias, estações ferroviárias, praças e mesmo hotéis (MARTINS, 2001, p. 233), a esses locais somem-se a contribuição das rodas de amigos que indicavam a leitura e mais profissionalmente a figura do representante responsável por vender as assinaturas e angariar anúncios auxiliados pelos próprios correspondentes da revista.

Vale lembrar, o que nos diz Medeiros (2010), que a mercantilização dos jornais, comumente não priorizava apenas os lucros, o que se refletia, por exemplo, na propaganda de outros periódicos feitos pelos periódicos concorrentes ou, por outro lado, terem seus donos e colaboradores outras ocupações e fontes de renda. Sobre isso, Gomes (1999) explica que os ganhos dos periódicos estavam longe da lógica dos cálculos e dos benefícios materiais, inserindo-se antes no universo das paixões, crenças e vaidades intelectuais. Por isso, era comum que a falta de recursos justificasse o desaparecimento de todas as revistas, que viviam de subscrição, assinaturas e anúncios, que davam apenas para cobrir as despesas.

O valor da assinatura anual variava de acordo com a localidade, no seu primeiro ano chegou a custar, 14\$000 para a capital e 18\$000 para o interior, já o custo da assinatura

semestral era de 7\$000 na capital e no interior 10\$000 e sobre o número avulso se cobrava \$600. Com o passar dos anos esses valores aumentaram, mas diminuiu a diferença entre si, 20\$000 a capital e 22\$000 o interior para os pedidos anuais, 11\$000 na capital e 12\$000 no interior para os pedidos semestrais, enquanto que o número avulso subiu pra 1\$000 e 1\$500 respectivamente.

Apenas para se ter uma noção do que significavam esses valores para época, selecionamos alguns artigos com importâncias similares ou aproximadas comercializados nos mesmos períodos. A própria revista nos supre essa informação, com a publicação de preços de artigos pessoais dispostos pelos anunciantes. Como é o caso das Indústrias Nacionais Reny, que em 1922 colocava no mercado o artigo feminino *Pó de Arroz Reny*, a caixa pequena custando \$600, preço de um exemplar avulso do ano anterior, ou a *Água Balsâmica*, antiséptica e higiênica, vidro grande por 7\$000 preço da assinatura semestral, já o valor da assinatura anual poderia corresponder a 5 *Postaes de Luxo* tipo F, exclusivo da Galeria Brasil, pela soma 20\$000. Segundo Medeiros (2010), um bilhete de cinema em Pernambuco entre os anos de 1921 a 1934 custava entre \$900 e 3\$200. Curiosamente Ângela de Castro Gomes (1999) nos informa que o valor de um livro como *As minas de prata* de José de Alencar custava em média 10\$000, ou seja, metade da importância da assinatura anual (17 números em média).

Tais informações nos importam na medida em que o texto não está separado da materialidade e da estrutura em que está disposto. O formato da revista, nº de páginas, publicações, colunas, ilustrações, fontes, sequência de notícias, tudo interfere no texto, no modo como ele vai ser apropriado, lido, por vezes determinando posturas, condutas, o próprio ritmo e lugar da leitura.

Maurice Mouillaud (2002), ao trabalhar o uso do periódico como fonte documental, sustenta a hipótese de que o jornal não é aleatório. Ele dispõe de uma organização intencional, pensada, planejada, tudo que lhe compõe tem que ser considerado, nenhum dispositivo se encontra ausente do texto. A materialidade do periódico prepara e ativa os sentidos do leitor, se assemelhando à função do “envelope [que] não está indiferente à carta que contém: ele me prepara para esperar um correspondente (ou para interrogar-me a respeito de sua identidade), [...] para mobilizar esse ou aquele interesse, para acordar o *ethos* [...] com qual vou ler a carta.” [MOUILLAUD, 2002, p.30]

Maria Tereza Santos Cunha nos lembra das *Armadilhas da sedução*, “pois nelas estão representadas normas, condutas e valores suscetíveis de se caracterizarem como uma forma de educação” (CUNHA, 1999, p.18). Capa, títulos, fontes, tipografia, lugares, têm funções e

finalidades, como algo que não está dito, mas está representado, ainda que seja pelo valor publicitário de um atraente produto.

A autora sustenta a ideia de que qualquer compreensão de um texto esta sujeita à forma com que ele se apresenta à leitura, ou seja, são ativados sentidos diferentes quando se lê um texto com ilustrações, daqueles de uma decodificação dos signos, da mesma forma que a leitura seriada de uma novela publicada em revista é diferente da leitura da mesma novela na brochura de um livro. As formas, os dispositivos conferem sentidos e múltiplas linguagens ao texto. Tais discussões nos inclinam a pensar que o cuidado que os editores da *Era Nova* dedicavam a suas capas e tipografias, para além de uma afirmação primeira e sintonia com os códigos de que se considerava uma revista moderna, figurava também em uma estratégia de vendas. Embelezando a revista, os editores faziam uma correspondência com o conteúdo escrito, ou seja, letra e matéria respondiam às demandas da época.

[...] reafirmação do bom gosto artistico e intelectual da mocidade parahybana, que se pode ufanar de possuir a melhor revista do norte do Brasil, só comparável aos grandes magazines que publicam na capital da Republica. Nitidamente impresso, a tintas de varias cores, ostentando um trabalho material e intelectual digno dos melhores elogios [...]. (*Era Nova*, Parahyba 2 de março de 1924, nº59)

A capa representa para uma revista o mesmo papel que representa na mulher. Envolve suas formas e sensações, e mais que na mulher, a revista precisa desta causa de atração. É sua <<maquillagem>>, o seu requinte, provocando o desejo e a cubiça do leitor. *Era Nova*, que é cubiçada e querida no meio parahybano, quer também ser revelada e envolvida pelos seus artistas do lapis e das cores. Para isso institue o concurso de capas, entre todos os artistas residentes nesta cidade. (*Era Nova*, Parahyba 15 de maio de 1924, nº62)

Os editores parecem ter significativa clareza da função da capa, as utilizando para tornar a revista mais atraente para o leitor/cliente ao mesmo tempo em que lança mão de alcançar um novo público, os artistas. Dizendo de outro modo, os ornamentos são um apoio de vendas para atingir o nosso sentido primário, a visão. Com um tom leve e confortável, o inebriante apelo visual carregava as tintas da propaganda da própria revista.

A propaganda actúa, assim, dentro das iniciativas commerciaes, como um motor de particular efficacia, com toda a força e actividade d'um elemento propulsor que dirige o movimento para resultados mais lucrativos. Tino e oportunidade na exploração desse recurso valioso, são as duas condições essenciaes para evitar o malogro de toda a efficacia desejada. A necessidade e os exitos da propaganda explorada com intelligencia e oportunidade, tem

sido universalmente e fartamente comprovada. (*Era Nova*, Parahyba, 15 de outubro de 1922, nº35)

A propaganda em benefício próprio contribuía para angariar mais anunciantes de marcas e serviços, o que ajudava a manter a revista funcionando. A *Era Nova* manteve em média 17 números por ano, o que somaria um total de 100 números em seus seis anos de vida. A revista era editada numa média de 14 páginas, sendo 4 a 5 determinadas para as publicações de anúncios. As distribuições de páginas dedicadas aos anunciantes nos levam a pensar na boa aceitação e circulação que a *Era Nova* extraía do público leitor.

[...] sympathia que *Era Nova* vem despertando fora da Parahyba pelas referencias sobremodo animadoras que a nosso respeito encontramos de vês em quando nos jornaes de varios Estados, além do grande numero de anunciantes que nos círculos commerciaes mais importantes do paiz disputam as nossas paginas, conforme se infere da secção competente. (*Era Nova*, Parahyba, julho de 1923, nº48)

Aceitação e procura era motivo de que se gabava a própria revista. Até que medida ela exagerava essa procura, ou se era mais requisitada que outro bi-mensário, não sabemos ao certo. Inegáveis eram as significativas variedades de anúncios veiculados, abrangendo um leque de categorias: alimentícia, vestuários, perfumaria, movelarias, farmacêuticos, tinturaria, médicas, bebidas, automóveis, hotelaria, livrarias, e afins, o que nos diz de uma diversidade de leitores. Anúncios locais, das cidades circunvizinhas à Parahyba do Norte e de outros Estados.

O costume de enviar exemplares da revista para a redação de outro órgão de publicidade, de certo modo, pode ser caracterizado como outra forma de alargar a publicidade da empresa *Era Nova*, através da divulgação e/ou resumo do que se poderia encontrar em alguns de seus números, elaborados por periódicos de outros Estados proporcionando, ainda que de forma reduzida, uma circulação de ideias. A crer na própria *Era Nova*, o bi-mensário conseguiu destaque para além da demarcação territorial da Paraíba. O afanado prestígio em outros Estados era divulgado em notas no interior da própria revista que selecionava as boas críticas e elogios elaborados por outros periódicos e re-editava em suas páginas. No ano de 1925, *O Norte*, magazine publicado no Rio de Janeiro, assim noticia a passagem do quarto aniversário da *Era Nova*.

Uma cidade póde possuir literatos e não contar um meio literário, como tantas vezes acontece, e se não se punha em duvida a existência de valores mentaes na Parahyba, porque ella é demonstrada por factos, faltaria

ambiente para um tentamen artístico relativamente audacioso. *Era Nova*, entretanto, venceu. Progrediu. Affirmou-se. É um orgam brilhante, que honra ás letras parahybanas e põe em justo relevo a capacidade dos seus escritores. Fazemos com muita sympathia o registro desse anniversario, ocorrido a 28 do mez passado [...]. (*Era Nova*, Parahyba, 15 de maio de 1925, nº79)

A *Era Nova* assinala uma extensa lista de reconhecimento em outros Estados, como São Paulo, Pernambuco, Manaus, Ceará, Alagoas, Sergipe e outros tantos, não só angariando publicidade externa, mas também de seus confrades paraibanos, como o jornal *A União*, *A imprensa* e o *Commercio da Parahyba*, em que registra as considerações erigidas pela imprensa paraibana, sempre ressaltando a qualidade de suas impressões, ilustrações e literatura. Sempre levando em conta a permanente difusão de artigos literários e a contribuição da revista para o enaltecimento e valorização das letras paraibanas.

A literatura representava a maior parte do volume da *Era Nova*, abrindo espaço inclusive para a publicação de textos literários de autores ainda não conhecidos. Tais textos eram enviados para a redação e passavam por uma triagem, podendo ou não ser aceitos. É o que ocorre com o senhor de codinome J.K., cujos versos não foram aceitos pela revista que expôs sua recusa da seguinte forma: “É inútil insistir, estamos com a cesta cheia de versos ruins” (*Era Nova*, Parahyba, 15 de maio de 1921, nº4). Desejosos de elevar o valor qualitativo e quantitativo das letras paraibanas, no seu primeiro ano, o então diretor da revista propõe uma coletânea de sonetos escritos por poetas conterrâneos, mesmo aqueles mais esquecidos, para serem publicados junto a um pequeno esclarecimento biográfico, seguido de um retrato do autor. “Para isso faz-se preciso o valioso concurso dos que se dão ao trato das magras letras patricias, maximé, no que diz respeito aos esboços chronologicos sobre a vida de cada poeta.” (*Era Nova*, Parahyba, 22 de outubro de 1921, nº14)

A *Era Nova* contava com o layout da página que favorecia o formato de três colunas com a presença de bordas de páginas ornamentais e tipografia variada, mantendo uma redação permanente. Somando a maior parte de artigos literários, a revista não deixava de publicar uma seleção elástica dos conteúdos e notícias a serem estampados em suas páginas, como colunas sociais, amenidades, curiosidades, informes da cidade, que respondiam a seu caráter de variedade, literária e noticiosa. Entre algumas de suas seções mais constantes encontram-se *Livros Novos*, que indicavam os melhores e mais novos livros à venda, fazendo uma eleição dos livros que a sociedade paraibana deveria ler; *Pelo mundo dos desportos* que noticiava os eventos esportivos, como futebol e a corrida de remo, que ocorriam nos clubes privados e públicos da cidade; *Viagens em torno de mim mesmo* que primava pelo relato de experiências

pessoais do autor, através do uso da crônica, com as ações do cotidiano; *Notas de Arte* que noticiava os eventos artísticos da cidade incluindo as apresentações no teatro, cinema e clubes; *De tudo e...para todos* seção voltada aos conselhos domésticos e que se justificava pela atenção da *Era Nova* a carestia da vida, por isso receitava provisões que levassem em conta a economia do lar.

Significativa parte da revista apresenta certa preferência pelas questões amorosas, repartidas em seções, poemas, reflexões, contos, colunas, a começar pela seção das *Notas Sociais* que divulgava os casamentos, aniversários, festas particulares e viagens de pessoas da sociedade; *Cartas de Mulher*, crônicas voltadas a temas do cotidiano feminino escritas de forma muitas vezes sarcástica e saudosista; *Trovas da Roça* seção de poemas de amor escritos numa linguagem matuta; *Vida Alheia*, *Farpas e Fiskas*, *Gaveta do Sapateiro*, seções baseadas num mesmo formato, a produção de pequenos textos sempre voltados à área amorosa, narrando as contingências dos namoros, flertes e seus lugares de sociabilidade, escritas num estilo de confiança a preservar a identidade dos que protagonizavam seus enredos; *Álbum de Mlle. Analice Caldas* no formato de enquetes, suas questões em primeiro momento pareciam irrisórias por se tratar de perguntas simples, ingênuas ou mesmo infantis, a exemplo das perguntas *Qual sua cor preferida? O que deseja ser? Que qualidades prefere no homem/mulher? O que diz do casamento? O que pensa da religião?* Entretanto, as enquetes ofereciam um mapeamento das posturas, disposições e do modo de ver o mundo de homens e de mulheres da década de 1920; *Quinzena Agrícola* amalgamava as ações e cuidados da agricultura com as relações pessoais; e as *Novelas* que só aparecem no 3º ano de publicação da revista e que contava com autores do próprio corpo de colaboradores da revista. Tramas, peripécias e temas que chamavam a atenção, os folhetins traziam consigo um fundamento moral às suas narrativas.

As seções tratavam de difundir e registrar um discurso amoroso que desse conta das aspirações do seu contexto, ou seja, a emergente modernidade, mas que por outro lado resguardasse certos códigos de valores. Não obstante, podemos atentar uma série de aparatos pedagógicos que transpassam o texto e de que dispõe seus editores, que transformam suas seções em fiscais do gosto, da moral e dos bons costumes, imprimindo um caráter modelar e regulador de subjetividades.

Notadamente, a *Era Nova* buscava se destacar e cativar um público específico, aquele de que também era composta sua própria estrutura, ou seja, as classes médias letradas¹¹.

¹¹ Não há um consenso quanto a uma definição sobre o conceito de classe média, alguns teóricos tendem a considerar os elementos econômicos como definidores outros partem de uma visão política e cultural em que

Público diversificado em profissões e em status, “moças da sociedade”, jovens requintados e políticos renomados estampavam as páginas da revista, aludindo ao patamar de elegância, respondendo a um desejo de instrução e modernidade, por parte da sociedade paraibana. Não é à toa que até o terceiro ano de edição eram as jovens proeminentes da sociedade que estampavam as capas. Na maior parte das vezes, as imagens não estavam diretamente associadas ao texto, por isso era comum que alguns artigos literários fossem cortados pelas fotografias de homens, mulheres e crianças. Ora estampando poses, ora visibilizando panoramas, como os passeios em praças com um grupo de amigos [as], a fachada da casa do fotografado e afins. Contudo, o que melhor nos sugere o público consumidor/leitor da *Era Nova* foi o surgimento da “Secção especial ilustrada para os leitores de *ERA NOVA*” em janeiro de 1924.

Com este numero fica creada nesta revista uma secção especial onde serão estampados os retratos dos nossos amáveis leitores, mediante exclusivamente paga dos clichés. Aceitamos para estampar, retratos, vistas de cidades, de estabelecimentos, fabricas, residências, grupos, instataneos de festas intimas etc. (*Era Nova*, Parahyba, 30 de janeiro de 1924, nº56)

Tal seção nos importa na medida em que nos fornece algumas informações, a saber, abaixo das fotografias seguiam o nome, a profissão e a cidade do leitor, inclusive podem-se encontrar leitores de outros estados como o “1) Dr. Felizardo Leite, funcionário da Delegacia Fiscal; 2) Raul Aranha, comerciante; 3) Dr. Placido Serrano, professor do Gymnasio e Escola Normal [...]” (*Era Nova*, Parahyba 30 de janeiro de 1924, nº 56), todos residentes do Estado de Manáos. As senhoritas também estampavam a seção dos leitores, como a “Stª Maria Nieva, da sociedade Ariense; Stª Lucilla, da sociedade de Souza; Stª Laurides Gama, filha do Sr. Antonio Gama, construtor nessa capital.” (*Era Nova*, Parahyba, 15 de setembro de 1925, nº 86) (ver figura 01)

Entre as indicações destacadas o que mais se repete é o de comerciante e o ambíguo participante “da sociedade”, outras profissões são citadas como: “pharmaceutico”, “tabelião e

privilegiam as condições de posse do prestígio, status e instrução, ainda que os recursos econômicos não se equiparem. Peter Gay (1988,) a variedade de definições e termos, mesmo no século XIX, ilustrava bem a dificuldade em identificar as classes médias com alguma precisão, isso porque há também que se considerarem as especificidades espaciais, haja vista que as localidades podem implicar em diferentes termos e significados. Ainda assim elas não poderão ser consideradas como coletividades concretas.

Entre as principais ocupações dos setores médios e que no início do século XX ainda gozavam de bastante prestígio estavam as que se enquadravam no campo do direito, da medicina, do clero e da educação. No interior dessas classes médias poderiam se encontrar aqueles que participavam do pequeno comércio, pequenos industriais, servidores públicos, indivíduos com instrução superior, mas também artesões, poetas, trabalhadores assalariados como mestres de ofício. (GAY, 1988 p. 14-32)

escrivão”, “membro da academia livre de letras da Bahia”, “proprietário” [de terras?], “construtor”, “professora”, “poeta” e colaboradores de “firma”.

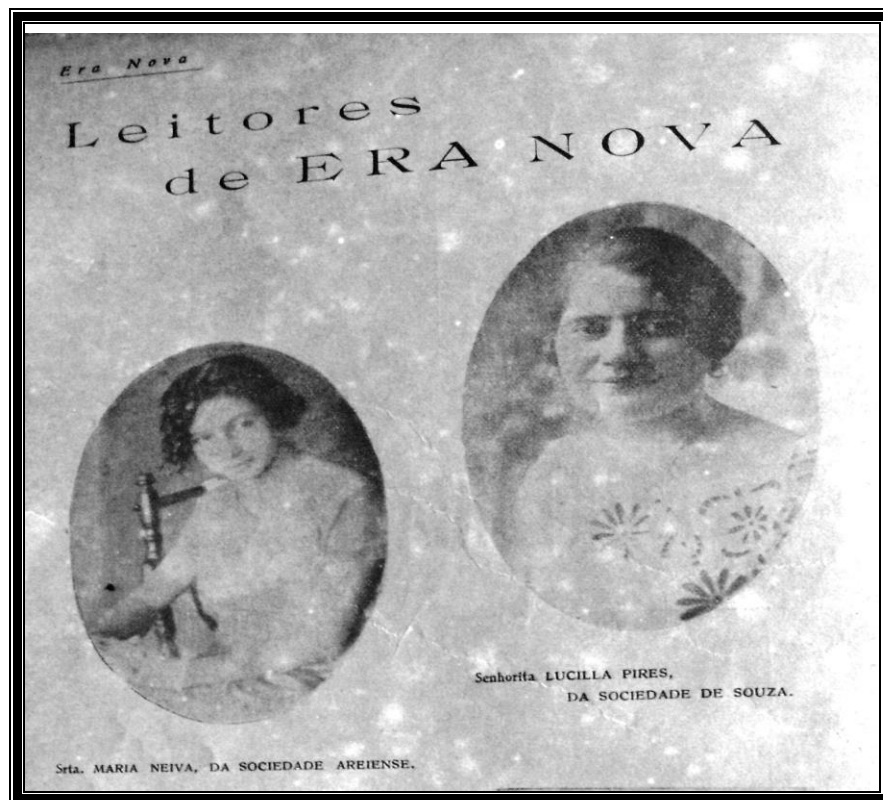


FIGURA 01. Moças da sociedade
 FONTE: *Era Nova*, Parahyba, 15 de setembro de 1925, nº 86

Outro detalhe que não nos escapa desta seção é que para o público leitor poder se reconhecer nas páginas da revista, além de desembolsar uma quantia para compra da mesma, teriam que arcar com a “paga dos clichês”. Essa minúcia nos diz que o leitor, ainda que não tivesse que ser necessariamente abastado, provavelmente teria que dispor de uma soma excedente, que não lhe fizesse falta, para prover tal capricho, tendo em vista que a soma referente a clichagem poderiam custar de 15\$000 à 70\$000, ou seja, valor igual à assinatura anual da *Era Nova* [em 1921, custava 15\$00] por uma foto de 1/9 de página. Para aqueles que desejassem ter sua imagem estampando ¼ da página arcariam com o valor de 30\$000.

Longe de podermos engessar as classes médias enquanto homogêneas e singulares, vislumbramos um quadro plural no que diz respeito à educação, cultura e status econômico, que de certo provocava valores e vivências distintas que tornam impossível reduzir a um único formato suas experiências, em especial as que tangem ao campo das sensibilidades.

1.4 – A que veio: sonhos e aspirações

Estudar os periódicos é tratar de uma delicada, mas favorável empreitada na busca de informações que nos forneça uma perspectiva dentro da paisagem cultural de determinada sociedade. A forma como esta era representada ou se auto representava, como se era dada a ler seus códigos cotidianos, a disputa ideológica de poder, seus valores e visões. Por isso nos interessa saber quem eram os homens que produziam as letras. O que desejavam? O que os motivavam? São perguntas das quais podemos sempre supor a resposta, através da fina brecha deixada pelos seus próprios relatos.

Voltemos ao momento da sua concepção. Um editorial comemorativo do Centenário da Independência nos informa que em um dos rotineiros serões literários, seis jovens, eram eles, Severino Lucena, J.J. Gomes, José Pessoa, Epitacio Vidal, Horacio de Almeida e Guimarães Sobrinho, na propriedade desse último, deliberavam acerca da condição intelectual na Paraíba e a necessidade de um órgão que elevasse o valor e o nível de debates e/ou mesmo de circulação das letras paraibanas. Tal é o cenário em que se dá corpo à ideia de criar a revista *Era Nova*. Vejamos a recordação que o corpo editorial guarda desse momento.

Vivíamos neste tumulto de sonhos e aspirações. Entretanto, o que era preciso era objetivar alguma coisa. Foi assim que, em um dos nossos habituais serões literários, na residência de Guimarães Sobrinho, onde nos reuníamos para longas palestras e para chuchurrear um delicioso e aromático café, concertámos o plano formidável de fundar na Parahyba uma revista de letras. (*Era Nova*, Parahyba, edição do Centenário da independência do Brasil-1922, 1923) ¹²

A crer nesse relato, desejosos de enaltecer e contribuir de forma mais direta com a divulgação das letras paraibanas e inspirados pelos ares de modernidade e as referências estéticas dos magazines das grandes cidades, um grupo de jovens proeminentes da sociedade paraibana se reúne, idealiza, planeja e coloca e vigor a revista que traduziria as suas aspirações.

Na seção de abertura ou artigo de fundo como é comumente chamado o primeiro artigo de uma revista, se encontram divulgados os caminhos que o corpo editorial pensa em seguir, traduzindo as nuances, os princípios, e as motivações do novo veículo de comunicação. Assim, o próprio editorial apresenta ao público leitor o que acreditam dar sustentação ao empreendimento.

¹² O curioso dessa edição comemorativa do Centenário da Independência e que ela só é publicada no ano de 1923. Como se trata de uma publicação especial não conta com uma numeração, por isso é referida aqui apenas pelo título e ano.

Hemos de nos esforçar por fazel-a um orgam de publicidade que interesse a todas as classes e preparal-a com meticoloso acuramento, tornando a variada, amena, sabendo a todos os paladares na exuberância de suas especialidades, esclarecendo, destarte, ao industrial e ao comerciante, ao leitor burguez e ao leitor letrado e incentivando ao mesmo passo o amor dos jogos desportivos com ilustrações e applausos. Entreteremos de apreciar a vida política e administrativa sem, por isso, termos o menor reбуço de partidarismo. [...] Não temos outros compromissos, nem os desejamos ter, senão de discutir as questões, longe de tendências parciais ou pessoaes, adscrevendo-nos aos preceitos da moral, ao acatamento da ordem e a integridade da justiça. (*Era Nova*. Parahyba, 27 de março de 1921, nº1)

Primando pela característica de variedade, busca, de certo, atingir o maior numero de leitores possíveis, por isso buscavam esclarecer que a *Era Nova* seria de interesse tanto do industrial, do comerciante, do esportista, do político, do economista, da mulher, “variada, amena, sabendo a todos os paladares.” Inserindo nas suas primeiras linhas a importância de um cuidado com a moral e os bons costumes, deixando entrever seu caráter pedagógico dos comportamentos sociais. Contribuindo na formação e nos modelos de bons cidadãos.

Outra informação que nos chama a atenção nesse primeiro artigo é a necessidade do corpo editorial de afirmar um distanciamento não das questões políticas, mas da defesa de um elemento partidarista, ou seja, declarando-se imparcial e não tendencioso. Renunciando as paixões pessoais, que pudessem pesar na busca e no esclarecimento dos fatos. Por isso acreditava ser “preciso primeiramente quebrarmos o aguilhão de nossas paixões na bigorna da opinião pública.” (*Era Nova*. Parahyba, 27 de março de 1921, nº1) Era notório o reconhecimento, por parte da revista, que a maior parte dos periódicos alimentava uma tendência partidarista e utilizava o espaço da escrita para resolver ou insuflar contendas pessoais.

Nossa imprensa indígena é, fatalmente, consagrada a politica: é uma espécie de maldição do destino. Perdem-se, assim, muitos moços de talento, aos acenos enganadores dessa miseranda politiquice estreita que busca transformar as inteligencias juvenis em machinas simples[...]. Fazer jornal – principalmente nas plagas provincianas – é estar sujeito a corrente oscillatoria da respectiva politica regional: sahir disso é um perigo – e um perigo que, si não enfrenta á explosão dos canhões, fica á espera da morte – por asphyxia moral. [...] o jornal é um condemnado certo: ou vai com o govêrno, ou morre! (*Era Nova*, Parahyba, 27 de março de 1921, nº1)

Abel da Silva, escritor desta crônica, levava a cabo uma crítica aos periódicos que se deixavam sugar pelas prerrogativas políticas, lamentando o desperdício de talentos jovens que se deixavam manipular em função de apadrinhamentos e promessas ou quando muito um

respaldo econômico. Por outro lado, buscava, sobretudo, solidificar o apoio à *Era Nova* que não se deixava atrair pelas “seduções mesmo feéricas da insinuação malévola e perversa, mantendo-se no posto de suas qualidades promissoras de altivez e de brio.” (*Era Nova*, Parahyba, 27 de março de 1921, nº1) Esta mesma defesa é reiterada no aniversário de um ano da revista.

Os que ora pelejam neste recinto são por demais sóbrios para que se não deixem arrebatados pelas lutas de ambição e de inveja, com que vae se chafurdando, a seu talante, a imprensa nacional, sem uns longes, ao menos, de repugnancia, em converter as questões de interesse geral em explorações de caracter individual [...]. Ha sido, pois, até hoje, muito diverso o credo da nossa orthodoxia jornalística. Forcejamos ainda por estendel-o pelos horizontes de nossa imaginação idealística, como vem vindo até hoje sem as peias das ligações officiaes, nem os tropeços das paixões oposicionistas. (*Era Nova*, Parahyba, 26 de março de 1922, nº23)

Curioso é que mesmo engrossando a imagem de independência dos laços com a política, a *Era Nova* não deixava de tecer comentários elogiosos a figuras acentuadas da gestão política. A exemplo da figura do então chefe de Estado do sr. Sólton de Lucena e do sr. Epitácio Pessoa, magistrado da República, a quem a revista rendia homenagens. Foi editada nas oficinas gráficas da Imprensa Oficial, contando com o apoio do governo, o que justifica, em certa medida, sua sobrevivência por um longo tempo, possibilitando a revista ser produzida numa qualidade alta, sem extrapolar seu preço. Quem nos informa dessa sorte é a própria revista, num pronunciamento ao seu 4º aniversário, respondendo à admiração com sua longa vida.

A explicação material disto esta no seguinte, que dizemos sem embaraço nem peias: *Era Nova* conta com o auxilio do governo da Parahyba, na sua impressão, que é feita nas oficinas da Imprensa Official. Embora paga pelos cofres desta revista, essa impressão não e reputada, para esse efeito pelo seu verdadeiro valor. A diminuição que nos é feita, entretanto parece esta sendo compensada sufficientemente na propaganda do Estado que decorre da publicação. (*Era Nova*, Parahyba, 1 de abril de 1925, nº76)

Sem dúvida, a alegação da *Era Nova* sobre não estar vinculada a partidatismo político, fica um pouco desacreditada sobre tais circunstâncias. Como nos lembra Fátima Araújo, aquela era uma época de ‘panelinhas’, só havendo oportunidade para os escolhidos das lideranças culturais e políticas (1989, p. 257), isso significa dizer que todo o *corpus* editorial e mesmo os colaboradores, além de escolhidos a dedo, certamente, traduziam o pensamento ideológico e crenças do jornal em que estavam inseridos. Sobre isso, Robert Darton (1990)

descreve em *O beijo de lamourette*, a dinâmica de um jornal [acreditamos que o mesmo valha a uma revista], cujo procedimento de criação das matérias se dá a partir do olhar e desejo do editor. Se, por um lado, o editor aponta quais as matérias que interessam àquele veículo, por outro, influencia igualmente no resultado final, considerando que a opinião do jornalista, de certa forma, tem que ter uma base comum à do corpo editorial.

Ainda no início dos novecentos, as questões políticas afetavam as redações das revistas, algumas menos que outras, mas certo é que muitas contavam com o apoio de um financiador ou mesmo do governo, as que abdicavam de um ou de outro possivelmente tiveram suas vidas encurtadas. Mas não eram apenas as políticas partidárias que entrecruzavam as revistas, no mais das vezes eram as políticas sociais que estavam intrinsecamente ligadas ao fazer dos periódicos. De certo modo, as questões estéticas de uma revista se deixavam atravessar pelas demandas políticas, em que se formam redes de interlocuções e sensibilidades a partir de seus posicionamentos sociais, reverberando na escrita as questões sociopolíticas.

Segundo Ângela de Castro Gomes, a importância de apontar para as questões políticas e estéticas, que podem compor um periódico, se deve à condição desses grupos de “produtores de bens simbólicos, eles estão sempre elaborando interpretações da realidade social que tem uma dimensão de diagnóstico e outra de prognóstico com significativo poder de comunicação social.” (GOMES, 1999, p. 19) A autora ainda destaca que, em se tratando dos anos 1920, o campo artístico-cultural tem um terreno arado para elevar projetos de intervenção social, que visassem a melhorias no futuro do país. Tais projetos podem ser exemplificados pelas campanhas nacionalistas, sanitárias, educacionais, artísticas. Vale ressaltar que as dimensões políticas não eram aludidas de forma explícita, até porque as variedades de posições que habitavam um mesmo espaço tornam do mesmo modo variado as bandeiras levantadas.

Os intelectuais que bebiam na fonte do estilo modernista,¹³ no início do século XX, sorveram também de um sentimento nacionalista, desdobramento da corrente de pensamento pré-modernista que se instalava no país, promulgada pelos meios de comunicação, levando em conta, sobretudo, a problematização da realidade social e cultural do Brasil. Nesse sentido

¹³ Entendemos por modernismo, grosso modo, uma opção estética que buscava extrapolar os estilos simbolistas e parnasianos do início do século XX e que culminou na Semana de Arte Moderna de 1922, realizada em São Paulo. Elaborando uma crítica às velhas estruturas, o modernismo elevou, para tanto, novos temas, motivos e mitos emitidos por novas experiências linguísticas de ritmos e medidas diferentes que possibilitassem compreender, valorizar e interferir na realidade brasileira. Vale salientar que aqui nos referimos à realidade brasileira, sendo possível encontrar outras experiências singulares e múltiplas do movimento modernista. (BOSI,?)

é que nas primeiras publicações da *Era Nova* aparecem alguns artigos referenciando ao novo projeto artístico e linguístico que nos sugerem uma visão favorável aos posicionamentos nacionalistas.

O nacionalismo apella para dois sentimentos poderosos: o de pátria e o de verdade. Fala ao povo com a linguagem do povo e de coisas que elle conhece, ama ou admira. Ahi está o segredo de sua força e talvez de sua victoria final. [...] O guia do movimento nacionalista nos domínios da arte brasileira é sem duvida o sr. Monteiro Lobato [...] o escriptor paulista organizou uma bandeira verdadeira bandeira literária, fadada a ampliar os horizontes do nosso espirito [...]. Almejam o sr. Monteiro Lobato e os que o seguem de perto fazer uma verdadeira revolução esthetica, apanhando a psychologia da gente brasileira urbana e rural, e guerreando no domínio da linguagem o logar comum e o pedantismo classicista. O seu programma é, em summa, fazer literatura genuinamente brasileira em língua nacional. [...] os que defendem o nacionalismo na linguagem não pretendem arvorar a bandeira das erronias, reconhecendo o direito de falar errado. Não! Querem elles é zelar a tradição brasileira, o sentimento da brasilidade, a parte do patrimônio comum que nos tocou livre de ônus e encargos. (*O nacionalismo na arte e na linguagem. Era Nova. Parahyba, 15 de agosto de 1921, nº10*)

[Levar a cabo a] campanha appellidade de “nacionalista” [...] para isso, forçoso é se não deixar arrefecer e apagar o “fogo sagrado” do patriotismo, necessario se fazer manter acceso o mesmo orgulhoso entusiasmo por tudo que é nosso, por tudo que nos diz respeito [...]. [A campanha nacionalista] não visa, que nos conste, a perseguição ao estrangeiro e menos ainda impedir que elle venha collaborar connosco no engrandecimento commum do paiz; mas, simplesmente, propugnar pela nacionalização do que é nosso, pela valorização do que nos pertence, e acima de tudo, trabalhar pelo soerguimento moral e educativo do nosso povo, humilde factor da nossa grandeza e prosperidade, rehabilitando-o pela hygienização individual pelo saneamento do sólo, pela educação cívica, pela extincção do analfabetismo, pela difusão da instrucção technica e profissional. Da finalidade desse conjucto de serviços do mais alto alcance patriotico aos extremos de uma xenophobia insensata, vae grande a distancia. (*Do nacionalismo. Era Nova. Parahyba, 15 de agosto de 1921, nº10*)

No primeiro texto temos Alcides Bezerra discutindo a questão da valoração da língua nacional acatando inclusive as especificidades regionais em detrimento da língua e escrita portuguesa. No segundo texto escrito por Silvano Silva, a discussão está em torno da não qualificação do povo brasileiro que os impossibilita de assumir cargos e espaços na sociedade que passa a serem preenchidos por estrangeiros. Aqui não se trata de expulsar os estrangeiros, mas de possibilitar que os brasileiros usufríssem as riquezas da terra. Nos dois textos, os autores comungam dos ideais, assumem discursos e posturas que encabeçavam as campanhas nacionalistas. O problema não está na cultura cosmopolita, menos ainda em um sugestivo insensato xenofobismo. O que certo grupo de intelectuais do início do século almejava era a

construção do sentimento de brasilidade, de pertencimento, de reconhecimento, que seria em parte obtido através da problematização social. Seria necessário identificar os pontos enfraquecidos no seio da sociedade que não autorizava a maior parte dos nascidos do Brasil ocuparem posições e cargos públicos, nem contribuir no engrandecimento do país. Só o reconhecimento desses pontos e a condução do trabalho em função de melhorias é que levaria ao sentimento “de fogo sagrado do patriotismo”.

Segundo Eduardo Jardim de Moraes, “o modernismo propunha a renovação no domínio da produção artística. Ao mesmo tempo, e enfaticamente, ela faz a defesa da nacionalização das fontes de inspiração do artista brasileiro” (1988, p.221). A modernidade, portanto, teria que estar vinculada às questões de identidade nacional, de modo, a levar em conta o referencial popular e as origens tradicionais, tendo a estética moderna como ponto de partida, o da “coisa natural e adequada”. Modernizar, no caso brasileiro, não significava renegar o passado, nem o plano estrangeiro se aproximava antes da ideia de atualização, em que não estava afastado o compromisso com a tradição (MORAES, 1988; BOSI, ?).

1.4.1 – Os moços

A primeira formação da revista, contava com Severino Lucena como diretor, Synezio Guimarães Sobrinho como secretário e redatores Horácio de Almeida, Epitacio Vidal e José Pessoa e J.J. Gomes na parte comercial (ver figura 02). Essa formatação, contudo, não se manteve. Ficando a definitiva a cargo do Lucena na direção, como redator-chefe Sobrinho, Vidal como secretário e, como novos integrantes, Mardokêo Nacre diretor técnico, Edgar Dantas na direção comercial e Vieira de Alencar, também na redação.

O que esses nomes tinham em comum, além do desejo, como já dito, de fazer prosperar a intelectualidade paraibana? Começamos então pela questão da naturalidade, todos nasceram na Paraíba com exceção do pernambucano Mardokêo Nacre que, só mais tarde, quando de seus quatorze anos, viria a residir no estado e do cearense Vieira de Alencar. A publicação comemorativa do *Centenário da Independência do Brasil* traz um editorial contendo uma breve apresentação dos que compõem o corpus da revista, que julgamos ser interessante para pensar o contexto em que se encontravam esses moços. Optamos por levar em conta tanto o que era dito por esses, como o uso de outras referências que extrapolam tal documentação. Dois fatores, certamente, foram decisivos para que fosse possível a reunião desse grupo.



FIGURA 02. Corpo editorial da revista *Era Nova*.
 FONTE: *Era Nova* Parahyba 26 de março de 1922, nº23

Primeiro, a faixa etária, pois, contavam com uma grande proximidade nas idades, o que nos faz pensar que suas formações acadêmicas e inspirações ideológicas incidissem em pontos similares, o que favoreceu a concordância e acertos quanto aos percursos da *Era Nova*. Segundo, o lugar social e político na medida em que figuravam pertencentes ao que chamamos de classes médias. Por mais que a Severino de Albuquerque Lucena seja imputado uma maior relação com a política, por ser ele filho do governador, à época, Sólon de Lucena, e ter sido nomeado seu oficial de gabinete, continuando a ocupar cargos políticos mesmo com a posterior entrada do João Suassuna no governo do Estado (IHGP, 1999, p. 215-229). Não podemos deixar de lado a emblemática relação de outros componentes com questões políticas e sociais, como foi o caso do Mardokêo Nacre, que, vinculado às problemáticas das classes

operárias, chegou a fazer parte importante de três jornais voltados para os operários como *O Gutenberg*, *O Operário* e *o Nordeste Operário*¹⁴.

Synezio Guimarães Sobrinho e Epitacio Vidal também fizeram parte de periódicos considerados partidários, como é o caso d'A *União*. Sobre o primeiro um editorial da *Era Nova* faz alusão às suas primeiras experiências jornalísticas na cidade de Bananeiras que “encerrava uma parte da história política daquele ricão, numa phase de grande agitação partidária” (*Era Nova*, edição de Centenário da Independência do Brasil-1922, 1923). Certo é que, de uma forma ou de outra, esses rapazes estavam às voltas com a política.

A análise que fazemos dessas linhas é o paradoxo que se percebe na *Era Nova*, quando se considera ausente de partidarismo político, todavia, no número inaugural, os mesmos alertavam para o caráter ativista do veículo de comunicação que é a imprensa. “A imprensa, quando livre e sobranceira, é o braço forte e recto que conduz os povos, domina as insurreições e aos governos democráticos aponta a aurora de uma existência nova” (*Era Nova*, Parahyba, 27 de março de 1921, nº01). De tal sorte, que a subjetividade dos impressos não era só um fato, mas também um fato declarado em função de ideias peculiares e que, ao ver desses moços, serviam para elevar e engrandecer o espírito dos seus leitores.

1.4.2 – O nome do autor: a questão do pseudônimo

A propósito dos nomes que assinavam o corpo colaboracional da revista, somava grande lista os colaboradores internos e os correspondentes externos que participavam da construção e “voz” da *Era Nova*. Elencar aqui todos os nomes é uma tarefa possível, mas desnecessária. Todavia alguns fatores nos chamaram a atenção para a questão da autoria, não só a coexistência de autores que divergiam quanto às visões de mundo no âmbito da revista, mas, sobretudo, a presença frequente de alguns pseudônimos.

Num célebre ensaio, Foucault abre as discussões reproduzindo o questionamento “Que importa quem fala?”, a simplicidade da pergunta não revela a complexidade das discussões que se elevam desde algumas décadas atrás sobre o que é um autor e qual sua posição/função no texto, qual a “relação do texto com o autor, a maneira com que o texto aponta para essa figura que lhe é exterior e anterior, pelo menos aparentemente” (FOUCAULT, 2001). Grosso modo, autor é aquele a quem se pode atribuir algum texto ou discurso, mas não só, inversamente se pode atribuir tipos de discursos a um autor, essa atribuição é permeada por

¹⁴ Tais informações se encontram na edição do Centenário da Independência do Brasil – 1922. Não encontramos em nossas pesquisas mais informações acerca destes jornais.

operações e críticas, que segundo Foucault seria a presença de uma série de traços invariantes como “certo nível de valores”; “campo de coerência conceitual ou teórica”; “unidade estilística”; e por fim “momento histórico definido.”

Segundo Roland Barthes (1984), o autor é uma personagem moderna filha do individualismo, quando nossa sociedade descobre o prestígio pessoal da pessoa humana. Sobre o autor recai certa autoridade ao ser disposto como o proprietário eterno de sua obra, compelindo-o certo sentido da obra, o sentido verdadeiro, ou seja, se parte do pressuposto, “o que o autor quis dizer”. Nessa visão, criticada por Barthes, atribuir um texto a um autor “é dotá-lo de um significado último.” É a compreensão de que para decifrar/entender um texto é necessário “encontrar” o autor.

Antoine Compagnon, no livro *O demônio da teoria*, direciona um capítulo para a apreciação sobre as visões que se voltam para o autor, partindo das duas já vistas por Barthes, a corrente antiga e a moderna ou a tese intencionalista e anti-intencionalista. A primeira identifica o sentido da obra à intenção do autor, nesta a obra poderia ser explicada ao se recorrer a biografia do autor. A segunda denuncia esse lugar excessivo conferido ao autor para determinar a significação da obra, crendo na indiferença do autor para a significação produzida pelo leitor. Para Compagnon (2010, p. 51), todavia, tais argumentos não “recobrem certamente todo o problema da intenção e não o resolvem em absoluto.”

A queda do autor em Foucault e em Barthes assinala a passagem de uma visão estruturalista que podia ser seguida, apanhada, para uma visão desconstrutora que acompanha, mas não está preocupada em decifrar. É o leitor e não o autor que aparece como critério de significação. O dilaceramento do autor ou, de forma mais expressiva, sua morte, garantiria o caráter polissêmico ao texto.

Nem a ausência da intenção, pois que todos os textos intentam dizer algo, ou, como nos diz Compagnon, todo autor tem pelo menos a intenção como ato, ainda que não seja uma intenção deliberada, premeditada, nem uma única significação, visto que “a significação de uma obra não poderia ser determinada nem controlada pela intenção do autor, ou pelo contexto de origem (histórico, social, cultural) sob o pretexto que algumas obras do passado continuam a ter, para nós, interesse e valor.” (COMPAGNON, 2010, p.84)

Não estamos aqui querendo negar a intervenção dos fatos biográficos do autor, a intenção premeditada, o contexto histórico da obra, para a análise da interpretação do texto, mas dizer que a significação não é só dada a partir do nome do autor, pois que é levado em conta o contexto da recepção pelo leitor, suas experiências e vivências. O sentido não pode ser restringido somente à vontade primeira do autor, mas, também, ao valor que lhe confere o

leitor, por isso que a significância é plural, quem sabe mesmo infinita, ultrapassando qualquer projeto pensada pelo autor.

A explicação da obra centrada no autor nos é muito mais complexa quando a função do nome do autor é permeada e confundida por um pseudônimo, os quais podem inventar paixões, gestos, gostos, história, ou seja, ser um outro que sente e fala, que não é quem pratica a ação de escrever. Segundo Sidney Chalhoub (2005), pseudônimo pode constituir espécies de personagens narradores, “não é bem um disfarce, uma máscara”, é antes uma criteriosa opção narrativa e estilística adotada pelo autor para cada personagem. O pseudônimo normalmente busca se adequar às preocupações da época e aos assuntos que irão tratar o autor. Por isso o autor aconselha de início se questionar se as ideias que discutem os textos, de um personagem narrador, equivalem aos valores do autor, ou se “o que temos são idéias de personagens-narradores, personagens de ficção, construídos mais laboriosamente, e por isso mais ou menos distantes do autor.” (CHALHOUB, 2005, p.69)

Ora, é necessário atentar para a possibilidade de distância entre autor e narrador, entre a pessoa que pratica a ação da escrita e a personagem. A afinidade não é tão intrínseca quanto podemos pensar a priori, a personagem que constitui o pseudônimo pode representar “o outro”, objeto de crítica e ironia por parte do sujeito da ação. Interpretar um texto requer também reconhecer se ali há uma correspondência da narrativa com os valores do autor ou se, por outro lado, trata de um caso em que o autor não tem qualquer semelhança psicológica com a sua personagem de criação.

Essa distância entre vivências do autor e personagens pode ser percebida no caso do colaborador da *Era Nova*, Mardokêo Nacre, que escrevia sob o pseudônimo Ercan. Assinando quinzenalmente *Trovas da Roça*, esta seção marcava uma opção narrativa pelos poemas, traduzida pela linguagem pueril de um caipira, fazendo uso do dialeto regional que, como vimos, marcava um enfoque estético/político nacionalista.

Os episódios narrados “em versos metrificados, com raro engenho” são elogiados, em outro momento, pelo escritor Osias Gomes com grande admiração pelo “forte poder de observação do autor, [e sua] extraordinária faculdade imaginativa, fluente e espontânea” (*Era Nova*, Parahyba, 15 de fevereiro de 1923, nº 40). Mas o que lhe arrecadava mais admiração é que Mardokêo Nacre “nunca se afastou da cidade, por pouco tempo que fosse, para os retiros bucólicos do campo.” (*Era Nova*, Parahyba, 15 de fevereiro de 1923, nº 40) Desta informação, podemos deliberar que o autor não cultivava gosto particular pelas vivências do campo, sendo ele mesmo muito urbano, suas locuções longe de se aproximarem de um linguajar rural, de certo, era antes definido pela norma culta.

Seu rigor descritivo poderia facilmente não passar da criação de estereótipos destinados ao homem do campo. Sinceridade, rusticidade e o exagero eram os fundamentos que vestiam a escrita de Ercan. Frequentemente os temas que formavam os poemas sublinhavam o amor, a pureza de sentimentos, as decepções, as tragédias. O teor da escrita remete ao leitor a ideia de que os sentimentos e o caráter do homem do campo são mais puros, verdadeiros, não só liberto de convenções, mas também da dissimulação do convívio social dos centros urbanos. O caipira parece dizer tudo o que pensa, sem ter muita preocupação de adornar a verdade. No campo o amor parecia viver envolto pela simplicidade.

A complexidade de se estabelecer ou não um paralelo entre autor e personagem narrador (pseudônimo) surge quando o pesquisador não tem a seu dispor as informações que lhe permita traçar um paralelo entre autor e personagem, como é o caso da personagem/escritora Violêta.

Violêta assinava uma seção intitulada *Cartas de Mulher*, desta escritora não dispomos de muitas informações, a não ser as concedidas pela própria, nas entrelinhas de sua fala. Como nos explica na sua primeira publicação, vem de uma trajetória no periódico da *Parahyba Illustrada*¹⁵, no qual escreveu suas primeiras cartas endereçadas a uma amiga¹⁶. Segundo Alômia Abrantes, para quem Violêta pode ser um pseudônimo de um escritor “desejoso de satirizar as discussões sobre o feminino que então se colocavam”, (ABRANTES, 2000, p.70) a escrita desta colaboradora era atravessada pelo discurso biológico acerca das diferenças de gênero, que reforçava a concepção do masculino como oposto e superior ao feminino. Tentando convencer suas leitoras desta condição inata à mulher.

Com temas sempre voltados para o “universo feminino”, discutia questões como moda, maridos, casamento, fidelidade, ciúmes, danças, a seção foi uma das mais firmes e constantes no periódico, chegando mesmo a ter um espaço em mais da metade de seus números. Violêta nos apresenta uma escrita recheada de pitadas irônicas e firmes, de cunho saudosista pelo tempo de sua juventude, quando acreditava ter as moças mais força de caráter e pudor. Defensora dos valores femininos e familiares escreve criticamente sobre os desatinos do seu sexo, que pelo seu histerismo enfraqueciam suas virtudes através dos novos signos do moderno, que alimenta a leviandade e a imoralidade.

¹⁵ Segundo Fátima Araújo (1986) *Parahyba Illustrada* foi um periódico fundado em 1918 dirigida pela dupla, Oswaldo Pessoa e João Dias Jr. “Graficamente agradável e com um nível bom de matérias, literariamente falando, a revista trazia assuntos gerais, susceptíveis de serem digeridos a um público bem variado. [...]Os trabalhos quase nunca viam assinados” (ARAÚJO, 1986, p.144)

¹⁶ No percurso das nossas pesquisas encontramos referência no periódico *A Imprensa* a uma Violêta do Prado, pseudônimo da autora de bilhetinhos destinados a suas amigas, que muito nos lembra a nossa Violêta, tanto no tom que permeia sua escrita, quanto nos enredos e formato da seção. Nos faz cogitar se não se tratava da mesma pessoa.

Diz ela: “uma senhora comparou, com muito espírito, a vergonha das mulheres de hoje com uma coisa parecida com uma jóia, que, para muitas, já se perdeu, para outras se extraviou e que só algumas trazem com uma preciosa raridade antiquaria e ornamento.” (*Era Nova*. Parahyba 27 de março de 1924, nº 60).

Outro pseudônimo também muito constante na *Era Nova* foi o criado pelo escritor Peryllo de Oliveira¹⁷, esse escreveu uma série de crônicas intituladas “Cidades dos jardins” na qual assinava por Paulo Danísio. Segundo Humberto Lucena (IHGP, 1999), apresentou-se à época com destaque no movimento literário da Paraíba. Para além do seu trabalho com as letras, também dedicava tempo às artes, ilustrando muitas vezes ele mesmo seus textos, e cultivando o gosto pela atuação teatral.

A frequência com que aparecem pseudônimos na *Era Nova* nos faz pensar que o subterfúgio de ocultar a identidade de quem escreve e até trocar sua condição sexual, criando personagens com característica próprias ou eventuais, com modos distintos de escritas e valores estéticos, constituía uma brincadeira comum entre o seu grupo de colaboradores. Não só uma liberdade de escrita, nem forma de instigar a curiosidade do leitor, mas, sobretudo, espaço para desenvolver a capacidade criativa e coerente desses escritores.

Nesse capítulo, que é também introdutório, buscamos pensar a materialidade da nossa fonte, a partir de um levantamento de dados referentes à produção e criação da revista, bem como a contextualização do seu corpo dirigente, de modo a identificarmos a quais projetos respondiam, a que público atendia, qual sua estratégia de projeção, de modo a compor as discussões teóricas e metodológicas. A revista apresenta significativa produção pelas questões amorosas, que tratavam de difundir e registrar um discurso amoroso que desse conta das aspirações do seu contexto, mas que de modo algum rompia em definitivo com os valores antigos. Tendo em vista que tais textos estavam distribuídos em diversos gêneros literários, fizemos uso do campo relacional História e Literatura. Atentamos também para algumas das definições mais comuns do termo amor e como a concepção do amor romântico contribui para a visão do amor ligado à virtude, à liberdade, ao subversivo e à fatalidade.

No segundo capítulo, “**Fazem as mulheres para o amor**”, perscrutaremos como as tessituras femininas enquadravam as sensibilidades românticas a suas preocupações, e como

¹⁷ Segundo Barbosa (2009), o ator, jornalista, poeta e literato D’Oliveira nasceu em 1898 na cidade de Araruna-PB. Tornou-se autodidata, aprendeu as primeiras letras enquanto trabalhava como caixeiro de uma mercearia. Posteriormente tornou-se conhecido como um dos incentivadores do movimento de renovação literária do Brasil. Foi redator da revista *Era Nova* e ali publicou seus primeiros versos, passando em seguida a assinar uma “crônica social” na coluna *Noticiário Elegante* e, depois, uma coluna, *Notas de Artes* e uma série de crônicas intituladas *Cidades dos Jardins*.

seus discursos ora integravam, ora contrastavam uma fala médica higienista responsável por encorajar o ideal da família nuclear e orientar o retorno das mulheres ao lar. Apontando também para a associação do amor romântico centrado na realização do casamento e da maternidade. Buscaremos traçar alguns discursos que davam conta das transformações e apropriações que interferiam nas noções de família e nas práticas amorosas, em especial ao que se refere à adesão ao modelo da família nuclear, o mito do amor materno e a identificação do amor legitimado com o encontro da felicidade. É emblemática as falas que pregoam estereótipos de modelos femininos e masculinos que deveriam ser imitados, virtudes que deveriam ser buscadas e promovidas em benefício da instituição familiar e da malha social.

No terceiro capítulo, **“Ele, ela e o outro...”** levamos em conta a problemática das práticas amorosas atravessadas pelos lugares de sociabilidade, as indicações do moderno e o exercício da sexualidade, como estes fatores ladeavam os afetos do cotidiano vintista. As mudanças socioculturais do século XX afetaram não só a paisagem urbana, como também os lugares e as formas de namoro, pela promoção de novos espaços que colocavam a família e em especial os jovens solteiros na rua, permitindo colocar em andamento as relações influentes da família e ocasionando práticas como o *footing* e o *flirt*. Buscaremos também refletir acerca do casal erotizado, através das práticas de adultério, divórcio e campanhas contra sífilis.

CAPÍTULO II

FAZEM-SE AS MULHERES PARA O AMOR: TESSITURAS FEMININAS E MASCULINAS

O amor, na *Era Nova*, se mostrava um assunto deveras relevante, assumindo boa parte das proposições que eram publicadas neste magazine, distribuídas em diversos gêneros literários e em publicações noticiosas, que davam conta de uma heterogeneidade de visões e aspirações sobre o amor, o que nos permite tangenciar algumas tensões sociais entre os distintos modelos amorosos que ora se imbricam, ora se conectam, encontrando-se sempre subordinados às esferas etárias, de gênero, de classes e de raças.

Dito isto, objetivamos pensar o cruzamento entre os diversos discursos sobre as práticas amorosas, a construção da família e as identificações de gênero, problematizando os códigos amorosos significados pela imprensa que participaram da constituição de sensibilidades e subjetividades relacionadas às classes médias urbanas letradas.

As formas como são experienciados os sentimentos amorosos estão intrinsecamente ligadas aos contextos históricos, políticos e econômicos, que mesmo não sendo os únicos fatores a ordenar o amor, ainda assim, guardam traços de valor para a construção de uma representação sobre a sensibilidade de uma época. Pensar o amor na década de 1920 é um trabalho que requer uma reflexão sobre esferas que lhes dão sustentação, em outras palavras, pensar na instituição familiar, na sexualidade e nos discursos sociais que perpassam a educação moral, intelectual e sexual dos sentidos¹⁸.

Por isso é importante traçar alguns dos discursos difundidos pelo Estado e pelo saber médico que regiam as relações familiares e afetivas dos primeiros decênios do século XX, buscando perceber como as questões políticas e econômicas interferiram na noção de família e como esta, por sua vez, desde o século anterior estava imbricada com as concepções e práticas amorosas. O que podemos perceber acerca das relações amorosas dos anos vinte na construção discursiva feminina da revista *Era Nova* é a evidente relação entre o amor e a legitimidade promovida pela instituição familiar.

Consideramos pertinente pontuar alguns aspectos ambientados no oitocentos no que se refere às formações familiares e dispositivos de controle por parte do Estado sob uma

¹⁸ Segundo Costa (1983) A educação moral primou pelo indivíduo contido, polido e bem educado que mantém sobre si um tirânico autocontrole, que reagi às menores falhas com tendências de autocupabilização. A educação intelectual, conduzida pela higiene ajudou nesse trabalho de refinar o sujeito civilizado criando a ideia de que o indivíduo culto era superior ao inculto. Enquanto que a educação sexual buscava transformar homens e mulheres em guardiões dos filhos da pátria e do corpo são.

perspectiva civilizacional que entendemos que afetaram as relações afetivas e a forma de pensar a experiência amorosa.

2.1. – Família, usos do amor e discursos higienista: fronteiras fluidas entre o XIX e o XX

Segundo Jurandir Freire Costa (1983), no século XIX, a ordem da família patriarcal, com seus laços de solidariedade, apadrinhamento e os vínculos familiares, detinham os poderes econômicos e jurídicos, o que beneficiava o controle das cidades, mas minava a possibilidade de um desenvolvimento desobrigado de uma afetividade livre do dever e da posse. No âmbito familiar patriarcal as vontades individuais deveriam ceder aos interesses familiares. É possível demarcar uma solidariedade, garantida pela “ampliação da rede familiar dos membros consanguíneos, legítimos ou não, através do parentesco espiritual e moral, [difundindo] na massa de crias, protegidos e favorecidos, uma ética de defesa do interesse dos senhores.” (COSTA, 1983, p. 42)

Em razão disso é que o casamento arranjado, subproduto dessa cultura, teve ampla aceitação e defesa por parte dos extratos dominantes como ferramenta de manutenção dessa ordem político-social que calçava o poder da família senhorial. A união entre as famílias passava a somar, junto a outras dependências, uma sujeição afetiva para com seus senhores, revertida na crença de que defendendo o latifúndio defendiam a própria família e o grupo a que pertenciam, anulando, por conseguinte, os interesses, desejos e aspirações particulares que não o desejo do “pai” e de preservação do patrimônio familiar.

O Estado para disputar o controle das cidades e superar a política de interesses privados se apoiou na medicina higienista, implantando uma mecânica de sujeição dos indivíduos, de forma a convertê-los em benefício da máquina social. Esse projeto do Estado enfrentou as resistências investindo em um discurso que ressaltava a promessa de um corpo saudável e longo, angariando simpatias ao seu ideal civilizacional. Essa dinâmica promove rupturas no âmbito das famílias patriarcais. São discursos que contribuíram para marcar contornos de uma cultura individualista.

É, contudo, necessário notar que essa aliança entre Estado e Medicina se deu em meio a convergências e divergências, acordos e desacordos, sem que houvesse uma situação hierárquica de comando. Ambos, Estado e comunidade médica, compartilhavam de um ideal de governo tático, por isso “são criadas técnicas de persuasão e manobras de ataque. Ao

conjunto deste dispositivo a medicina social dará o nome de higiene familiar.” (COSTA, 1983, p.31)

A ideia era mesmo interferir na vida íntima dos indivíduos, estatizá-los, valendo-se de sua própria autorização pelas vias das promessas de transformações e prosperidade da família, alcançadas através da modificação das condutas físicas, morais, sociais e, em especial, a afetiva, de modo a derrubar a fronteira dos domínios da vida privada, que até então eram imunes às solicit [ações] do Estado. Através de discursos que atravessavam o “corpo, o sexo e os sentimentos conjugais, parentais e filiais [que] passaram a ser programadamente usados como instrumentos de dominação política e sinais de diferenciação social de classe” (Ibidem, 1983, p. 13)

O controle estatal tinha que se legitimar por meio de um saber moral e científico, fonte de poder. Através dos novos parâmetros, as famílias eram seduzidas e orientadas a tornarem-se agentes das próprias transformações. Seriam os receptores, executores e fiscais de suas próprias condutas. “Todo o trabalho de persuasão higiênica desenvolvido no século XIX vai ser montado sobre a ideia de que a saúde e a prosperidade da família dependem da sua sujeição ao Estado”. (Ibidem, 1983, p.63)

A família, pelas lentes da medicina higienista, é reapresentada através das novas medidas saneadoras que passavam a intervir na vida pública e privada dos indivíduos, remanejando as relações de poder no âmbito da família e os ligando cada vez mais ao controle e dominação estatal, mediada pela figura do médico. A medicina social, por esse meio, contribuiu na adequação dos indivíduos citadinos às razões do Estado.

O objetivo higiênico de recondução dos indivíduos à tutela do Estado redefiniu as formas de convivência íntima, assinalando, a cada um dos membros da família, novos papéis e novas funções. Estimulando a competição interna entre eles, freando aqui e ali os excessos individuais, dando novas significações aos vínculos entre homens, mulheres, adultos e crianças [...]. (COSTA, 1983, p. 109)

Segundo Rosa Maria Barbosa de Araújo (1993), os dispositivos médicos, por via da política higienista, em conformação com o Estado, promoveram um projeto normativo, extravasando os limites da saúde, modificando a feição social da família para adaptá-la a ordem urbana. O Estado toma para si as prerrogativas jurídicas sobre a família, retirando a tutela suprema paterna, em troca submete as famílias a uma educação cívica, moral, intelectual e sexual.

No século XIX os brasileiros presenciaram e continuaram a sentir o impacto das transformações socioeconômicas, políticas e ideológicas que geriram a passagem de uma estrutura patriarcal para uma estrutura mais estatal selada pelo individualismo. “Essa mudança de perspectiva e visão de mundo atinge instituições como família e casamento que procuram moldar suas estruturas aos novos valores sem, contudo, desfazer-se dos velhos costumes. Ao indivíduo cabe harmonizar papéis [...]” (TRIGO, 1989, p. 88).

Aos poucos a grande família patriarcal numerosa foi se metamorfoseando com a migração do espaço rural para o urbano e com a introdução de um modelo de lar mais íntimo que aproximava mais seus membros ao protótipo da família nuclear¹⁹. O traço característico desse modelo organizacional, a família nuclear, era o reduzido número de indivíduos no interior da casa. A habitação também se modificou tornando-se um recinto privado que deixou de contar com um número grande de parentes e agregados, como no caso da unidade doméstica patriarcal, primando pela formação de pequenos núcleos. Certamente, um tipo de organização não substitui rapidamente a outra, ocorrendo um estado de desenvolvimento gradual de sobreposição ou coexistência.

O despotismo patriarcal não teria se mantido, caso seu poder tivesse sido reduzido ao domínio da mulher e dos filhos. A sobrevivência econômica, política e cultural assim o exigiam. O núcleo familiar foi obtido por uma verdadeira fissão da parentela antiga pelo bombardeio médico. O adensamento dos vínculos entre membros da família estrita corresponde à reaplicação, sobre estes novos objetos, da energia retirada às anteriores relações. (COSTA, 1983, p. 141)

A articulação entre o poder médico e o Estado ganha força, sobretudo, nos meios sociais emergentes, as classes médias, grosso modo, por buscarem traços de distinção através do cuidado com o corpo, com a saúde, com a sexualidade, intelectualidade e com a casa. As famílias abastadas oitocentistas se projetavam socialmente atravessadas por todas essas demandas. Vale ressaltar que não se trata de pensar as classes médias pelo prisma do “mito da ascensão” de que nos fala Peter Gay (1988), já que cairíamos no risco de uma visão reducionista e simplista, que não dá conta da complexidade das tramas sociais, mas de constatar que as mudanças que ocorreram, sobretudo, no século XIX, acabaram afetando favoravelmente às classes médias, visto que tais mudanças foram produtoras de mobilidades sociais, exigências do capitalismo pela abertura de outras áreas de atuação profissional.

¹⁹ Segundo Claudia Fonseca (1989), se diz de uma unidade doméstica onde moram só o pai, mãe e os filhos e onde certa divisão de trabalho dá disponibilidade a mãe para se dedicar inteiramente ao lar e aos filhos.

A família nuclear afetou diretamente o campo das sensibilidades com a criação de espaços que tornaram possível o desenvolvimento da condição de privacidade e do sentimento de intimidade entre os membros do núcleo familiar. É importante esclarecer que o sentimento de intimidade não emerge no século XIX, mas se consolida no interior da família nuclear e dos preceitos médicos higienistas. As razões para esse triunfo podem ser interpretadas pelo viés das mudanças sociais, políticas e econômicas pela qual passaram as classes médias, com o ideal privado de felicidade, intimidade, erotismo e, por fim, a cisão entre os deveres públicos e privados.

Tal afirmativa está muito clara para Peter Gay (1988, 1999) que, ao investigar as consequências da privacidade para a vida erótica dos “vitorianos”, chega à conclusão de que a família burguesa [na qual, para o autor, as classes médias estão inseridas] do século XIX foi a barra de sustentação para a privacidade, pois servia como proteção contra olhares e bisbilhotices indesejadas de vizinhos mexeriqueiros. O desenvolvimento do sentido de privacidade favoreceu o cultivo da introspecção e a valorização do indivíduo.

Obviamente, não existia uma total privacidade entre pais e filhos, que interferiam, supervisionavam e acompanhavam de perto as ações de seus filhos e seus usos e abusos das condições materiais e emocionais, a saber, os diários, as cartas, os livros, as roupas. A privacidade não era um direito, mas uma conquista, que estava em constante batalha contra a autoridade paterna nos espaços privados dos filhos. “A privacidade exigia uma porta, uma escrivaninha que pudesse ser trancada [...]” (GAY, 1988, p.320), o que estaria muito distante da realidade das nossas cidades brasileiras, que carecia muitas vezes de artigos de luxo como fechadura e o mobiliário. (DEL PRIORE, 2011) É nesse meio que recai a alcunha de “era da hipocrisia” sobre o século XIX (GAY, 1999; DEL PRIORI, 2011; SIMONNET, 2003). Os “vitorianos” tendiam a omitir ou tratar de forma velada em seus documentos literários, biográficos e jurídicos as referências a sua vida erótica, entretanto praticavam o erotismo como arte requintada do prazer. Peter Gay (1988), ao lançar mão de anotações íntimas, cartas e diários, argumenta que “a correspondência de outros casais, que sobrevive, aqui e acolá, meio ao acaso, constitui um eloquente testemunho, ainda que incompleto, de que havia muita satisfação erótica, para ambos os parceiros, nos ambientes mais respeitáveis.” (GAY, 1988, p. 102)

São esses novos papéis e as novas funções que, de certo modo, proporcionaram aos sujeitos a possibilidade de mudanças nas suas relações afetivas, mas, principalmente, um novo olhar de valor sobre o amor, o que permitiu retirá-lo de um lugar despercebido onde se encontrava para atribuir-lhe relevo. A mudança no convívio social e o desenvolvimento do

gosto pela privacidade que fizeram prosperar o sentimento de intimidade e individualidade dos sujeitos, indispensáveis para a construção do sentimento amoroso e para a expressão corporal dessa sensibilidade, como o carinho e a sexualidade, interferiu no desenvolvimento da concepção do amor como ideal romântico.

Para Alexandra Kolontai (2008), as classes médias teriam tirado proveito do amor ao convertê-lo em um meio para a consolidação dos laços familiares em um período que se valorizava cada vez mais os indivíduos psicologizados. A relação entre o matrimônio e o amor assistida pelas classes médias também entrava na disputa não só como um motivo de diferenciação entre elas e as antigas famílias latifundiárias, mas como forma de dar condições à acumulação do capital. “Esta consolidação era muito mais perfeita e dava melhores resultados se os esposos e os filhos, em relação a seus pais, estivessem unidos por verdadeiros laços espirituais e de carinho” (KOLONTAI, 2008, p. 138). Novamente teremos que tomar cuidado com essas explicações generalizantes do passado, por risco de perder a pluralidade das experiências, pois, ainda que alguns discursos deem conta de um reconhecimento significativo do sentimento amoroso por parte das classes médias, não podemos descuidar dos casamentos de conveniência de seus filhos ou de uma opção amorosa que era só “teoricamente” livre.

Por outro lado, os formatos reduzidos dos membros das famílias nucleares de classes médias permitiam aos pais investirem mais na educação e cultura dos seus filhos, bem como na aquisição de signos de status, que poderia reverter em ação mais lucrativa, em outras palavras, poderia enviar seu filho para estudar no estrangeiro, pagar preceptores particulares, decorar suas paredes e mobílias, o que lhes dariam uma soma simbólica de apropriação erudita. No campo da saúde, se obteve um cuidado expressivo com o corpo e a higiene, haja vista o número abundante de publicações que circulavam nos periódicos visando à construção dos filhos da pátria. Em um poema intitulado *Eia, Mocidade* de Américo Falcão²⁰, o autor ressalta as qualidades viris e morais dos jovens paraibanos, à medida que um corpo sadio simbolizava uma pátria também sã.

Eis dois princípios de supremos brilhos,
Fulgurações de altivos pensamentos:
De paes robustos, vigorosos filhos
De arvores fortes, lúcidos rebentos!
[...]

²⁰ Segundo Barbosa (2009), Américo Augusto de Souza Falcão nascido em 1880 em Lucena-PB, ficou conhecido por sua atuação como poeta e jornalista. Em 1908, após concluir o curso de direito em Recife, Américo Falcão volta a João Pessoa e ocupa o cargo de redator de *A União*.

Conduzi vossos filhos pequeninos
 Ao ar livre, ao fulgor do lindo sol,
 Deixae que esses infantes peregrinos,
 Cantem vivo louvor ao foot ball!

Desprezae essa norma, é um grande mal,
 Pois da cultura physica a evidencia
 Resplandece pujante no eu moral,
 Dando excelso fulgor á intelligência!
 (*Era Nova*, Parahyba, 22 de outubro de 1921, nº14)

Américo Falcão faz menção à relevância que ganha a cultura física, cúmplice de uma visão de elevação moral e intelectual que se queria vender ao Brasil no início do século XX, expresso por meio do corpo jovem, viril, resistente, que levaria a cabo o futuro brilhante do país. Respondendo ao desejo da formação familiar de casais sadios e dispostos que, pelo amor aos seus filhos, lhe ensinariam as mesmas premissas. Colocando-se distante do passado velho, feio, decadente. O caminho para progresso, inclusive do amor, passaria pela mobilização dos corpos. Mônica Schupun (1999, p. 34) nos lembra que “de modo geral, a educação física e a prática esportiva são consideradas na época como medidas de higiene destinadas a combater o ócio e os hábitos mundanos da juventude.” A consequência disso, acredita Falcão, seria o *resplandecer pujante no eu moral, dando excelso fulgor à intelligência!*

2.1.1 – A nobre instituição da família, impressões de uma Era Nova

O valor simbólico da família era veiculado em incontáveis publicações na *Era Nova*, importância validada por homens e mulheres que tiveram a pena a sua disposição, como é o caso desse texto escrito por Albertina Correia Lima²¹, defendendo a instituição familiar. Ora, a família era vista como o lugar mor do amor. Os discursos, em especial o feminino, se voltavam, constantemente, para tal estrutura dando conta de uma necessidade de defesa de sua malha social.

A nobre instituição da família, [...] é a cellula, o elemento irreductível do grande organismo social, o principio vital da nação. É uma justa cooperação de individuos para o desenvolvimento da especie e educação da prole, é a base da sociedade, o ponto de apoio do Estado.

²¹ Barbosa (2009) nos informa que Albertina Correia Lima, nascida na Paraíba em 1889, formou-se Bacharel em Direito pela Faculdade do Recife em 1931. Iniciou, entretanto, a carreira no jornalismo em 1912 escrevendo em dois jornais de circulação nacional, *O Jornal* e *O Correio da Manhã*, contribuindo também para *A União*, *A Imprensa* e é claro para a *Era Nova*. Demonstrou sempre interesse pela emancipação feminina, em especial, pelo voto e acesso das mulheres à Câmara Legislativa da Paraíba. Fundou em 1933, junto com Analice Caldas a Associação Paraibana pelo Progresso Feminino em prol da emancipação da mulher.

[...] Nucleo sublime, onde se originam os costumes, os princípios e as máximas que têm de reger a vida privada e a vida publica!
 [...] A familia, porém, para se tornar a fonte da felicidade nacional, o centro donde provém a verdadeira grandeza dos povos, não só pela educação das faculdades intellectuaes e affectivas mas também pela cultura physica [...].
 (*Educação Domestica. Era Nova*, Parahyba 23 de março de 1923, nº 42)

A família, para Albertina, não é só um elemento constitutivo da nação, mas, sobretudo, o principio vital da sociedade. Nessa linha de visão é que se travam batalhas e hasteiam bandeiras em nome da defesa da família. Entretanto, podemos perceber que esse discurso dirigido à unidade familiar se dá em função não só de um desejo de disseminar uma família moral e ordeira, mas também de salvaguardar a primeira família, a pátria. É seu caráter de *apoio ao Estado, felicidade nacional, o centro donde provém a verdadeira grandeza dos povos*, reflexo público da vida privada, que a faz gozar desse considerável cuidado.

Por se tratar de uma instituição tão longínqua e solidamente construída essa organização era/é responsável por preservar e difundir crenças, padrões e regras, representando em suas demarcações o que se passava na sociedade. “[...] centro organizador de paixões desenfreadas, o núcleo da preservação de estimadas crenças, o instrumento preferido da socialização. Era a família que estabelecera as regras, garantira a obediência aos tabus e dirigira as energias eróticas.” (GAY, 1988, p. 303)

À vista disso, o amor não escapou às transformações promovidas pelos procedimentos médicos, sendo antes esmiuçado e trabalhado numa concepção higienista e reintroduzido no seio social, servindo de base aos propósitos disciplinares, ao mesmo tempo em que servia às aspirações individuais, à valorização do “eu” psicologizado e moral, o que dava uma sensação de maior liberdade, por competir ao próprio indivíduo desenvolver seus desejos, suas aptidões e mesmo sua escolha amorosa.

Essa sensação de autogoverno do indivíduo contribuiu para reconduzir a novas formas de convivência íntima e arranjos amorosos, o que gerou a inquietação sobre uma possível debilitação ou desestruturação da família, exigindo dos poderes dominantes a atitude de frear, quando podiam, os excessos particulares, ressignificando liames nas relações.

Já é uma calamidade social esta quase paralysação do commercio dos casamentos. [...] Entretanto, o phenomeno é sabido de todos e produzido contra as mulheres, acompanhado de um cortejo lúgubre de consequências desagradáveis e funestas, entrando enormemente os serviços do povoamento do solo e perigando a sorte das nossas meninas casadoiras, com reaes prejuízos para a família, para a sociedade e para a patria. (Gaspar Dutra. *Banalidades Elegantes. Era Nova*. Parahyba 01 de junho de 1925, nº 80)

Como vimos, a instituição familiar permanece com um papel de destaque sociopolítico, por isso, o Estado difundia prédicas que não deixassem ferir importante instituição, visando, sobretudo, civilizar o amor²². Não é por menos que a imagem da felicidade vai ser constantemente associada à ideia de casamento, o amor sem estar no seu lugar por excelência não poderia ser sadio ou prazerosamente vivido. Não há felicidade senão no casamento. Por isso, o casamento “quando feliz é mais que a primeira e última [inspiração], é a única.” (*Era Nova*. Parahyba 15 de novembro de 1923, nº 51?) Ainda que alguns discursos já deem conta de uma visão não tão otimista da união.

Casaras?

_Não.

Porque?

_Porque andaria pezaroso.

E porque andarias pezaroso?

_Porque teria ciumes.

E porque terias ciumes?

_Porque seria enganado.

E porque serias enganado?

_Porque o haveria merecido

E porque o haveria merecido?

_Por ter me casado.

(*Era Nova*, Parahyba, 15 de julho de 1921, nº8)

Diante das incertezas do moderno, a vida conjugal higiênica era percebida como a fonte maior da manutenção da moral sagrada. Os novos signos e ícones do moderno que transformaram as experiências e possibilitaram novos arranjos e experimentos ao indivíduo citadino, em especial no manejo das relações intrafamiliares foram considerados, pelos intelectuais literatos, cientistas e higienistas, os responsáveis pelo desgaste das estruturas sociais, que buscaram mobilizar ânimos para conter e disciplinar qualquer iniciativa percebida como ameaçadora da instituição familiar, vista como a única capaz de neutralizar o avesso pernicioso da modernidade.

A supremacia da família e dos filhos da pátria associados ao amor era pregada também na sociedade paraibana. A instituição familiar garantia a continuidade dos valores de uma geração a outra e colaborava diretamente na defesa da raça. “No casamento idealmente concebido pela higiene o casal olhava o futuro e não o passado. Seu compromisso era com os filhos e não com os pais. A escolha do cônjuge estava manietada a esta proposição.”

²² Segundo Araújo (1993) a intervenção do Estado na regulamentação do casamento, nas relações amorosas e no comportamento sexual da população pode ser observada na legislação civil e penal introduzida pelo regimento republicano e na decorrente aplicação das leis pela justiça e pela ação da polícia.

(COSTA, 1983, p. 219) Os esposos que nutriam um amor sincero e puro dirigiriam todo seu sentimento para a criação e formação dos filhos, por isso o matrimônio teria que ser bem pensado, não se deixando levar pelas paixões, nem outros desejos “mesquinhos”.

O matrimonio não é um acto reflexo, não é resposta imediata a uma excitação, é um acto social de grande alcance que se determina por outras considerações que não são apenas os appetites carnaís. Certamente não convém que o amor falte na aliança de dois jovens qui projectam associar suas vidas, porem: ao amor se juntam elementos que são subministrados não pelo instinto e sim pela razão, e esta não se rende tão facilmente aos processos empregados agora pelas jovens que buscam maridos. (Adhemar Vidal. *Caçadoras de marido. Era Nova*. Parahyba 15 de fevereiro de 1922, n°21)

A crônica produzida pelo jornalista Adhemar Vidal²³ denunciava a preocupação com as vigas de sustentação, que facultava alguns jovens, sobre o ato matrimonial. Os casamentos por interesses pessoais fragilizavam os valores, durabilidade e indissolubilidade da instituição secular. As moças e rapazes não deveriam se entregar ao sentimentalismo exacerbado, nem às falaciosas fascinações da sedução, menos ainda se deixar levar pelos *appetites carnaís*. Ao amor deveriam somar a cautela no momento de firmar a *aliança*, evitando atender às excitações instantâneas, geradas pelos arroubos românticos, com risco de, na ausência de considerações mais refletidas, fragilizar o matrimônio.

Crítica do amor paixão, a escritora Violêta, em um texto intitulado *O casamento*, trava um diálogo com sua amiga Eliette sobre o perigo de não sendo o matrimônio justificado pelo amor virtuoso, e sim pela paixão corroeria a felicidade e a paz doméstica. Passadas as primeiras chamas, restaria ao jovem casal uma vida de desencontros, infidelidades, incompreensão.

_ Eu e meu marido vivemos numa perpetua luta intima, enredados ambos numa mesma meada de amarguras, meada imperceptível para ti, mas de que não podemos fugir, à semelhança desses insectos [...] nas teias, que as aranhas urdem traiçoeiramente à sua espreita. [...]

²³ Segundo Barbosa (2009), Vidal nasceu em 05 de outubro de 1900, na Paraíba. Ainda menino faz jornalzinho em casa e torna-se, com apenas doze anos, ajudante de revisor de *A União*, jornal que chega a dirigir oito anos mais tarde. Cria e dirige a revista *A Novela*. Colaborador de várias revistas estrangeiras como *Atlântico* (Lisboa), *Pretexte* (Paris) e *Ocidente* (Madrid), escreve matérias sobre política, sociedade e jurídica, revelando fatos e problemas do Nordeste. Formou-se em Direito pela Faculdade do Recife, em 1920, começando a advogar na capital do seu Estado. Foi nomeado Oficial de Gabinete do Presidente Sólton de Lucena ocupando, também, o cargo de Procurador da República. A sua produção literária é vasta e variada. Além de artigos em jornais e revistas, entre outros, publicou: *Fome*, 1922; *O incrível João Pessoa*, 1931; *1930 – História da Revolução na Paraíba*, 1933; *Epitácio Pessoa ou o sentimento de autoridade*, 1942; *Recordações sentimentais de Epitácio Pessoa*, 1942.

_Entretanto, eu já te conheci a mais venturosa das mulheres. Havia em ti um tal extravasamento de paixão, que não tinhas vergonha dos beijos que lhe davas diante de mim. [...]

_Ah, é que eu estava, então, ainda naquele << cégo e lêdo engano d'alma>> de Eva, antes do pecado. Eu tinha das coisas ainda uma visão romântica. Os tempos passam e com eles, todas as ilusões que eu nutria a respeito dos homens. (*Era Nova*. Parahyba julho de 1924, nº65)

As mudanças no seio da família, na responsabilidade de cada membro, nos espaços públicos e privados, no cuidado com o corpo e a intelectualidade, nas relações amorosas, propiciadas pelo encaminhamento da urbanização das cidades que com a expansão e aumento da população citadina desenvolveram novos lugares de sociabilidade, novos cargos econômicos e novas camadas sociais, passando a exigir uma conduta relativamente renovada, em especial no seio familiar, todas essas condições foram benéficas às mudanças na condição social das mulheres, em suas conquistas de novos espaços e direitos, como veremos adiante.

Entretanto, essas mudanças não ocorreram livres das tensões. Emergências de novos padrões no comportamento das mulheres suscitaram reações contrárias, que podemos perceber através de campanhas e discursos que se diziam moralizantes, para limitar suas participações nas esferas consideradas próprias ao masculino. Tentativas de contenção por meio de exposições sexistas, de elementos difundidos e naturalizados como especificamente femininos, como as qualidades sensíveis, a maternidade, a carência de força física, racional e moral. Afinal, alguns segmentos acreditavam que “a mulher, criatura dócil, nasceu unicamente para ser a companheira amorável e dedicada do homem.” (*Era Nova*. Parahyba 15 de janeiro de 1922, nº 19)

2.2 – Educar as mulheres para a “sublime missão”: lugares de gênero.

Fazem-se as mulheres para o amor. Tem-se depois grande cuidado em lhes impedir o uso. É preciso convir que somos simplesmente inconsequentes! (*Era Nova*, Parahyba, 25 de dezembro de 1921, nº 18) ²⁴

Ao nos depararmos com tal epígrafe em que o uso do gênero é visibilizado na percepção amorosa, a exemplo das mulheres ditas como feitas para o amor, mas que depois têm sua construção normatizada pela sociedade que lhe abriga, a impressão que nos fica desse pequeno texto é que o amor é o único destino para as mulheres, mas não qualquer amor, e sim

²⁴ A citação aparece na revista sem autoria definida, o que nos faz atribuir a responsabilidade da escrita aos editores. Era comum a publicação de pequenos textos no formato de pensamentos, máximas ou conselhos na borda inferior das páginas, o que nos leva a pensar em uma estratégia de preenchimento de folha já que na maioria das vezes não encontramos ligação com o que estava sendo abordado.

o amor voltado à família, ao lar, ao cuidado com o matrimônio. Qualquer conduta que criasse outras formas de amor seria atacada pelos discursos mais conservadores, de modo a lhes impedir o uso, o que denuncia o caráter de fabricação dos sentimentos ao mesmo tempo em que demarca um lugar social de gênero, no qual as identidades femininas encontram-se atreladas às concepções vigentes que lhes dirigem, ou assim o querem, as motivações e condutas.

Tal argumento fortalece outro, qual seja, que em alguns momentos, a forma como o amor é pensado e vivenciado por mulheres e homens se deixa atravessar pelos lugares femininos e masculinos que as relações de sociabilidade legitimam. Tais relações se dão numa perspectiva dos embates e tensões, que tocam às dimensões de gênero. Por isso, em muitos momentos, tal categoria de análise se faz presente, de forma a contribuir como ferramenta para compreensão da construção e representações das sensibilidades. Não buscamos aqui traçar uma história de gênero perpassada pela ótica do amor, mas entender como o gênero se faz presente na construção e percepção do que, naquele momento, e, por determinado seguimento social, se entedia por amor. Essa ligação direta da sensibilidade com os papéis sociais do gênero é, a todo o momento, chamada a testemunhar nas representações da *Era Nova*, em especial nos escritos femininos.

Tais discursos visavam, sobretudo, ao controle das fronteiras e direitos públicos das mulheres que se redefiniram, como já dissemos anteriormente, condicionados pelas transformações urbanas, como nos lembra Rosa Maria Barbosa Araújo (1993). Vale ressaltar que, mesmo concordando com a autora quanto à importância da urbanização, não entendemos que este seja por si só um fator primordial de mudanças nas condições femininas, mas que a urbanização, que faz parte dos projetos de modernidade, somada a outros fatores como as transformações dos ideais, possibilitaram novos remanejamentos nos lugares sociais.

Será na família nuclear, justificada e legitimada com base no amor, que se projetou o ideal feminino da rainha do lar e se desenvolveu o mito do amor materno, baseado na crença de uma essência biológica feminina, que lhe restringiria a funções distintas daquelas masculinas. Nessa concepção, a maior realização das mulheres era o matrimônio, que lhes permitiam dispor das suas outras aptidões: casar, reproduzir, criar. A imagem da mãe-esposa-dona de casa como a principal e mais importante função feminina encontrava suporte nas regras sociais e religiosas, difundidas por médicos, juristas e pela imprensa, de modo a assegurar uma ordem social.

Seu correlato inibidor e corretivo foi formalmente estabelecido para reger o vínculo conjugal, a fim de assegurar a ordem familiar. A cada representante da sociedade matrimonial conferiu-se um atributo específico essencial. Assim, se ao marido cabia prover a manutenção da família, à mulher restava a identidade social como esposa e mãe. A ele, a identidade pública; a ela, a doméstica (MALUF; MOTT, 1998, p.379)

Fica evidente que a atribuição feminina, notadamente a de “reprodutora” na sociedade conjugal, estava bem demarcada biologicamente. Segundo Peter Gay, o “significado da gravidez inclui claramente a realização das promessas existentes nos dons biológicos naturais e nas possibilidades psicológicas da mulher” (GAY, 1988, p. 179). As mulheres que optavam em não fazer uso dessa fertilidade eram envoltas por um prisma de suspeita visto que contrariavam a “ordem natural” da vida e se distanciavam da sua virtuosa missão. O exercício da sexualidade feminina deveria objetivar, sobretudo, a gestação.

2.2.1 – Maternidade: discursos que engendram o “ser mulher”

A quantidade significativa de publicações que referenciava o tema parecia destinada a conquistar a adesão de seus leitores para a exaltação da condição “sagrada” da maternidade. É importante pensar o desejo e “vocação” à maternidade, numa tentativa de desnaturalizar sentimentos tidos como antológicos e a-históricos, mas que efetivamente foram construídos ao longo do tempo. Segundo Peter Gay, desde o século XIX na Europa, “os sentimentos por obrigatórios com relação à gravidez eram influenciados [...] pela insistência com que refrãos sentimentais e quase teológicos eram reiterados em sermões e homilias religiosas, em reuniões familiares e em romances populares.” (GAY, 1988, p. 178)

Toda exposição oratória ao público concorria para fortalecer o “mito do amor materno”. Segundo Margareth Rago, várias produções científicas desde meados do século XIX buscavam dar conta de uma vocação natural das mulheres para a maternidade. Por um discurso de cunho moral, incutia nas mulheres o pensamento de que sua missão, sua realização de vida não era outra, senão a procriação. Esse discurso objetava fundar um novo modelo de feminilidade. “Na verdade passa a ser o centro de todo um esforço de propagação de um modelo imaginário de família, orientado para a intimidade do lar [...]” (RAGO, 1985, p. 75)

A própria concepção de família nuclear, enquanto sendo composta pela soma do casal e dos filhos, fortificava essa visão. A maternidade é que estabeleceria a perenidade da família. Ao se pensar em “construir” uma família, os noivos já têm em si uma representação desse

signo, o casal que se ama e que logo depois passará a amar sua prole. Era sobre os filhos que se nutria o desejo de eternidade. Sem filhos não há perpetuação da linhagem nem tradição familiar. Pior! O Estado não teria os tão almejados filhos da pátria. Contudo, não bastava que definissem as mulheres enquanto mãe, teria também que lhe injetar a responsabilidade dos cuidados e amor desmedido pelos seus filhos.

Esse “projeto altruísta” infligia às mulheres a responsabilidade da felicidade do seu lar, do seu marido e seus filhos acima da sua própria. Ao pai cabia prover o sustento da casa, direito validado pelo Código Civil de 1916, que tinha que prover o alimento aos filhos e cônjuge e compor-se enquanto chefe e representante legal da casa; a mulher ficava resguardada a “sublime missão” de guardiã do lar, da virtude e educação dos filhos. Sendo seu valor equivalente à realização de sua missão.

[...] A influencia que a mulher exerce na evolução dos povos é de summa importancia. E sobretudo na sua missão educativa é que ella se associa muito estreitamente a obra social. Póde-se mesmo dizer que a mulher é o norte das gerações. Porque é sob a égide materna que se modelam e transformam os espíritos. [...] Pelo cultivo das qualidades Moraes e intellectuais da mulher, fazendo-lhe compreender o seu verdadeiro logar na família e na sociedade, reintegrando-a em seu mobilíssimo papel de regeneradora da raça humana. [...] (*Era Nova*. Parahyba 15 de novembro de 1923, nº51?)

A classificação da nova mãe como guardiã do lar exigia dela que fosse responsável pela saúde, bem estar, e felicidade da família, vendo nessa figura a fonte privilegiada de formação e vigilância do caráter do filho e do pai. “A valorização do papel materno difundido pelo saber médico desde meados do século passado procurava persuadir as mulheres de que o amor materno é um sentimento inato, puro e sagrado [...]” (RAGO, 1985, p. 79). Tais discursos visavam a reintroduzi-la e fixá-la, por meio do “instinto natural” e da obrigação moral na esfera doméstica, em outras palavras, fixar a mãe na vida privada, em favor do engrandecimento da nação, tanto para produzir extrato populacional mais elevado quanto para mediar o correto comportamento da “nova força de trabalho”.

Nos primeiros decênios do século XX, na Paraíba, ainda é possível perceber o relevo com que esses discursos pedagógicos eram empregados na *Era Nova*, seja por meio de pequenos espaços resguardados às prerrogativas domésticas, como conselhos vergados ao cuidado com o lar, receitas culinárias, dicas sobre filhos, anúncios de enxoval para a casa; seja pela veiculação de textos que davam conta de uma representação de como deveria ser uma esposa exemplar. É o que fica patente no texto *Conselhos a uma noiva* de Maria Amalia Vaz

de Carvalho, sobre o dever e a responsabilidade das mulheres em levar a felicidade para o interior do casamento.

Que a mulher aceite portanto, solitária e resignada, as mil responsabilidades do destino superior a que aspira.

Queres ser amada e ser feliz? Queres fazer do casamento a realização das mais puras e risonhas ambições da tua mocidade, queres fazer do teu ménage um modelo de tranquilla paz, de elegância inteligente, de conforto moral e physico?

Nesse caso prepara-te para não ter outro pensamento, outro fito, outra Idea, outra occupação.

Muitas vezes, ao cabo de longos e tenacíssimos esforços, encontraras o desalento, a horrível certeza de que foi em vão todo o teu trabalho, mas não desistas ainda assim, e se de todo em todo não puderes ser feliz, farás ao menos felizes os que te cercam... já é alguma coisa.

(*Era Nova*. Parahyba 25 de dezembro de 1921, nº18)

A mãe dedicada semeará o adulto responsável e vigoroso com seus cuidados e amor maternal. A conscientização dessa importante missão teria que ocorrer simultaneamente com a persuasão sobre as mulheres para que correspondessem a semelhantes súplicas, levando-as a acreditarem na diferença benéfica ocasionada pela substância de seu sublime leite e por sua presença constante na casa, junto aos seus filhos, justificando por uma fala científica os obstáculos a uma carreira pública. Nada mais eficaz que aliar à amamentação, que a segurava no reduto doméstico, a necessidade de desprezar outras ocupações intelectuais e profissionais. No caso das mães que trabalhavam fora, contavam com a possibilidade de recorrerem ao aleitamento mercenário.

Os discursos passaram a investir na ideia de que a não amamentação consistia num ato mesquinho, volúvel, e inferior, acrescentando-se a esses o rompimento do vínculo entre a mãe e seu filho. “A formação dos ‘bons hábitos’ passaria pela reformulação dos costumes alimentares da criança. O aleitamento, por parte da mãe, prescrito por um período de até 18 meses, se fazia necessário para dar amor e saúde a criança.” (ARAÚJO, 1993, p. 164)

O que as mulheres deveriam a todo o custo evitar era se enquadrar em um dos três tipos infames de mães de que falava a escritora Violêta, da sessão *Cartas de Mulher*, no texto *Mães que matam*, que a partir das prerrogativas de Coelho Neto²⁵ qualifica três tipos de mães que não dispensavam os devidos cuidados para a saúde de seus filhos. O primeiro tipo tratava das damas da sociedade que viviam e respiravam a vida fútil dos salões e festas, mal tendo

²⁵ A crônica de Violêta é uma crítica positiva a um texto escrito por Coelho Neto, publicado em outro periódico, e que primeiro aponta os três tipos de mães que são responsáveis por matarem seus filhos.

tempo para dirigir o seu lar, sua preocupação e atenção, estavam voltadas completamente à sua aparência e toalete da moda.

A própria alimentação do seu bebê seria deixada ao encargo do aleitamento mercenário por uma ama, privando o filho do leite saudável e conhecido que era o seu próprio. Colocando sobre a criança a ameaça da contaminação pela nutriz, que causariam a degeneração do filho. “A nutriz surge neste discurso [...] como pessoa de hábitos duvidosos, impregnada de vícios, como elemento estranho e pernicioso penetrando e destruindo a intimidade da família” (RAGO, 1985, p. 78). Tais discursos não fugiam ao desejo de retorno das mulheres ao lar que, ou por sua vida agitada pela “futilidade da sociedade”, ou por seu desejo de construir carreira trabalhando, deixavam seus postos para adentrar na vida pública.

Para taes senhoras a maternidade é um verdadeiro supplicio. Emquanto podem occultar aquillo que constitue a gloria da mulher, arrocham-se, cintando-se constrintoramente sem se preocupar com o que, de tal cilicio, possa advir ao feto e continuam a viver como dantes, sem prejuizo de um só numero do programma a que se escravizam: indo a toda parte em agitação incessante e vigílias que se prolongam pela noite adentro. Nasce o infante, não raro pondo em risco a vida da progenitora. É um ser enfesado, intanguido, com estygmas de deformação e, longe de ser tratado com os cuidados de hygiene e eugenia que reclama, torna-se como o cãozinho uma espécie de curiosidade, um objeto de luxo [...] atafulham-no no berço, confiando a uma ama que lhe vae dando o peito para o fazer calar a todo o instante, quando resmunga. [...] Taes criaturas não têm o sentimento, ou melhor: o instincto materno: a vaidade toma-lhes por inteiro o coração. (*Era Nova*. Parahyba 15 de fevereiro de 1923, nº40)

A autora continua sua exposição com o segundo tipo. O problema apresentado pelas mães inscritas nessa segunda tipologia seria o de excesso de carinhos e zelos. De tanto acalantar seus filhos, se esqueciam de praticar exercícios e hábitos saudáveis de alimentação, buscando, para tudo, auxílio na superstição, benzedeiras, talismãs e simpatias. Essa crítica nos diz, também, quanto o papel do médico higienista deveria estar entrosado com a intimidade do lar.

Por fim, mas não menos significativo, a autora faz alusão às mulheres que trabalhavam, usando a camponesa que lidava na roça como exemplo, daquelas que não se interessavam pela vida de seus fetos, se entregando aos trabalhos pesados, se expondo ao sol, ao frio, à lama. A função educativa nesse texto, não nos resta dúvida, era de que da esposa exemplar deveria ser retirada toda vaidade mundana e as intenções de trabalho, em função do bem estar da sua prole.

2.2.2 – *Virtude como culto, culto à virtude*

Sobre as expectativas sociais desta “feminilidade”, circulavam as sensibilidades afetivas, compondo o imaginário da jovem casadoira, “anjo de pureza” e “candura virginal”, nos discursos amorosos. A escolha da parceira na sociedade conjugal, aos homens prudentes, deveria antever as características femininas importantes para que este empreendimento desse resultados positivos. Resultado obtido somente se os homens soubessem evitar as mulheres de pequena moral, ou seja, as curiosas, imprudentes, fugazes, histéricas.

O que o esposo quer (attentem bem isto!) não é uma bacchante nua; elle quer é um ser **modesto, decente, contido**, é uma joven **bem educada, reservada** com cultura que pense, que tenha o espírito aberto aos interesses superiores, que seja **laboriosa, sêria, capaz de abnegação e que inspire confiança**, sobretudo confiança. (*Caçadoras de marido. Era Nova. Parahyba* 15 de fevereiro de 1922, nº21) (Grifos nossos)

Delas se esperavam que fossem, se possível, gentis, simpáticas, atenciosas, contidas, discretas. Mas as qualidades que são reclamadas de forma mais enfática, e que valem ao preço das “virtudes femininas”, são as características dogmáticas impostas pelas práticas culturais vigentes, que visavam acentuar os binários, público x privado, razão x emoção, força x fragilidade, considerando inevitáveis às mulheres as qualidades de domesticidade, dependência, piedade, submissão, abnegação, docilidade, devotamento. (COSTA, 1983; RAGO, 1985; ARAÚJO, 1993; GAY, 1999; SOIHET, 2001; DEL PRIORI, 2006; BOURDIEU, 2012)

Essa diferenciação remete para duas virtudes correlatas: o pudor e a castidade. Esses dois traços equivaliam à “honra” feminina, metáfora de virgindade e do recato.

A teus dotes qual mais encantador
Tu ajuntas, amável criatura,
Um, para mim de todos o maior
E que até embeleza a formosura:
O pudor.
(SAFHO. *Era Nova. Parahyba*, julho de 1924, nº65)

Só por vosso olhar, Senhora minha
Que lhe é feito de brandura e de pureza
Já se isenta a natureza
Já me sobram cuidados que não tinha.
(*Era nova. Parahyba*, 01 de setembro de 1921)

O *Álbum de Mlle. Analice Caldas*²⁶ é um documento bem enfático, pelo que alguns dos colaboradores responderam, entre outras questões, sobre o qual deveria ser o tipo feminino e quais qualidades preferiam. Conquanto as respostas fossem diferentes, não divergiam quanto ao modelo mais adequado de mulher. Agradavam-lhes as características “mulher graciosa, educada, meiga e enérgica” (João Avelino da Trindade, *Era Nova*, Parahyba 30 de janeiro de 1924, nº56), ou de “meiguice, bondade, altivez e sinceridade” (Alice de Azevêdo Monteiro, *Era Nova*, Parahyba 15 de novembro de 1923, nº 52?), a “modéstia” (Carlos Dias Fernandes, *Era Nova*, Parahyba, 1924, nº61), ainda “coragem do sacrifício” (Manuel Tavares Cavalcanti, *Era Nova*, Parahyba, setembro de 1924, nº68), mas o que não podia deixar de ser era a “virtude como culto” (Diogenes Caldas, *Era Nova*, Parahyba, 27 de março de 1924, nº60).

O procedimento qualificativo, quase sempre, trilhava os caminhos binários, em que o homem, sob parâmetro oposto às mulheres, dominava a força, a racionalidade/intelectualidade e moral; as mulheres eram dominadas pela fragilidade, emoção e bondade. A partir da incorporação desses valores, que se queria “congénito” à essência feminina, mas que se sabe ser instituído culturalmente, através das representações das instituições de poder, Igreja, família e Estado, se definiu o lugar social, as tarefas e deveres do corpo.

Ainda que esse modelo fosse quase predominante na composição das personalidades, das heroínas que circulavam na *Era Nova*, no início do século XX, outros parâmetros começavam a despontar através de anúncios, artigos noticiosos e mesmo nos poemas. Acontece que as novas exigências econômicas quebravam, de certo modo, as algemas dessa escravidão, porque requeriam da mão-de-obra feminina outras qualidades, “precisavam agora de firmeza, decisão e energia, isto é, aquelas virtudes que eram consideradas como propriedades exclusivas do homem.” (KOLONTAI, 2008, p. 17).

Tal discurso não é aceito sem oposição por boa parte das mulheres, é o que nos diz a quantidade extensa de textos que advogavam em favor da esfera privada, como que para lembrar às suas leitoras do seu lugar social determinado, sugere a preocupação dos

²⁶ Segundo Barbosa (2009), Analice Caldas nascida em 1891, na cidade de Alagoas Nova-PB, se formou na Escola Normal Oficial do Estado em 1911 aos 20 anos de idade. Em 1923, aos 32 anos, é aprovada no concurso federal para lecionar no Liceu Industrial, antiga Escola de Aprendizes Artífices. Contudo, “não se deixou prender somente ao magistério, indo buscar na literatura outros pendores para seu espírito.” Colaborou em revistas e jornais, como *O Educador*, *O Progresso*, *A União* e outros. Analice Caldas conservou um espaço permanente na revista *Era Nova*, com seu álbum, ao longo de muitas publicações, no qual divulgava enquetes que possibilita-nos mapear, de certo modo, posturas, disposições e sensibilidades em torno de quesitos como: o que acha do casamento? Qual tipo feminino prefere? O que pensa do almofadinha? O que lhe diverte? O que acha do flirt? Uma curiosidade das enquetes de Analice é que, prestigiava, sobretudo, seus colegas colaboradores da *Era Nova*, que em sua maioria eram homens.

colaboradores mais conservadores quanto à mudança desse processo modernizador, que interferia de forma significativa no cotidiano da vida coletiva das cidades, bem como nos padrões de vivência das sensibilidades das camadas urbanas. Apesar da *Parahyba do Norte* se vestir com ares de modernidade, ainda eram muitos os personagens que estimulavam um procedimento moral similar aos tempos passados. As incertezas liberais eram temidas por fragilizarem as células da instituição matrimonial.

As vicissitudes das inovações tecnológicas e das mudanças comportamentais conduziram as mulheres a um ganho, ainda que pequeno, nos meios públicos, o que lhes permitiu assumir espaços que antes eram restritos ao universo masculino. Essa presença, no entanto, ainda despertava curiosidade, debates e, muitas vezes, incomodo por parte dos mais conservadores. (Ver figura 03)



FIGURA 03. Caricatura de Vidal Filho, expressando a curiosidade dos mais conservadores com a presença feminina nos espaços públicos.

FONTE: *Era Nova*. Parahyba, 15 de março de 1925, nº75.

Na caricatura de Vidal Filho se reproduz, no rosto sisudo, o olhar curioso de um senhor, ao presenciar uma jovem sozinha pela rua, desacompanhada de seu pai ou do olhar vigilante da mãe, com o vestuário característico das moças modernas, lendo despreocupadamente alguma revista feminina. – *Ai, meu tempo!*... Suspira lamentando o expectador. O caricaturista, contudo, sabe que esta cena vai se tornando corriqueira em muitos dos *nossos jardins*.

A presença de mulheres em praças, comércio, lojas e, em especial, a nova dinâmica de trabalho, lhes proporcionavam, além de mais visibilidade, uma condição econômica diferenciada, mesmo que inferior à masculina. Não muitas, acreditamos, mas significativas foram as que, se não abdicaram, conciliaram as aspirações do amor com suas carreiras.

Conforme nos informa Bourdieu (2012), os fatores de mudança recaem sobre um conjunto de instâncias que contribuíram para rasurar uma ordem que se presumia estabelecida e indiscutível, mas que em razão do reforço das transformações sociais e mentais, se veem forçadas a [se] defender ou justificar suas prerrogativas. A educação figura nesse meio como um expressivo instrumento de interferência na estrutura vigente da condição feminina, a exemplo da entrada das mulheres no campo profissional, o que, por sua vez, possibilita uma maior atuação na esfera pública. Ainda no esteio da educação feminina, tornaram-se, via de regra, as colaboradoras da *Era Nova* a abordarem o tema, sempre de maneira a corroborarem essa ambição.

Para o século vitoriano, Peter Gay (1988) coloca que nos discursos médicos e moralistas poucos eram os que defendiam que as mulheres teriam condições físicas e racionais para arcar com a educação superior acadêmica, esse pequeno contingente sustentava a opinião de que “a rigor a mente não tem sexo”. Por outro lado, a grande maioria dos intelectuais acreditava que “expor as mulheres à educação superior, equivalia arruinar sua saúde, principal e irreparavelmente quanto à sua capacidade de reprodução da espécie” (GAY, 1988, p. 159), isso por que, segundo essa concepção, a disposição física feminina, por sua fragilidade, não suportaria os rigores do trabalho árduo escolar.

Em plano mais nacional os debates também se voltavam para a tematização da educação feminina e como poderia afetar a formação familiar. Os lugares como educadoras no seio familiar já há muito estavam consolidados, faltava, contudo, conscientização de homens e mulheres da importância e necessidade da atuação feminina em uma dimensão política da vida pública. Segundo Ruth Watts (2013), o desejo de algumas mulheres pioneiras no campo da educação feminina, era a formação escolar adequada que contribuísse no exercício profissional feminino, desempenho de funções cívicas, mas, notadamente,

participantes nas reformas sociais e políticas, ou seja, uma educação ampla que “poderiam levar as mulheres muitas além de serem apenas esposas caridosas ou assistentes dos homens” (WATTS, 2013, p. 82). Ocorre que as escolas domésticas ofertavam um currículo especial para a formação de “esposas devidamente educadas” e futuras matronas cívicas, o que de certo, dificultava a entrada dessas alunas no nível de escolarização mais alto, o ensino superior.

Distintas opiniões preenchiam também os círculos literários paraibanos, reverberando nas discussões sobre o benefício ou risco da educação escolar feminina. A revista *Era Nova* apresentava em suas páginas significativas altercações entre as mulheres que percebiam com bons olhos a educação intelectual feminina, para além da instrução doméstica pelo qual passavam as mocinhas casadoiras, e entre os homens que temiam que “fosse um estorvo ao exato cumprimento dos deveres domésticos” e a relação conjugal.

Nesse sentido que Rubião de Alencar, comentando um texto escrito pelo professor Abel da Silva que tinha sido publicado no jornal *A União*, dissertava sobre a inutilidade e perigo da instrução feminina, que nada valeria às mulheres na vida prática, as ditas “enfadonhas estiradas de história e quejandas que por ahi se requerem do escolar”. A instrução teórica feminina, na visão deste autor, somente serviria para torná-las fadadas ao abandono do lar em mãos ordinárias.

Ademas, tornando ao modo de instrução da mulher, não recebamos a hypothese paradoxal do igualitarismo entre os dois sexos. O que um pode ser de grande utilidade a outro poderá trazer perniciosos resultados. **A mulher criatura dócil, nasceu unicamente para ser a companheira amoravel e dedicada do homem. O que se faz necessario é dar-se-lhe em educação útil á missão sublime que ella há de cumprir no mundo, que é a de ser esposa e mãe, perpetuando a espécie por meio do holocausto divino do amor.** (*Educação feminina. Era Nova. Parahyba, 15 de janeiro de 1922, nº19*) (grifos nossos)

Para Rubião, numa clara resistência à intelectualização feminina, as mulheres deveriam almejar somente um grau de instrução que lhes permitisse travar um bom relacionamento no âmbito do casal, em outras palavras, que a esposa soubesse o suficiente para entreter o marido em conversas agradáveis, de modo a aumentar-lhe o amor. Seria esta a solução para o problema da educação feminina, longe de tentar igualá-las aos homens, deveriam ensinar-lhes conhecimentos práticos necessários à sua “vocaçao natural”, a devoção ao marido e o cuidado com o lar.

Contudo, Albertina Correia Lima defendia com maior entusiasmo essa intenção feminina. Resguardada por um discurso que visava, sobretudo, à saúde familiar, defendia que a educação da “rainha do lar”, deixaria “por toda a parte de seu lar, vestígios de inteligência e cultura”, não sendo um estorvo como queriam acreditar alguns. Sutilmente, a autora utiliza a própria concepção higienista para investir nas mulheres de disposições políticas. Ora, a mãe benfeitora dos filhos da pátria, que prepara os bons cidadãos para a vida sociopolítica, só podia ser tão preparada quanto eles. “Deve[ria], portanto, ter o preparo necessário às missões eventuais, além dos conhecimentos indispensáveis para o bom governo doméstico e a proveitosa e sadia educação dos filhos e agregados” (*Era Nova*, Parahyba, 23 de março de 1923, nº42).

Segundo Alômia Abrantes (2010), esse evento paradoxal nas escritas femininas, trata-se de uma das estratégias de poder que acabam deslocando o sentido de dominação masculina, sendo assim, um molde, um truque para responder à sua consciência. Dessa forma, Albertina cumpre o dever, subentendido, de escrever ao que boa parte da sociedade conservadora esperava que ela escrevesse, sem, contudo, privar-se de imprimir suas crenças. Virginia Woolf, referindo-se à imprensa, destacou que “para um homem ainda é muito mais fácil do que para uma mulher dar a conhecer suas opiniões e vê-las respeitadas” (WOOLF 2012, p.51).

As mulheres passavam cada vez mais a frequentar o espaço público, notavelmente ao que se refere às disposições do trabalho, resultado, entre outros, de uma escolarização profissional, que colaborou para a mudança da atmosfera urbana, permitindo a admissão de mulheres em cargos públicos e nas profissões equivalentes ao nível superior. Todavia, essa correlação entre escolarização e conquista do espaço público e político não se deu de forma tão espontânea, ou causa e efeito. A adesão ao trabalho assalariado, por si só, não garantiu às mulheres o direito indiscutível ao espaço público, afinal o “estar” na rua e a vigência nos empregos, eram atravessados por códigos que restringiam às mulheres esse livre acesso.

Diana Gonçalves Vidal e Marília Pinto de Carvalho (2001), em um estudo sobre mulheres e magistério, apontam que a circulação de mulheres que exerciam trabalho assalariado – no caso estudado, as professoras – em primeiro momento só foi possível a permanência e apropriação dos espaços públicos urbanos, por meio de expedientes adotados, a exemplo da docência celibatária, ou seja, a abdicação da professora a constituir família para poder se dedicar laboriosamente à profissão, de outro modo, poderia exercer precariamente tanto o ofício quanto seus deveres domésticos. “O celibato pedagógico traziam à tona o

caráter ambíguo da relação entre mulher, trabalho (magistério) e espaço público” (VIDAL; CARVALHO, 2001, p.218).

A relação que se estabelecia com algumas profissões apareciam enquanto lugares intermediários entre o privado e o público, e por isso mesmo, suscitavam tensões. A escola, em especial a primária respondia a essa ambiguidade assumindo ora a posição de continuidade do lar (ressaltando os aspectos femininos maternos, como a delicadeza, cuidados e sacrifícios), “ora o lugar do trabalho (tomando colorações de competitividade, pontualidade e assiduidade relacionadas ao universo masculino)” (ibidem). Sobre esses deslocamentos as autoras concluem que se por um lado a escola favoreceu a ampliação feminina nos espaços públicos, por outro a assimilação dos valores, associados à feminilidade com o magistério, limitou o reconhecimento deste trabalho assalariado.

Apesar de uma demanda do exercício feminino de trabalhos assalariados, estes não eram bem vistos, sendo ainda muito estigmatizado, em parte pela alteração na rotina familiar – o afastamento das mulheres dos espaços da casa, o adiamento dos planos de casamentos e a escolha por permanecer solteiras – agravava a resistência entre os mais conservadores, mas, principalmente, pela ocupação dos setores que eram tidos como trabalhos propriamente masculinos.

A entrada feminina na esfera jornalística configurou um passo relevante para a adesão das mulheres nos espaços politizados, contribuindo, certamente, para ampliar o coro de vozes femininas que se erguiam no início do século XX, inconformadas pelo constante menoscabo de uma pretensa incapacidade feminina de gerir, por suas “frágeis capacidades mentais”, aspectos da vida política e econômica.

Percebe-se um reconhecimento de um público leitor feminino pela presença equivalente do seu sexo na composição da revista *Era Nova*, a exemplo da *Caixa da Era Nova*, em 16 de maio de 1921, que dirigia uma resposta à carta de reprimenda aos redatores do periódico pela ausência de publicações femininas enviada pela senhorita Eva Maria. Negando a injusta afirmação de má vontade da revista em dar crédito às letras femininas, o colunista “D. Casmurro” culpava, à guisa de justificativa, tão somente a “falta de intimidade com as literatas patricias” por tal carência. Ao que parece, Eva Maria já antecipava tal resposta, pois listava o nome de algumas literatas que lhe eram caras, entre elas, Eudesia Vieira, Rita Miranda, Albertina C. Lima, Angelina Bastar, E. Silveira.

Salvo engano, a primeira publicação escrita por uma mulher aparece no quarto número, a exatos dois meses de estreia da revista *Era Nova*, com o conto de trágico amor *Borboleta Azul*, assinado pelo prenome Alice. A revista contava com a colaboração amiúde de

quatro escritoras, são elas Analice Caldas, Eudesia Vieira e Therezinha Caldas, que juntas a outras eventuais mãos femininas somavam uma média de dez autoras, algumas apenas com uma ou outra pequena participação outras, no entanto, mantiveram significativo espaço.

2.2.3 – *Cartas de Mulher*

Um dos espaços destinados, em especial, ao público feminino, diz respeito à seção intitulada *Cartas de Mulher*, assinada pelo pseudônimo Violêta. Da seção, sabe-se que foi uma das mais constantes no periódico, conservando quase ininterruptamente seu posto quinzenal, do segundo ano até o quinto ano na revista. Atenta a um discurso mais conservador, testemunho desse momento de transição, em que é muito tênue a linha que separa os valores tradicionais dos ditos modernizantes, a seção se colocava no lugar de conselheira e semeadora da boa formação de caráter, “fortificando a verdadeira noção de nossos deveres [femininos] na sociedade”, ao menos, é assim que julga sua leitora Guiomar em um bilhete destinado à própria Violêta e publicado em primeiro de novembro de 1922 pela *Era Nova*, ou nas palavras da leitora Miosótis, em junho de 1923, que “ressalta a beleza com que [Violêta] costuma versar os assumptos que se prendem ao nosso sexo” em todas suas *Cartas de Mulher*.

Sua escrita parte sempre de reflexões promovidas por suas recordações do passado ou suas observações do cotidiano, abordando temas tidos como inspirados no universo feminino, como a moda, a beleza, as danças, mulheres traídas que, de certa forma, servem como pretexto a um discurso amoroso conservador. Fica evidente que para Violêta tais temáticas afetam as experiências amorosas.

Valendo-se de suas experiências, reais ou fictícias, Violêta alerta para o perigo da inconstância e frivolidades dos sentimentos femininos, que muitas vezes se deixavam levar pelas paixões, causando destemperos morais e infelicidades ou que, ao contrário, se deixavam seduzir pelo desejo de amor, firmando sua casa e seu futuro num solo arenoso. O amor paixão, esse “maléfico parasita”, interfere nas “disposições do nosso organismo” e nos deixam instáveis, desequilibradas. Sabido que no “século do automóvel, o amor tem que ser, também rápido, e não deve durar mais que uma lua” (*O casamento. Era Nova*. Parahyba, julho de 1924, nº65).

O mau do homem é naturalizado pela caneta de Violêta, pois apesar de sabê-los indiscretos, “animais”, infiéis no corpo e inconstantes no sentimento, ainda assim, responsabiliza as mulheres por seu demasiado conhecimento dos defeitos masculinos.

“Quando se ama, faz-se abstração do tempo e do espaço. O amor tudo esquece e tudo veste de poesia” ou em outro momento, “quando se ama não se vêem defeitos”. Violêta sugere ser culpa das mulheres os dissabores do casamento, por não ofertarem abundante amor virtuoso aos seus maridos, a ponto de não lhes ver os defeitos.

Violêta abomina as “sensualidades dos sentidos” por levarem a deturpação da ordem, da moral e da religiosidade, desvirtuando as futuras mães e atrapalhando a solidificação dos lares, com suas futilidades e impermanências.

Será que se haja obliterado a verdadeira noção do pudor feminino? Não há duvida que este conceito sofre a poderosa influencia deletéria da literatura dos cinemas. [...] uma senhora comparou, com muito espirito, a vergonha das mulheres de hoje com uma cousa parecida com uma joia, que, para muitas, já se perdeu, para outra se extraviou e que só algumas trazem como uma preciosa raridade antiquaria e ornamental. (*Era Nova*, Parahyba, 27 de março de 1924, nº 60)

Violêta vocifera contra a espécie feminina que perdeu, em nome das modas, a dignidade alcançada pelo pudor, ferindo as sensibilidades de suas conterrâneas. As mulheres, por suas condutas vis, carregavam nas costas o peso da responsabilidade moral da sociedade. Eram elas as culpadas pela degeneração da raça.

Violêta é um produto da cultura conservadora do seu tempo, desfiando um discurso, por certo, muito conservador, velado por ironias e saudosismo. Ainda que se suspeite da validade do seu gênero, ela não figura propriamente um desvio, o que de certo modo nos diz a constância de sua seção na revista, e mais enfaticamente a carta de Guiomar, que explica o fascínio e o motivo de simpatia às suas “Cartas”, por encontrar em suas falas “idéas muito sans e plausíveis, atraindo a curiosidade dos muitos leitores da *Era Nova*.” Guiomar conclui a carta ofertando união, para juntas darem “serio combate a todos esses elementos que vão solapando os nossos fundamentos sociaes”. (*Era Nova*. Parahyba, 1 de novembro de 1922, nº36)

Apoio também reiterado na carta de Myosotis e ofertado por ela e suas “amiguinhas”, que acreditavam ser “imprescindível que se ofereça combate às modernas correntes materialistas, que veem sufocando grosseiramente as seducções encantadoras do espirito feminino” (*Era Nova*. Parahyba, junho de 1923, nº48). Se havia grandes públicos, não temos como saber, mas, partindo da própria documentação, sabemos que as leitoras se reuniam e discutiam entre si as mensagens de Violêta, certo é que suas falas não ficavam inertes no acetinado *couché*.

Para Bourdieu (2012), uma das correntes alçadas pela violência simbólica se institui por intermédio da adesão do dominado sobre as classificações do dominante por carecer de instrumentos ou esquemas que lhe ajudem a pensar ou quando os instrumentos que têm a sua disposição são comuns à relação de dominação e que só calcifica essa relação como natural. O efeito dessa violência simbólica é a inculcação e incorporação dessa relação, pela aceitação dos signos de dominação, levando a uma auto depreciação e desvalorização por parte dos dominados.

2.3 – Corpos possíveis: perfis femininos e masculinos²⁷

As vicissitudes que sobrevieram com a modernidade afetaram o cotidiano e as sensibilidades, forjando outras identidades coletivas e com elas um novo ideal de corpo para ocupar os novos espaços sociais. Vigorosos discursos ajustaram homens e mulheres do início do século XX, a uma soma de lugares sociais, na tentativa de enquadrar e normatizar determinados comportamentos. Reconhecendo tipos diversos de vivências, os discursos davam conta de segregar os bons dos maus modelos apontando aqueles que deveriam ser copiados e renegando os que se distanciavam do ideal desejado. Por outro lado, evidenciam disposições de gênero, que travavam combates para se legitimarem. Novamente, o sentimento e a expressão amorosa entram em cena de forma a justificar um cuidado com os tipos sociais que se estabeleciam nesses novos tempos.

A arquitetura do lar feliz aprisionou homens e mulheres dentro de uma moldura estritamente normativa. Homens e mulheres, maridos e esposas passaram a se defrontar não só com uma noção mais delimitada dos papéis sociais atribuídos a cada sexo, mas, sobretudo, com uma rigidez provavelmente desconhecida até então em suas experiências cotidianas. (MALUF, MOTT, 1998, p. 382)

Na urdidura das novas tramas, surgem padrões de comportamentos que fugiam ao que de tradicional existia na categorização dos indivíduos urbanos, de ambos os sexos, causando estranhamentos e agitação nos meios literários e científicos, ocasionando ensaios quase sempre estereotipados das novas vivências desses corpos possíveis. A *Era Nova* nos fornece algumas noções essenciais para a disposição constitutiva de alguns “tipos” que compreendiam a paisagem social. Acerca desses tipos, eram dirigidas séries de textos pedagogizantes que,

²⁷ Parte dessa discussão foi desenvolvida no artigo *Papeis femininos [pro]postos pela revista Era Nova: constituindo gêneros*. Apresentado na ANPUH – PB, 2012.

para além de identificar os padrões “aceitáveis” dos padrões “desviantes”, buscavam, sobretudo, minimizar os efeitos entendidos como negativos que as novas experiências corpóreas impingiam as experiências amorosas.

É importante pensar os códigos que atravessavam a construção de categorias de identificação de gênero, buscando, dessa forma, reforçar a ideia de que “as diferenças que se constatavam nos comportamentos de homens e mulheres não eram penderes do ‘sexo’ como questão biológica, mas sim eram definidas pelo ‘gênero’ e, portanto, ligadas à cultura” (PEDRO, 2005, p. 78).

Nossos hábitos, crenças, definições, comportamentos, identidades não consistem em produtos de causa/efeito proporcionado por fenômenos naturais, como queria uma visão essencialista do mundo, que tendia a explicar as ações dos indivíduos como impulsos internos, reações autônomas, são, antes, expressões de um construcionismo social modelado no interior das relações de poder, que definem os comportamentos ditos como normal/aceitável ou anormal/inaceitável. Sendo assim, as formas como entendemos e vivenciamos o nosso corpo são socialmente organizadas, e sustentadas por vários códigos e estruturas que buscam lhe legitimar. (WEEKS, 2001)

Segundo Joan Scott (1990), pensar o gênero é uma maneira de visibilizar as “construções sociais”, ou seja, a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis mais adequados para homens e mulheres. De forma a desnaturalizar categorias que eram vistas como fins em si mesmos ou destino, ou seja, é uma tentativa de identificar os códigos que embasam as relações de poder.

As explicações de gênero favorecem além de uma compreensão não hierárquica da condição humana, a capacidade para um reconhecimento da sua singularidade e desarmonia na composição das múltiplas identidades em função de diferentes eixos em que o sujeito está inserido: classe, raça, gênero, cultura. Esses lugares distintos também interferem na forma como as sensibilidades irão ser experienciadas, isso porque a ideia de hierarquia entre os sexos, desigualdade de direitos e uma dupla moral acarretariam em uma desigualdade no valor das sensações afetivas femininas.

Seria um erro pensarmos numa única forma de práticas amorosas, haja vista que o sentimento é valorado, percebido e vivenciado de maneira distinta nos diferentes grupos sociais estando subordinado, sobretudo, às representações imagéticas e compreensão de mundo e lugar ocupado por quem o sente. Para Adhemar Vidal,

O amor varia conforme os temperamentos. [...] Há quem ame à distancia. São os tímidos. Outros há que, mais espertos, mais envernizados de cynismo, não se limitam a simples contemplações. Querem dar mostras suficientes de superioridade e procuram usar portanto da audácia como arma de franco triunfo. [...] Sem ironias, essa classificação pode ainda variar bastante. (*Variações. Era Nova. Parahyba* 15 de abril de 1921, nº 02)

Neste sentido é que a variedade de composições femininas e masculinas, que os periódicos veiculavam na Paraíba, nos interessa para a construção das formas e representações do amor. Considerando que aos estereótipos que despontam nos primeiros decênios do século XX na literatura da *Era Nova* correspondem a formas adequadas ou não de amar dos homens e, em especial, das mulheres.

Eudesia Vieira²⁸ uma das escritoras que compõe o quadro de colaboradoras da *Era Nova*, nos traz, ao longo de seus textos, exemplos desses tipos distintos que preambulavam pela *Parahyba do Norte*. Vejamos o caso das “melindrosas” e “rainhas do lar”.

Voltando à ideia anteriormente apresentada da família nuclear, encontramos sua mola mestra, a “rainha do lar”, esposa, mãe e dona de casa, responsável pela qualidade, saúde e respeito do seu lar, também conhecidas como “vigilantes do lar”, “anjo da casa”, “mulher adorável”, como a chamava Eudesia, e outros epítetos nominais que encerram, em si, o caráter que a sociedade patriarcal, e logo depois a sociedade higienista, requeria dessas mulheres. Era assim descrita:

[Mulher adorável] é a mulher que encontramos nos labores domésticos, alimentando o filho com o seu próprio sangue, recebendo-lhe com extremo o affectuoso e primeiro sorriso [...] é a mulher voltada ao sacrifício, que se não importa de morrer um pouco cada dia para ressuscitar gloriosa na pessoa dos filhos que lhe serão a coroa imortal na perpetuidade da espécie e dos costumes. (Eudesia Vieira. *A mulher. Era Nova. Parahyba*, 15 de abril de 1922, nº24)

Os valores assentados no amor são engessados pelo binômio casamento-amor e na construção doméstica do espaço, que demandam de seus protagonistas, “em nome do amor, uma série de deveres lhe são impostos [à mulher], cabendo-lhe desempenhar o papel e

²⁸ Segundo Barbosa (2009), Eudesia Vieira nasceu em 08 de abril de 1894. Exerceu para além das atividades jornalísticas e poéticas, a profissão do magistério e medicina. Concursada pelo Estado, lecionou nos colégios primários, produzindo dois livros didáticos que logo foram adotados, são eles: *Pontos de História do Brasil e Terra dos Tabajaras*, por volta da década de 1950. Já casada com José Taciano da Fonseca, com quem teve 14 filhos, vingando apenas cinco, decidiu ser médica “contrariando a vontade do marido, e enfrentando todos os obstáculos e preconceitos da época”. Sendo a primeira paraibana a obter o título pela Faculdade de Medicina de Recife. Posterior ao diploma, implantou seu consultório exercendo a profissão. Fez parte em 1922 do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba como suplente do 1º Secretário. Como jornalista colaborou com os periódicos, *Era Nova*, *A União*, *A Imprensa*, *O Norte*, e publicou outros livros de literatura.

cumprir o dever que a sociedade e a condição de amar e ser amada exigem: praticar a renúncia, a dedicação e a submissão” (TRIGO, 1989, p.90). Já seu oposto, a “melindrosa²⁹”, também era visibilizada por Eudesia, muito embora de forma sempre negativa.

Esta creatura merecedora do ridículo da gente séria se assemelha às bonecas que servem para distrahir creanças. É uma escrava da moda, do luxo. Sacrifica a saúde, a graça natural, a honra da família e a sua própria com insensatez reprochável, só visando effeito; quer, custe o que custar, ser o ponto de convergência na sociedade em que priva. (Eudesia Vieira. *A mulher. Era Nova*. Parahyba, 15 de Abril de 1922, nº24)

Com sua tendência ao fútil e às frivolidades da sociedade, as “vaporosas”, mesmo que muito agradáveis aos olhos para uns para outros, eram a personificação da decadência da moral e dos bons costumes. Essa espécie de mulher, para os mais conservadores, não poderia dar conta de um bom casamento, pois com suas cabecinhas de vento e seus gostos para as efemeridades, não saberiam amar seus maridos e nem educar seus filhos, isso se elas não resistissem a tê-los para não lhes estragar a silhueta.

Tal personagem acarreta um olhar desconfiando dos rapazes ao casamento que temiam o futuro da sua linhagem aos cuidados de uma cabecinha fútil e estouvada. O recomendado era procurar uma esposa que pudesse vir a cumprir o papel de boa mãe. A fidedigna esposa deveria se sacrificar não pelo efêmero, mas pelos futuros cidadãos. (RODRIGUES, 2011). A visão negativa sobre a melindrosa era predominante. Contudo, alguns discursos deixam entrever que essa diáfana figurava presente nos devaneios masculinos, considerando que não são poucos os rapazes enamorados por tal personagem, mesmo que em todo tempo, sofredores deste encanto. “Lindas, mas perversas, [...] espíritusinho leviano [...] desgraçado de quem fica com saudades do instante em que as viu [...]” (*Era Nova*, Parahyba, 1 de novembro de 1922, nº36). São palavras escritas pelo rapaz X, que não quis se identificar, para uma melindrosa por quem era apaixonado.

No *Album de Mlle. Analice Caldas*, algumas respostas confirmam a atração que esse personagem causava. Ao lado de respostas mais enfáticas, como as de João Avelino da Trindade e Rodrigues de Carvalho, “fútil, desfrutável, destituída do que faz a delicadeza do

²⁹ Segundo nos informa Hugo A. V. Medeiros, “a confecção do nome parte de ‘melindre’, que, por sua vez, se aproxima de ‘engodo’, ‘chiste’, denuncia o que estas mulheres representavam para boa parte dos homens: uma armadilha, cheia de perigo e beleza. Além desta alcunha, chamavam-nas, às vezes, de ‘borboletas’ e ‘mariposas’, pela suposta leviandade com a qual voavam rapidamente de flor em flor (de homem em homem). A alcunha melindrosa sobreviveu, sobretudo, na linguagem carnavalesca, como um referente das mulheres ‘de roupas extravagantes e maneiras afetadas’, que se mostra num modelo tradicional de fantasia composto por vestido curto e decotado, tiara, bolsa e cigarro a tira-colo.”(MEDEIROS, p.107, 2010)

sentimento”, ou “espírito feminino elevado a mais requintada vacuidade”, encontramos “um brinco aprasivel” ou “biscuit de leviandade que nos fascina”, resposta dos senhores Carlos A. F. M. Dias Fernandes e Diogenes Caldas.³⁰

Os homens também não escaparam de definições que engessassem suas manifestações corpóreas, a par com a “rainha do lar”, encontravam-se o que chamaremos de “homens de letras”. Educado intelectual e moralmente, esses senhores nutriam o gosto pelas coisas sérias, comprometidos com seu dever para com a pátria. Fácil de identificar pela sua austeridade e vestimentas sóbrias, suas formas.

Recorremos novamente às enquetes de Analice Caldas: “qual deve ser o typo masculino?” ou “que qualidades prefere no homem?”, são questões que fortalecem nossos apontamentos quanto à representação masculina e compõe o imaginário referente à personalidade do “ser homem”. O maior valor do homem estava assentado na qualidade de ser “instruído, culto e de educação domestica perfeita”, ou “masculo de corpo e de character”, ou ainda ao molde dos “Spartacus” mesmo que a entrevistada acreditasse não mais existir, é o que nos informa João Avelino da Trindade, Diogenes Caldas e Alice de Azevêdo Monteiro.³¹ Interessante atentar para os códigos de virilidade que regem esses discursos dos homens sobre os outros e de si, que levariam ao extremo oposto da representação do feminino e a exigência de um parâmetro diferenciador do feminino, cujas qualidades de racionalidade, força e coragem física e moral são ressaltadas enquanto contorno desse contraste.

Segundo Bourdieu (2012), para quem a virilidade é entendida não só como capacidade reprodutiva, sexual e social, mas também como aptidão ao combate e ao exercício da violência real ou potencial, o privilégio masculino da virilidade representaria uma cilada devido à constante e abusiva [con]tensão imposta a todo o homem, o dever de provar sua virilidade, para afirmar e validar, pelo reconhecimento de outros homens, o pertencimento ao grupo de “verdadeiros homens”, o que levaria, sobretudo, a angústias, medos e culpas. “A virilidade como se vê é uma noção eminentemente relacional, construída diante dos outros homens e contra a feminilidade, por uma espécie de medo do feminino e construída, primeiramente, dentro de si.” (BOURDIEU, 2012, p. 67)

³⁰ Enquete referente, respectivamente, às publicações, dos nº 56, 75, 61,60 do ano de 1924.

³¹ Enquete referente, respectivamente, às publicações dos nº 56, 52?, 60 entre os anos de 1923 e 1924.

Daí a tentativa de se evitar qualquer característica desvirilizante e, por isso mesmo, todo sobressalto e espanto quanto à figura do ufanado “almofadinha”³², que punha em risco os valores representativos da masculinidade.

O almofadinha ocupa realmente um lugar de destaque no mundo das cousas curiosas. Calças excessivamente estreitas e curtas, lábios nacarados, faces carminadas como rosas entreabertas que se mostram através da gaze branca de uma leve pincelagem de água de beleza e, enfim, olheiras profundas vêm completar o tipo desse personagem que figura nas páginas da moda ao lado das louras e fantásticas melindrosas. (Eudesia Vieira. *Almofadinhas. Era Nova*. Parahyba, 15 de fevereiro de 1922, nº 21)

Era comum referências caricaturadas e gozadoras aos estereótipos do “almofadinha” e da “melindrosa”. Uma forma de repressão ou a expressão de espanto, por esses irem de encontro com modelos cristalizados de ambos os sexos? A profusão desses textos nos faz supor que a sociedade paraibana assimilava com desdém a ideia de um gênero tentar se assemelhar a outro, assumindo particularidades do seu par, colocando-se em lugares indefinidos. Pois, como nos lembra Scott (1990), a concepção de masculinidade se reporta à supressão dos adjetivos pensados como femininos. Logo seu contrário também seria válido.

[...]a mocidade, que o representa, degenera-se nos caprichos ultra-sentimentais do amor a um almofadismo de gênero duvidoso. Galopeamos nessa marcha para o aniquilamento moral de nossa raça, para a efeminação do caráter másculo de nossa juventude, para o ignominioso e abominável hermaphroditismo social.[...] Infelizmente nossa sociedade está composta, em sua maior parte, de almofadinhas e melindrosas e outros quejandos espécimes. (Horacio de Almeida. *O poder da moda. Era Nova*. Parahyba 01 de maio de 1921, nº3)

Em outros, textos comparados a “reles plantas de estufa”, os almofadinhas e melindrosas eram receados por seu aparente caráter de hermafroditismo ou androginia, seja pelos homens que com “lábios nacarados” ou “faces carminadas”, seja por mulheres que com uma nova silhueta e outros referenciais estéticos faziam vezes ao projeto de androginia, encarnavam o medo das mulheres masculinas e dos homens afeminados (ver figura 04). Tal quadro requeria um adestramento do corpo, versando uma preocupação contínua civilizadora,

³² “A partir dos relatos de vida de pessoas que viveram no Recife durante os anos 1920 e 1930, pudemos decifrar um pouco melhor a obscura formação da alcunha “almofadinha”: diziam eles(as) que os bancos dos bondes antigos eram feitos de madeira, o que deixava as nádegas doloridas depois de tantos vais-e-vens e solavancos; assim, algumas pessoas levavam de casa sua própria “almofadinha” para os bondes. Ao que parece, para as mulheres não havia problema algum no comportamento. Para os homens, ao contrário...” (MEDEIROS, p. 103, 2010)

quase sempre, levados a cabo pelas estruturas de poder, como a Igreja, o Estado, a Escola, a Medicina.



FIGURA 04. Melindrosas e Almofadinhas. Caricaturas de Mlle. Maria Sarnento.
FONTE: *Era Nova*. Parahyba, 15 de fevereiro de 1923, nº 40

A caricatura de Mlle. Maria Sarnento faz ressaltar elementos cômicos, na composição da imagem, promove a cerca das melindrosas e almofadinhas, oferecendo visibilidades aos trejeitos e afetação de ambos. Encontramos o almofadinha com *calças excessivamente estreitas e curtas*, terno de corte acentuado, sapatos e chapéu em consonância com a moda, arrogando liberdade aos seus movimentos corporais que aparentam estarem isentos de uma postura mais vigorosa e rija, “próprias” ao masculino. Seu par, a melindrosa, é representada com um corte de saias curta e retas, de cotovelo e o tornozelo à mostra, cabelo a *la garçonne*, faces carminadas, e sapatinhos minúsculos que esmagavam seus pés em prol de uma imagem mais delicada, *sacrificando a saúde, a graça natural*. Nos seus adereços não poderia faltar colares e os chapéus femininos.

Mayrinne Wanderley traça um paralelo entre corpo/moda e comportamentos sociais. O “jogo entre indumentária e corpo individual, este funciona como elemento mediador entre o indivíduo e o corpo social” (WANDERLEY, 2010, p.122). É através desta corporeidade que o

indivíduo se coloca e reconhece o outro, e por isso pode ocorrer tentativas de normatização de um corpo hegemônico. Wanderley problematiza tal afirmativa ao tratar da mudança da silhueta feminina a partir da década de 1920 que altera de um padrão de “S”, ou seja, seios proeminentes seguidos de uma cintura fina e glúteos projetados para trás que lembra o ideal estético de genitora, para o formato em “I”, delgado, livre dos espartilhos, que somado ao cabelo a *la garçonne* passa uma mensagem de “vanguarda moderninha” e projetam um ideal de liberdade e emancipação feminina.

A probabilidade que alguns discursos pedagógicos, difundidos e significados muitas vezes nos periódicos e jornais da época, veículos de maior circulação, pudessem agir de alguma forma sobre o inconsciente, interferindo no modo com que as pessoas produziram pra si, significados e experiências corporais, pode se supor, fosse efetiva. Parafraseando Jeffrey Weeks (2001), à medida que estas instituições inquietavam-se com as experiências dos indivíduos em benefício de um crescimento econômico e populacional, ela procurou cada vez mais com métodos de disciplinamento dos corpos e da sexualidade.

Para Roy Porter, os corpos são expressões culturais, por isso sofrem constantemente repressão enquanto estratégias assumidas em função de uma determinada ordem social e moral. São conceitos normativos que estimulam a circunscrição das possibilidades metafóricas do corpo. “Chegamos nus ao mundo, mas logo somos adornados não apenas com roupa, mas com a roupagem metafórica dos códigos morais, tabus, das proibições e dos sistemas de valores que unem a disciplina aos desejos, a polidez ao policiamento” (PORTER, 1992, p. 325). As acepções simbólicas do corpo têm suas vivências emitidas pelos sistemas culturais, que se responsabilizam por modificar seus significados através do tempo. O corpo se torna lugar de projeções de interpretações de mundo. Outro temor que a personagem do almofadinha e da melindrosa desperta diz respeito à fragilidade dos laços que nutrem (ver figura 05).

Na figura, o deus mitológico do amor, o Cupido, aparece em pose de luta, com a face contraída e a postura corporal tensionada, demonstrando irritação com os almofadinhas, como se pode ler na legenda. Essa representação era uma leitura de um pensamento corrente, à época, por parte dos mais conservadores, que temiam a banalização do amor legítimo em emprego de sentimentos menos nobres no trato dos jovens. Vistos como volúveis nos sentimentos, preocupados acima de tudo com o prazer de serem admirados, se aperfeiçoando nas artes do *flirt*, tais personagens não correspondiam ao imaginário que compunha a base da família nuclear, figurando em um obstáculo ao amor “verdadeiro”.



FIGURA 05. Cupido Furioso. Autor desconhecido.
FONTE: *Era Nova*. Parahyba, 1 de novembro de 1922, nº36

É sintomático que nesse período, em que as mulheres estão buscando maneiras de alicerçar seu lugar na vida pública, nos ofícios, ampliar e melhorar seus direitos, repensando sua sexualidade, com os emergentes movimentos feministas, sejam vertidos vários concursos de beleza que primavam não só por uma aparência feminina, mas por qualidades morais e virtudes que se queriam das mulheres. Somado a isso todo um discurso pedagogizante sobre as condutas normativas a ambos os sexos.

A preocupação com esses “tipos” sociais, que surgiam ou tendiam a desaparecer, como no caso da “rainha do lar”, era a mesma preocupação que se tinha em institucionalizar o amor em amor conjugal, pra que se semeasse no imaginário amoroso o gosto pela civilidade, para que dele se retirassem bons frutos. Diante das mudanças do mundo moderno e da emergência de novas aspirações, promovidos pelo amor romântico, com seu ideal de liberdade e o movimento individualista, proporcionou às pessoas, de certo modo, a possibilidade de tentarem se reconhecer através de suas próprias crenças.

As relações passaram a ser permeadas, não mais por interesses familiares, mas pessoais, levando em conta a sensibilidade despertada pelo outro. O problema, para o Estado,

estava na vivência dessa experiência, que valorizava sentimentos “frágeis” e efêmeros, como a paixão que por sua vez levavam a práticas amorosas, distante dos ideais patrióticos, como os concubinatos, adultérios, filhos ilegítimos e doenças nocivas que debilitavam o corpo social, ou seja, responsável pela desordem e insalubridade social. Daí o discurso em que se buscava associar o amor ao casamento e à felicidade, e que só os eleitos seriam contemplados, em outras palavras, as “rainhas do lar” e os homens “sérios”.

CAPÍTULO III

PRÁTICAS AMOROSAS: ELLE, ELLA E O OUTRO...: DO FLIRT AO “FINAL FELIZ”

Aos adolescentes que encontrei na vida,
Perguntei onde iam, já de par em par...
Responderam rindo, com voz comovida:
_ Amar! (*Era Nova*, Parahyba 15 de junho de 1922, nº 28)

Parece inegável afirmar que grande parte dos textos da *Era Nova* foi escrito por homens, a lista de colaboradores que sumariavam cada publicação não nos permite dúvidas quanto tal predominância³³, sem mencionar a longa tradição de um setor literário/jornalístico masculino, que só encontrou mudanças, no Brasil, no final dos oitocentos, passando a ceder mais espaços à escrita feminina, ainda que mediada pela lente, como nos diz Woolf, do Anjo do Lar³⁴, o que justifica a diminuta proporção, nas primeiras décadas do século XX, da presença de mulheres colaborando com a escrita pública nos meios literários paraibanos.

Alômia Abrantes (2010) nos informa que uma imprensa estritamente feminina não corresponde a uma realidade na Paraíba, já que não se verifica um número significativo de periódicos reservado a este público, ou dirigido por elas, diferente de algumas outras capitais do nosso país. O que não quer dizer que não ocorresse uma crescente feminização de alguns magazines, seja pela inclusão de colaboradoras femininas, seja pelos cuidados gráficos e temáticos considerados de interesse feminino.

Os periódicos lançavam mão de um variado universo de práticas de leituras femininas, de forma a torná-las assíduas consumidoras. Em outras palavras, visando os interesses de mercado, os periódicos passaram a prefigurar temáticas e disposições que agradassem não só ao paladar masculino, mas, simultaneamente, ao gosto feminino, por reconhecerem neste último potenciais clientes em expansão. Vale ressaltar que esse reconhecimento de uma prática de leitura feminina não modificava somente os conteúdos em função de estratégias de

³³ Para fundamentar tal afirmativa lançamos mão de ¼ dos sumários referentes aos dois primeiros anos da revista. A *Era Nova* em seu primeiro ano, para uma média de vinte títulos sumariados, todos correspondiam a uma escrita masculina, ainda que encontremos no interior da revista publicações femininas. Tal quadro tem uma leve mudança no segundo ano em que, para a mesma média de vinte títulos, encontramos anunciados de um a dois títulos de cunho feminino.

³⁴ Segundo Virginia Woolf (2012) a expressão remete a um poema de Coventry Patmore em que a mulher aparece idealizada pelo papel doméstico. No artigo intitulado *Profissões para mulheres*, escrito em 1931, Woolf nos explica o que quer dizer com o “Anjo do Lar”, em suas palavras: “Ela era extremamente simpática. Imensamente encantadora. Totalmente altruísta. Excelente nas difíceis artes do convívio familiar. Sacrificava-se todos os dias. [...] Seu feitiço era nunca ter opinião ou vontade própria [...]. E acima de tudo – nem preciso dizer – ela era pura.” (WOOLF, 2012, p. 11-12)

mercado, também alterava os efeitos pedagogizantes, buscando amalgamar os papéis sociais e as definições sexuais.

A revista literária *Era Nova*, como já vimos, não é dedicada exclusivamente ao público feminino, muito embora suas sessões fossem em grande parte atrativas a tal segmento. Justificada pelo caráter de “variedade”, e fazendo um julgo de si, como agradável a todos os gostos, a predominância de temas voltados ao que uma leitura reducionista diria ser feminino é emblemático. O curioso era que as divisões como crônicas, contos, poemas, novelas e até mesmo sessões que nos dias de hoje mais se aproximariam de “fofocas”, voltadas sempre para os embates amorosos, os namoros, os galanteios, as sociabilidades, eram assinadas pelas penas masculinas, numa visível inversão de valores dos dias atuais, quando essas intrigas correspondem a “coisas de mulher”. Sendo assim, essas divisões davam conta, sobretudo, das percepções sensíveis que circulavam no “universo masculino”. Eram eles quem melhor deixavam entrever por suas escritas a ótica romântica.

As escritas que abrangiam a temática amorosa eram, sobretudo, contempladas pela pena masculina, servindo de fonte de inspiração para enredos e tramas literárias, de modo a lhe vislumbrar as várias facetas. Diferente de uma escrita feminina em que o discurso sobre amor aparecia comumente vinculado e/ou justificado pelos interesses da constituição familiar e da desejada “boa conduta”.

3.1 – Paraíso perdido: “O sexo fraco” e seus ardis

As publicações voltadas para o amor respondiam a uma parte significativa da programação da revista. Textos longos ou curtos, esperançosos ou desacreditados, mas sempre numerosos, nos fazem crer na importância e curiosidade que tal assunto despertava. Como já mencionava Adhemar Vidal ao leitor condescendente, “[...] ninguém deve desprezar as afeições por menores que ellas sejam na sua irremediável humildade. Merecem respeito, ao menos um vislumbre de acatamento”. (*Variações. Era Nova*, Parahyba, 15 de abril de 1921, nº02).

Poéticos, ficcionais, ou que pretendiam ser relatos factuais, todos eram espaços para falar sobre o amor, ou o que se esperava dele. Os discursos que aplicavam valores sobre ações, numa tentativa premeditada ou não, esboçavam sobre o que é o amor e como senti-lo. Uma das grandes preocupações que permeiam as escritas masculinas, como também as femininas, era o comprometimento e bom uso dessa sensibilidade. Se alguma prática agredia

o lugar-mor do amor logo eram atacados, verbalmente, os veículos que deturpavam, pelo menos no entender dos colaboradores, os estímulos benéficos para o amor “verdadeiro”.

Os periódicos, como já dito, com sua função pedagógica, prefiguravam modelos, condutas e posturas. A proposta formadora de opinião dos periódicos encontrava nas revistas o instrumento de veiculação ideal. Segundo Barthes (2003), sempre há no discurso amoroso alguém a quem nos dirigimos, mesmo que não esteja materializada naquele momento, não falamos para nós mesmos, há essa necessidade de um interlocutor, mesmo que não se apresente de forma dialógica. “Ninguém tem vontade de falar do amor, se não for para alguém” (BARTHES, 2003, p. 101).

Como as escritas femininas, as masculinas percebiam no amor “ilegítimo” aquele que não visava atender ao dever do sacramento, ou, que, descompromissado, só se importava com a paixão, um “mau para a sociedade”, pois fragilizava o alicerce da estrutura familiar. A explicação para a degeneração social recaía sobre o “sexo fraco”, ou por seus desmandos e ideias de “emancipação feminina”, que levavam as mulheres a quererem virilizar-se, “perdendo assim seus encantos” ou, por outro lado, enaltecendo sua extrema vaidade e futilidade, se preocupando só em gozar dos prazeres e excessos sociais, revelando a carência moral das “gentis vaporosas”.

Nesse sentido, as mulheres, vez ou outra, eram associadas ao mito de Eva em textos literários. Dissimuladas, levariam os homens a se corromperem. Eram vistas como instigadoras de crimes e causas de todas as desgraças. “A mulher, origem do mal” (PERROT, 2010, p. 168) que enredava os homens em suas armadilhas para lhes furtar o poder e os empurrar ao abismo, usando sempre as armas da sedução. Dalilas, Helenas, Salomés, Medusas, Evas são nomes que representam alegoricamente os temores masculinos difundidos na história, nos sermões, nas crenças e nos mitos. A mulher, velha amiga da serpente, era considerada, desde o período medieval, potencial veículo para a perdição. A tendência da mulher para o mal era observada como uma fatalidade de seu destino, ou seja, por “uma impulsividade orgânica ineluctavel. [...] É a mesma atracção do abysmo e a facinação da serpente!” (*Era Nova*. Parahyba, 24 de dezembro de 1922, nº 38).

Segundo Peter Gay, o século vitoriano transformou as mulheres num sexo problemático. A partir desta narração bíblica é que se “[...] considerou Adão a encarnação da razão, desencaminhada por Eva, a encarnação da sensualidade. Os grandes moralistas de Montaigne para cá, jamais puseram em dúvida que toda mulher é de fato uma eterna Eva.” (GAY, 1988, p. 111). S. Guimarães Sobrinho, escritor e vice diretor da *Era Nova*, nos apresenta sua versão do pecado original.

[...] _ Descanemos à sombra dessa árvore...
 _ Como é saboroso esse fruto!
 _ Para que o tiraste, Eva? Deixa-o. Vamos.
 _ Prova-o.
 _ Deixa-o tirar da tua bocca. Quero proval-o com o vinho de Hebe do teu beijo!
 _ Toma-o. A minha bocca é flor que podes aspirar todo o perfume!
 _ Tua bocca é concha de ambrosia que me pertuba os sentidos...
 _ A minha bocca é tua, como é teu meu coração, como eu sou toda tua. Como me sinto renascer meu amor. Que alegria! Que deslumbramento em minh'alma!
 _ É a primavera do amor, Eva!
 _ Como é bom amar!
 _ Mas, onde estamos? Que ruído!
 _ É o ramalhar do vento na ramaria dos jasmineiros em flôr, meu amor?
 _ Não. São passos de alguém, rumor de asas. Tenho medo! Cahiú por sobre nós a maldição. Ouve, mulher, que sinistra risada.
 _ É o canto das cotovias...
 _ Não! Como tudo escurece!
 _ Onde estamos?
 _ Olha pra ti, Adão...!
 _ Olha pra ti, Eva...!
 _ E a felicidade?
 _ E a felicidade?
 Por cima delles a serpente, sinistramente, ria. Fóra do paraíso, corridos do seu novo estado, occultavam-se medrosos entre as ramagens das árvores.
 (*O primeiro ânseio. Era Nova, Parahyba, 7 de setembro de 1923, nº50*)

Na compilação dos textos publicados na *Era Nova*, os homens apresentam tipos de mulheres. Numa perspectiva maniqueísta, as mulheres eram divididas entre as que poderiam ou não ser desejadas, correspondendo ao tipo ideal e ao tipo desviante, correlatas aos paradigmas dos anjos de pureza e das Evas. Tais modelos difundidos na imprensa tinham a intenção de advertir aos seus leitores dos lugares e papéis sociais a serem devidamente buscados.

Outras identificações são propostas pela pena masculina, que tende a relacionar as mulheres à natureza, exaltando as características correlatas à última como o aspecto selvagem, primitivo, cabendo ao homem dominar, colonizar e civilizá-las. Segundo Michelle Perrot (2010), esses mitos criados pelo universo masculino “recobrem a história com uma espessa mortalha tecida pelo desejo e pelo medo dos homens”, colocando as mulheres no centro de “um discurso excessivo, repetitivo, obsessivo, largamente fantasmagórico, que toma de empréstimo as dimensões dos elementos da natureza” povoando a literatura.

Ah! que desdita se brilhaes
 Acidulados de frieza!

Vós sois dois rutilos punhaes
De antigos mouros de Veneza
Olhos de estranha morbidez,
Olhos de um bem consolador,
Em vós gorjeia a Natureza
Hymnos de luz ao meu amor.

(*Ballada a uns olhos tristes. Era Nova. Parahyba 15 de novembro de 1921, nº16*)

O ser feminino passa a ser identificado com alguns elementos da natureza. Mulher-água, fonte de frescor, lisa, misteriosa, doce, por outro lado, água traiçoeira que em sua calmaria pode esconder perigos. Mulher-terra, fecunda, nutriz que alimenta, mas que também guarda a noite, a agonia da morte. Mulher-fogo, “devastadora das rotinas familiares é da ordem burguesa, devoradora, consumindo as energias viris, mulher das febres e das paixões românticas, [...] neuróticas, filha do diabo, mulher louca, histérica herdeira das feiticeiras de outrora.” (PERROT, 2010, p. 187-188) “Os desdobramentos das divisões e associações, já assinaladas, que se estabeleceu entre os sexos, vale repetir, identificava o homem à civilização e a mulher à natureza” (GONÇALVES, 2006, p. 49).

Na fala de Abel Botelho, publicada pela *Era Nova*, o autor deixa claro *o que se diz da mulher* ao seu tempo, corroborando a expectativa de civilizar e educar a este ser dito de constituição frágil e moral volúvel, igualando-as mesmo a crianças, que não têm ciência nem domínio de si, sobretudo, nos desígnios do amor.

A mulher é uma atoadada e incorrigível criança, que não vae a mãos tratos... antes se torna indispensável instruir, mimar, moralizar, guardar e absolver. Alucinada e impulsiva, de condição violenta porque é arbitrária, curiosa porque é ignorante, impetuosa e excessiva em todos os seus atos, mormente no amor, que é sua verdadeira vocação, a cada passo ella é sacudida de comoções orgânicas e suggestões moraes que incarnadamente se apoderam da sua natureza vibrátil e fácil [...]. (*O que se diz da mulher. Era Nova, Parahyba 15 de outubro de 1925, nº 88*).

Esse conjunto de referências contribui para a percepção e organização da vida social, na medida em que as relações de poder são alimentadas pelas diferenças biológicas. “As diferenças entre os corpos que nascem de seu sexo são constantemente solicitadas a testemunhar as relações sociais e as realidades que não têm nada a ver com a sexualidade. Não somente testemunhar, mas testemunhar para, ou seja, legitimar.” (GODELIER apud SCOTT, 1990) Isso ocorre porque as diferenças entre os sexos é um dos modos de significar as relações de poder, assim quando um quadro social muda, as relações de poder também são afetadas.

Esses “mitos” são marcas e manifestações do jugo feminino, que são [in]postos como naturais e intrínsecas ao “corpo feminino”. As adjetivações e qualificações servem, é certo, para atribuir lugares aos sujeitos, “obrigando” os gêneros a se ajustarem a eles. Obviamente, os discursos não despertam a unanimidade dos sentidos. Essas posições normativas, sem dúvida, não se enquadravam em um consenso, pensar dessa forma é negar as tensões entre as representações sociais e as práticas cotidianas, desacreditando a possibilidade de reação a qualquer mensagem, por parte do sujeito, seja para recusá-la, aceitá-la ou reapropriá-la. Como vimos no capítulo anterior, nos anos de 1920, uma parcela de homens e mulheres, intencionalmente ou não, atuou na construção de novas sensibilidades para seus corpos e suas condutas, o que favoreceu, em parte, o trincar das paredes de instituições naturalizadas, expressas nas relações de poder. Vale salientar, que essas construções nem sempre foram intencionadas por seus condutores, ou mesmo que estes tivessem clareza de suas ações. Certo é que em algum momento, de modo mais significativo ou não, as pequenas ações individuais somaram-se à composição de novos perfis de homens e mulheres.

O receio do desconhecido que as efervescências culturais e sociais causavam residia, justamente, nessa atividade feminina que ganhava lugar nos meios intelectuais e sociais. Sendo assim, não causam espanto alguns discursos que buscavam colocar a culpa de qualquer desalinho nas mulheres. Pois, apenas sobre elas se abatiam o avesso ordinário da modernidade, como se os homens, por sua condição de “sexo forte”, soubessem se desviar das inábeis vertentes.

A condição de mudança é pensada por alguns teóricos, entre eles Piotr Sztompka (2010), como onipresente a toda a sociedade, isso porque são as ações de seus membros que geram os componentes fundamentais da dinâmica social, o que faria diferir as mudanças de um lugar para outros seria a velocidade, o ritmo, a profundidade e o âmbito de tais transformações, que podem ou não ser percebidas de forma positiva no meio social em que ocorre. Nesse sentido, as mudanças culturais do início do século XX afetaram não só a paisagem urbana, como também as sensibilidades e práticas do cotidiano.

A Paraíba se encontrava no início do século XX envolta por um sentido de transitoriedade³⁵, que demandava certa apreensão pelo futuro da sociedade, mas que também

³⁵ José Octávio de Arruda Mello em sua obra *História da Paraíba: lutas e resistências* estabelece um quadro de como se encontrava a Paraíba nas primeiras décadas do século XX. Segundo o autor, sob a presidência de Sólón de Lucena, a Paraíba experimentou o impulso advindo das obras contra as secas e da inauguração dos transportes ferroviários partidos da capital em 1881, que acarretou em benefícios menos econômicos que sociais por contribuir no urbanismo e modernização das cidades. As usinas de açúcar e a produção de algodão também são apresentadas por Mello como sendo outros fatores que beneficiaram a transformação social, visto que, devido as novas unidades de produção capitalista industrial era necessário instalarem fábricas de fiação e tecelagem, que

ofertava uma sedução, em especial aos jovens, pelos novos papéis que estavam sendo forjados à luz dos novos tempos. A dicotomia das sensibilidades quanto ao moderno³⁶ percorria as raias dos arroubos e do menosprezo pelo novo.

Tal juízo negativo se contrapunha a própria descrição da revista. Como vimos, a *Era Nova* clamava para si as vestes da nova era. Representação corporificada já na sua capa de abertura, onde se encontravam dispostos alguns signos do moderno (ver figura 06). Na capa a “senhorinha Maria do Céu Silva” com seu corte a *la garçonne* em posse de um automóvel à frente de algumas fábricas. Tal imagem nos convida a admirar e desejar os símbolos do moderno, aspirações dos novos tempos. A *Era Nova* partilhava um palco em que atuava tanto os que se queriam modernos quanto os ditos conservadores. Distinções e permanências justificadas pela situação vigente de transição entre o abraçar do progresso e o temor da usurpação moral do passado.

Os periódicos, de certo, eram os mais eficazes veículos de difusão, representação e construção da modernidade, à revelia do seu poder discursivo, enquanto formadores de opinião. Eles mesmos, ícones do moderno, contribuíam na intervenção do cotidiano citadino e nos [re]ajustamentos da população urbana, orientando as sensibilidades e regulando os comportamentos dos seus leitores, através da promoção de novos lugares de sociabilidade, mas também das condutas que se deveriam seguir a esses. Não queremos, contudo, negar as reconfigurações e usos das opiniões nela investidas pelo seu leitor.

por sua vez beneficiaram um “surto de urbanização” do qual se “beneficiou a capital [...] a base de praças e jardins, aberturas de novas avenidas, coretos, edifícios, belvederes [...]”. (idem, p. 168). Quanto ao meio artístico paraibano, este também se viu em novas feições, “no novo espaço sócio-cultural que se abria, as letras e artes ganhavam prestígio nas atividades do jornal *A União* e a revista *Era Nova*” (idem, 169)

³⁶ Obviamente os efeitos dessa modernidade ocorrem de forma distinta na Paraíba do final do século XIX para o século XX pelas condições outras do espaço e da materialidade. É o que nos fala Gervácio Aranha sobre as *Seduções do Moderno na Parahyba do Norte*. Pensar a modernidade na Paraíba do início do século requer, segundo o autor, um cuidado em especificar sobre o que estamos definindo enquanto modernidade, já que em muito se diferenciava, em especial pelos seus limites físicos, de outros estados brasileiros, e o Brasil por sua vez, das metrópoles estrangeiras. Segundo Gervácio Aranha diferente das capitais estrangeiras em que a modernidade é, sobretudo, percebida pela intensidade e ritmos acelerados dos centros urbanos das cidades europeias, tomadas pelas novidades tecnológicas e uma multidão que ocupava as ruas, a exemplo Londres e Paris, que eram assaltadas pelos transeuntes apressados; as cidades do Norte, devido aos seus limites materiais e físicos, se vestiam com ares de moderno mais pela conquista de algum ícone do moderno, que pela vida agitada das cidades. Trem de ferro, luz elétrica, água encanada, sistema de saneamento, logradouros públicos, telégrafos, reformas urbanísticas, são alguns dos símbolos representativos dessa modernidade. A adesão de um ou mais desses ícones sinalizava uma sintonia com o mundo moderno. Ao que parece, bastava portar um único ícone, ou mesmo a promessa dele, para que uma cidade passasse a pensar em si mesma com ares de moderna.

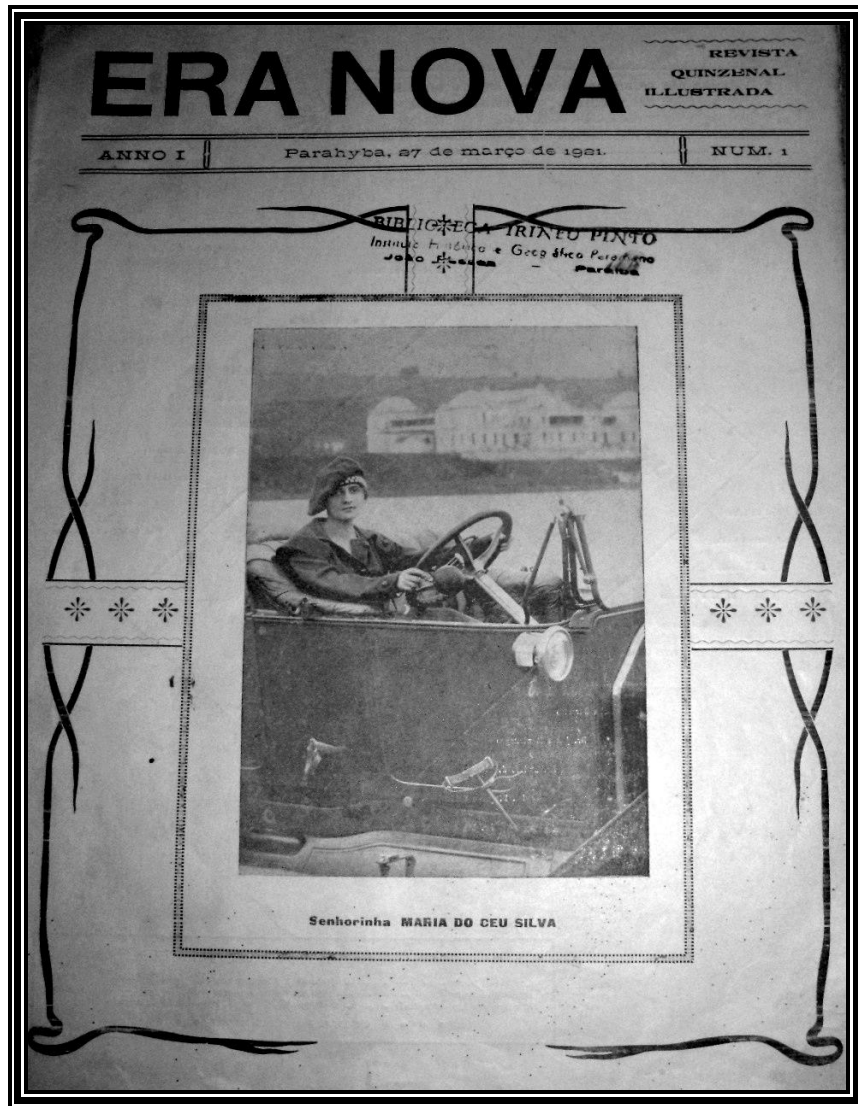


FIGURA 06. Senhorita Maria do Céu Silva. Primeira capa da *Era Nova*, ladeada por signos do moderno

FONTE: *Era Nova*. Parahyba, 27 de março de 1921, nº 01

As consequências do moderno cambiavam entres louros e espinhos. Por mais que a sociedade paraibana almejasse “se vestir” de moderna, uma parcela da população ainda se ressentia com as inovações estéticas e culturais. É notável a disputa entre discursos modernos e os tradicionais habitando o mesmo espaço, como é o caso da revista. Espaço que atendia tanto as denúncias quanto a discretos elogios aos hábitos que a sociedade paraibana desenvolvia.

A sociedade moderna precisa que se lhe apontem os seus grandes, e pequenos males. Precisa, porque anda a caminhar para uma completa ausência de moral. [...] A gente antiga, essa coitada! Vive pasma, de beijo pendurado. Não compreende como as coisas mudem tanto, cheguem a um estado actual de tanta falta de vergonha, de tanta desfaçatez. (Caçadoras de Marido. *Era Nova*, Parahyba, 15 de fevereiro de 1922, nº21)

Para Adhemar Vidal, tais excessos eram sintomas das desordens afetivas, motivadas pela modernidade, que convidavam as mulheres a assumirem um lugar no espaço público, e a não se submeterem de todo ao mando do marido. Mulheres que poderiam se sustentar com seus trabalhos, escolherem seus maridos ou praticarem amores ilícitos, pior! Se divorciarem. Render-se aos amores ilícitos que, por sua vez, geravam filhos ilegítimos, preterir a maternidade em função da moda e dos prazeres sociais. Entendidas como fraquezas femininas, tais prerrogativas eram percebidas como nocivas ao matrimônio, pois as jovens caçadoras de marido utilizavam toda a sorte de truques e tal qual como Evas tentavam suas presas pela corrupção dos sentidos, pela paixão, o que levava a casamentos frustrados ou muitas vezes desfeitos. Com uma linguagem irônica, o autor delineia a usurpação da moral através da falta de domínio sobre os sentidos e das artimanhas femininas, em especial as referentes à sedução.

Parafraseando Barthes (2003) a sedução, arma letal feminina, tem algo similar à guerra. Em ambas, trata-se de conquistar, capturar, seduzir, através de táticas e estratégias, que subjagam o outro fazendo-o “cair” de amor, ou seja, se render ao fascínio que um ser exerce sobre o outro. Como que uma hipnose, o objeto da sedução é assaltado por uma imagem do sujeito da sedução que o eletriza, bombardeia, revira, desestabiliza, rapta. A forte impressão que o sedutor causa é, geralmente, despertada por uma referência trivial. Uma maneira breve, uma postura, um detalhe, um som, assumido de certo, por provocação, aspectos sutis e móveis de um corpo em movimento que o toma de surpresa.

As mulheres ardilosas, que forçosamente se utilizavam da sedução, eram constantemente repreendidas e reprovadas por suas artificialidades na tentativa de atrair a atenção do gênero dos seus desejos. O uso frequente de recursos estéticos e outros instrumentos exteriores com a finalidade de apelo sexual da aparência gerava um descrédito social das mulheres “coquettes”, que viviam a caça de adoradores, que passavam a serem qualificadas de mulheres fúteis e volúveis, sendo analisadas como perniciosas à sociedade e à solidez da vida íntima familiar.

Alguns discursos requeriam das mulheres que se mantivessem austeras, discretas em seus gestos, e comportamentos nos meios públicos para não correrem o risco de serem confundidas com mulheres de reputação duvidosa. Tinham que ser regradas nos gestos, andar, olhares, sorrisos, falar demonstrando através desses, um distanciamento sensível, ainda que não físico, da agitação pública e mista da sociedade. De forma alguma deveriam se render aos apelos da sedução. Gregório de Mattos, exemplo de discursos pedagógicos vigentes na *Era Nova*, no primeiro ano da revista, torna-se responsável por uma sessão intitulada *Farpas e*

Fisgas, que objetivava denunciar as condutas inadequadas às senhoras e cavalheiros da sociedade. Na primeira coluna justifica o nome, ao mesmo tempo em que alerta para o interesse da sessão.

[...] Se uma senhorita bebe os ares por algum *almofadinha*, e são pouco edificantes os modos do seu namoro: _ Farpa! Se a mãe dessa senhorita não a chama ao bom caminho, fazendo-lhe ver quanto a falta de recato desmerece u'a menina, e a sorte que a aguarda, se o marmanjo azular: _ Fisga! (*Farpas e Fisgas. Era Nova*. Parahyba 01 de agosto de 1921, nº09)

Na Paraíba vintista, além da forte separação dos sexos, havia também a separação das mulheres “virtuosas” das “mundanas”. O autor José Joffli (1983) exemplifica isso ao comentar sobre o hábito no cinema da venda dos ingressos da 3ª fila de cadeiras às moças que eram consideradas pecaminosas, havendo resistência das mulheres em sentar na fila a elas designada, estas eram impedidas sob a alegação de que só restavam aqueles ingressos. Ainda segundo o autor, essas mulheres eram assim definidas por uma série de fatores, entre outros, o das vestimentas e do uso abusivo da maquiagem. O duplo código moral exigia das mulheres a preservação de sua imagem, por isso não podiam ser vistas constantemente na rua e nem serem tidas como namoradeiras, enquanto que para os homens a definição era outra, exaltando aqueles que observavam maior número de relações. Era esperado das moças “honestas” e distintas que mantivessem o pudor e o recato nos espaços públicos, é o que alerta Duplo-Zero as suas contemporâneas patricias, na sessão das *Notas Sociaes*.

Não lhe fica mal, senhorita... o qualificativo de orgulhosa! Uma menina de boa família, e educação esmerada não deve ser popular. Orgulhosa, disseram na, porque não retribue umas tantas saudações, e faz muito bem. [...] A menina que quiser corresponder a todos os cumprimentos de janotas, almofadinhas e mesmo de cavalheiros, fatalmente se vulgarizará se não der pasto às más línguas. (*Era Nova*. Parahyba, 25 de dezembro de 1921, nº 18)

Os conselhos às senhoritas seguiam em geral dois caminhos, o da advertência, como o texto acima, em que o autor deixa claro que é preferível o qualificativo de orgulhosa a tomar parte na maledicência alheia, e o do incentivo pela recompensa. Os valores morais dos textos buscavam alcançar o mesmo fim. Quando em um texto, o autor diz que uma moça virtuosa e discreta desperta mais interesse dos rapazes, que buscam nessas condutas as boas esposas, o texto, antes de tudo, tem uma função de alertar para que a moça não copiasse outras formas de experienciar o seu corpo e fosse assim recompensada ao conquistar um “bom partido”.

Essa inquietação com as mulheres “afetadas” demais, o cuidado com a aparência e com a cultura dos gestos pode significar um temor masculino do poder e uso da sensualidade feminina, que, de certa forma, colocava em ameaça os seculares domínios dos seus corpos. Nos discursos masculinos, as mulheres eram as sedutoras, as que hipnotizavam, perturbavam, excitavam, desviavam a razão masculina, o homem por sua vez, figurava como o enganado pelas armadilhas femininas, que com suas roupas curtas, suas voluptuosas apresentações nos bailes, seus passeios públicos colocavam em prática tudo aquilo que aprenderam, entre outras fontes, no cinema, no folhetim, nas novelas, esses deturpadores dos costumes.

Em um conto de Armando Curcio, publicado em novembro de 1923, com o sugestivo título *A Escola do Amor*, o autor ao tratar do tema que justifica seu conto, qual seja, a traição, coloca a personagem central Ketty em “maus lençóis” ao ser flagrada pelo seu marido com uma carta amorosa do seu amigo Franco. Para livrar-se da situação comprometedora, o autor faz com que sua personagem minta astutamente, improvisando “uma dessas mentiras que os romancistas sugerem as mulheres adúlteras.” O desfecho da história é obtido com a culpabilização de Robette por parte de sua irmã Ketty, que adverte ao marido de que a carta amorosa era direcionada para aquela. Assim satisfeito com as explicações permeadas de detalhes, o marido determina a “absolvição definitiva da acusada.”

Essa relação entre o cinema e as deturpações dos costumes parece-nos que se fortalecia como saldos negativos do moderno, permeando as opiniões dos mais conservadores homens paraibanos, que teimavam em culpar o “sexo fraco” e seus ardis pelas desordens morais.

Quando observo que **o cinema concorre poderosamente para a depravação dos costumes ah!** [...] os adultérios, as imoralidades de alcova, são os seus temas prediletos. Raramente, uma seção semeadora de virtudes, muito raro. [...] depois que aprendem na sua ingenuidade, na sua pureza? **Vendo até os detalhes, começam de experimentar, por sua vez, diabólicos desejos de imitação...** querem imitar. (*Caçadoras de Marido. Era Nova*, Parahyba, 15 de fevereiro de 1922, nº 21) (grifo nosso)

Josefina Pimenta Lobato citando Paul Valéry diz que “amar é imitar”, aprendemos não só as palavras, mas, principalmente, a forma como devemos agir e sentir, buscando um grau de correspondências com as leituras verbais e visuais que temos das emoções. “As interações humanas, mesmo as aparentemente mais naturais e espontâneas, são sempre construídas e mediadas pelo simbólico, não importa a consciência que os atores sociais que nelas se engajem possam ter da existência desse código” (VALÉRY, 1960 apud LOBATO 1997, p.

40). Isso, porque somos instigados pela poesia, cinema, teatro, jornais, rádios, novelas, que nos ensinam não só como sentir, mas também como nos expressar. As palavras do amor não são nunca originais, porque somos bombardeados por definições de alertas, que contribuem para criar uma representação do estado amoroso, ou mesmo das falas, dos gestos.

Corroborando esta afirmativa, Barthes (2003) vai além ao aperfeiçoar a ideia de “Indução”, ou seja, estabelecendo uma proposição de certos estados através dos outros, da linguagem, dos livros, que nos dizem/apontam o que e a quem devemos desejar. Ocorre que para o autor, só reconhecemos as nossas emoções porque fomos informados sobre elas, por meio de uma gramática que define suas causas, seus efeitos e sensações que produzem. O sentimento amoroso não escapa a essa conjugação, para Barthes, só sabemos do amor porque ouvimos falar dele, ainda “por especial que seja, o desejo amoroso é descoberto por indução” (BARTHES, 2003, p. 221). Não queremos, contudo, dizer que o todo do sentimento é mediado pela cultura, mas que a forma como o expressamos são experiências atravessadas pela cultura. São os códigos que refinam, sofisticam e especializam nossas sensibilidades.

Por outro lado, acompanha a ficção, a hipótese de que esta não se restringe apenas a registrar ou inventar vidas, mas que de certa forma, ela molda as condutas, servindo como condutor e alimento para a imaginação humana, levando ao “impulso de imitação”. Os romances, as novelas, os filmes são marcados não só por darem a conhecer algo ou pelo efeito de alegoria que leva à catarse, mas por suas potenciais sugestões de imitação, em que a captação e decodificação de signos verbais e visuais estimulavam a ação reprodutiva desses mesmos signos.

Em se tratando dos nossos moralistas vintistas, a crer nos seus próprios discursos, creditavam aos romances e filmes um poder indutor das tentações, ora se um filme apresentava um adultério bem sucedido, preparava o espírito das senhoritas, que extraía dele sua inspiração, para práticas similares. Decerto moças mas também rapazes corriam perigo, ainda que as primeiras mais que os segundos.

Para Maluf e Mott “o menor sinal de flexibilização na divisão sexual das funções no interior da família era repercutido pelos conservadores e reformistas como uma ameaçadora vaga modernizante” (MALUF; MOTT, 1998, p. 385).

3.2 – Lugares de sociabilidade, meios de namoro

O aprimoramento dos meios de locomoção (auto, trem, bondes), de comunicação (jornais, revistas, telefone, telégrafos) e o desenvolvimento urbanístico, em menor ou maior

grau, das cidades (praças, coretos, jardins, iluminação pública, calçamento de ruas, saneamento básico), sinalizavam novos espaços e vivências de sociabilidades, a exemplo do cinema, do teatro, das retretas, dos passeios públicos, dos cafés, dos clubes, das lojas comerciais, passando a exigir dos consumidores desses espaços uma modificação dos hábitos e práticas, possibilitando a criação de novos códigos de relacionamento, por outro lado, passavam a erradicar alguns comportamentos pensados como não civilizados, chamando os indivíduos a responderem aos novos tempos.

As novas práticas e lugares de lazer, favorecidos pelas transformações das cidades e as inovações do moderno, influíram no cotidiano amoroso dos paraibanos, revitalizando costumes e colaborando no desenvolvimento dos meios de paquera e namoro. Os novos espaços atraíam a presença tanto dos casais como dos jovens solteiros, aos últimos a presença em alguns espaços era a ocasião oportuna para travar conhecimento e colocar em andamento as relações influentes da família.

Segundo Mônica Raisa Schpun (1999), nos anos 1920 as mulheres têm mais acesso ao espaço da rua, elas saem cada vez mais, mesmo recorrendo a álibis justificativos e ao apoio de um grupo que as resguardassem. Saídas inflamadas pelo desenvolvimento do comércio tipicamente feminino, dos lazers, do conjunto dos equipamentos urbanos, que convidam a transpor a soleira da porta. Acontecimentos que repercutem na imprensa, que muitas vezes busca marcar a maior intimidade dos homens com a cidade e lembrar que as mulheres pertencem, antes de tudo, ao espaço privado. As mulheres dão-se ao direito de frequentar a cena pública, ainda que de forma comedida e demarcada. Os espaços convertem-se aos poucos em espaços mistos, transformados pela realidade. Os encontros públicos, assim exposto pela *Era Nova*, tornam-se corriqueiros às atividades recreativas dos jovens paraibanos, onde debatiam as inovações, a moda, o tempo, os acontecimentos recentes.

Os espaços de sociabilidade que mais atraíam as famílias abastadas paraibanos eram os passeios, as praças, jardins públicos ou mesmo alguns bairros da capital. O mais famoso logradouro público era a Praça Venâncio Neiva (ver figura 07), construída por volta de 1917, também conhecida como Pavilhão do Chá, esta praça era reconhecida por um coreto de arquitetura expressiva que compunha a fachada de entrada, situando-se acima desta, no seu centro, se encontrava o pavilhão e em torno o paisagismo privilegiava o cultivo de plantas e flores, a praça carregava a estima das famílias e dos jovens enamorados, que tinham na praça motivo para seus encontros.



FIGURA 07. Praça Venâncio Neiva. Lugar de sociabilidade dos paraibanos abastados.
 FONTE: *Era Nova*. Parahyba, 15 de agosto de 1921, nº10

Outros logradoures que também atraíam a presença dos jovens eram o Jardim Público da Praça Felizardo, Praça do Relógio, avenida das Palmeiras, nos bairros Tambiá, Trincheiras, Varadouro, que guardavam a presença ansiosa dos jovens aos cafés e retretas. Momento que exigia uma preparação, um cuidado especial com a toalhete, com a elegância e o porte, pois que ali moços e moças viam e davam-se a ver, exercitando a prática institucionalizada com a urbanização das cidades, o *footing*.

Segundo Thales de Azevedo (1986), o *footing* é um passeio, a caminhada a pé, tendo como lugar por excelência as novas praças e avenidas. Era além do lazer, a oportunidade das moças da “boa sociedade” se exporem deliberadamente ao “comércio” do namoro. Como reza a etiqueta dos “bons comportamentos”, as mocinhas não deveriam sair às ruas sozinhas, daí que geralmente passeavam em grupos, caminhando lado a lado de outras jovens, e de mãos ou braços dados. A moça interessada em travar namoro via diferentes rapazes e avaliava seus

tipos até se decidir por um deles, caso simpatizasse, a demonstração de interesse sentimental poderia ou não evoluir para um namoro.

O jardim Público, repleto do que há de mais encantador em nosso “set”, sugeria uma riquíssima vitrine duma loja de brinquedos cheia de biscuits e de tanagras que, por milagre, adquirissem o dom de falar, de andar, de sorrir. Cada bôcca era um cofre de sorrisos e de deliciosas frivolidades. Em derredor do pavilhão, ellas e elles murmuravam lindas coisas cujo encanto estava, justamente, na futilidade dos conceitos. [...] E assim, entre sorrisos e olhares dos almofadinhas, ellas passam, numa farandola interminável, comentando a vida da cidade, os segredos das amiguinhas, os amores dos outros e tecendo os mais lindos paradoxos e as mentiras mais deliciosas. (*O encanto das frivolidades. Era Nova*, Parahyba, 7 de setembro de 1923, nº50)

O *footing* era uma prática também indispensável para aqueles enamorados que há muito já acertaram o par. Aproveitavam os passeios noturnos para se declararem e tendo boa receptividade avançar nas táticas amorosas. É o que nos diz uma grande quantidade de textos dispostos na *Era Nova*.

[...] eu te disse, uma noite, passeando contigo: <<É tão dôce o renascer de um amôr... Não é Antonio?>> No entanto, parece que me não comprehendes. Por que no passeio ao...quando por um momento estivemos sós, não me disseste o que os meus olhos te suplicavam naquele instante?...(*Era Nova*, Parahyba, 15 de maio de 1924, nº 62)

Nas praças estavam também distribuídos os pontos comerciais de maior relevo na cidade, a exemplo do Café Moderno, na Praça do Relógio, ou o café do Rio Branco. Nesses recintos, os jovens, segundo Paulo Danizio³⁷, depois de um longo passeio, ou visitas às lojas e modistas, podiam, mesmo que modestamente, desfrutar de um pouco de chá, ou de chocolate quente, ainda que não tão elegante quando se queria. Em se tratando de estabelecimentos como esses, o autor é enfático, “a Parahyba não tem um ponto chic.” O que salvava seus contemporâneos era o gosto pela retreta e futebol, únicos “alimentos de que se nutre a nossa alma faminta de diversão” (*As mulheres e o chá. Era Nova*. Parahyba de 1923, nº 52?)

As retretas³⁸ eram classificadas à época como o “único passa-tempo elegante”. Incentivo à população abastarda para desfrutar dos novos espaços urbanos. Com sua “habitual animação”, convidavam a “boa sociedade” para exibir-se geralmente “nos vesperaes dos domingos e quintas feiras”. A imprensa colaborou, de certo, na valorização do passeio

³⁷ Paulo Danízio é um pseudônimo de Peryllo D’Oliveira.

³⁸ De acordo com o dicionário Aurélio, retreta eram os concertos de uma banda de música em praça pública.

familiar ao ar livre. A sessão *Noticiario Elegante*, além de descrever esses eventos, produzindo uma série de crônicas que perpassavam essa atividade, ainda dava maior prestígio aos que ali se divertiam, divulgando os nomes.

E ao Jardim da Praça Felizardo, a pouco e pouco, foram chegando as mais belas figuras do nosso set. Quando a banda de música chegou, já em derredor do elegante pavilhão havia uma multidão de belas toilettes e uma ronda de sorrisos encantadores. Teci Bonavides, Odette Amorin, Branca Siqueira, Maria Siqueira, Eloah de Oliveira, Nininha Norat, Onelia Lins, Aurora Di Lascio, Beatriz Borges, Dulcelina de Albuquerque e muitas outras que, ingratamente, nos fugiram da lembrança. (*Ronda de Sorrisos. Era Nova. Parahyba*, agosto de 1923, nº49)

A urbanização da cidade da Paraíba, de certo, teve um benéfico impacto nas atividades de lazer, isso porque as caminhadas e passeios nas ruas e avenidas ganharam maior aceitação com as reformas e intervenções sanitárias, promovidas pelo então prefeito Walfredo Guedes (1920-1924), como o abastecimento d'água, a iluminação pública que permitia aos transeuntes circular por mais tempo nas vias e o calçamento de algumas ruas que livrava as senhoras de arrastarem seus vestidos à lama, ainda que tal realidade não alcançasse toda a cidade.

Segundo nos conta Waldeci Chagas (2010), a instalação dos serviços urbanos proporcionou melhores condições de circulação, passeio e permanência, permitindo tanto o acesso quanto a comodidade de frequentar as lojas dos bairros comerciais, a exemplo das ruas do Varadouro, em especial a Marciel Pinheiro, onde estavam localizadas lojas de tecidos, bancos, clínicas, barbearias, farmácias, livrarias, tabacarias, restaurantes, cafés, durante o dia. À noite, a rua assumia a condição de espaço de lazer, as lojas de comércio fechavam dando lugar aos salões e cafés para “mais uma noite de espetáculos”.

Os benefícios do embelezamento e urbanização das cidades não se estende apenas a prática do *footing*, mas, em especial, a um costume quase que intrínseco a ele – o *flirt*. O *flirt* ou flerte, como é mais conhecido hoje, era uma das formas de namoro casual, ainda sem maiores consequências, nem comprometimento. Comumente se iniciava através de uma troca de olhares ou gestos específicos que pudessem de forma discreta comunicar ao seu receptor o princípio de interesse, que podiam ou não resultar em namoro, já que muitas vezes se tratava de uma trivial diversão, “Deleite da mocidade”, identificado com o “sorvete [ou] outras coisas agradáveis”, apenas uma “preocupação de despreocupados”. Tido muitas vezes como brincadeira em que até as senhoras casadas podiam colaborar sem resultar em ruínas na sua relação conjugal.

Segundo Thales de Azevedo (1986), o *flirt* não é somente um galanteio, dele pode iniciar um namoro, mas, um motivo para trocar olhares ou se tocarem propiciado pelo *footing*. As moças, desse modo, podiam escolher ou selecionar seu par. Costume fixado, como vimos, nos passeios em volta das praças, coretos e artérias das cidades, onde se permitia a troca de olhares, sem ferir o pudor feminino. Desses primeiros olhares, o pretendente que não tivesse sido desencorajado se empenharia nas novas técnicas de aproximação e abordagem.

As considerações sobre a ingenuidade do *flirt* dividiam as opiniões da população vintista. Há quem o aprovasse, entretanto, muitos foram os que o desaprovaram, estes podiam ser encontrados entre os escritores ou mesmo entre os leitores, como é o caso de uma carta, já mencionada anteriormente, da leitora Myosottis, que unida às suas amigas mostram uma visão pessimista de tal hábito, condenando-o como responsável por violar a moral e pureza feminina.

Conversando, certa vez, com algumas amiguinhas, trocamos muitas idéas sobre o modo de encarar o flirt. Duas dessas inteligentes e distintas amiguinhas classificaram-no a primeira, como *sport*!! e a segunda, como *refresco*!! Ora, minha querida amiga, o flirt como *refresco* ou *sport*, é o toxico lethal que a mulher se propina a si mesmo, envenenando a flor dos mais bellos sentimentos de su'alma. É u'a aberta para o mal, que se insinua à pureza de sua consciência. É o desmoronamento dos seus mais intangíveis e bellos valores moraes. É a dissolução dos mais nobres princípios, que nobilitam e dignificam a mulher. É guardar para o futuro, resalbos doloridos de uma época de desfructos e leviandades! (*Era Nova*. Parahyba, junho de 1923, nº48) (grifo do autor)

Fazer uso constante do *flirt* poderia acometer numa ação contrária à senhorita, pois, como vimos, as flirtantes poderiam ser confundidas com “volúveis borboletas”, e como um flirt poderia evoluir para um compromisso, pois que tal ação “as mais das vezes termina na vida commun a dois,” o risco estaria justamente na “trafega borbolêta [que] não constitue de modo algum a felicidade de um marido burguês”. (*Era Nova*, Parahyba, 24 de fevereiro de 1924, nº 58)

Apesar da inquietação diligenciada pelos conservadores e moralistas, o *flirt* não chegou a se tornar deveras uma preocupação, ou algo a que os pais deveriam expurgar das vidas de suas filhas. Tanto que outros lugares de sociabilidade também contribuíam para o aprimoramento das técnicas do *flirt*. A exemplo dos bailes de outrora que eram célebres entre a sociedade, pois marcavam a dinâmica e a sedimentação dos contatos de sociabilidade, tornando exequíveis os remanejamentos e acordos entre os pares, formando novas composições.

A vista disso é que a inauguração de clubes privados ganha destaque nos meios sociais mais abastados. Na *Parahyba do Norte*, os dois estabelecimentos mais afamados e requintados eram o Clube Cabo Branco e Clube Astréa, que de forma cordial rivalizavam na produção de melhores festas. A crer na *Era Nova*, quem levava a disputa era mesmo o Clube Astréa que “decididamente é o mais sumptuoso dos nossos clubs diversionaes e o mais alto valimento pela sua antiga tradição em nosso meio”. (*Era Nova*. Parahyba 27 de março de 1924, nº 60).

As famílias eram seduzidas ao convívio social fora de casa, a se fazerem presentes nas ruas. Convidadas a participar e atraídas pelas propagandas de jornais e revistas, a família era convencida que o lazer moralmente seguro era o dos clubes e associações, onde as senhoras e senhoritas poderiam desfrutar das músicas e danças até o raiar do dia, em um ambiente salutar e edificante. A divulgação desses espaços era sempre acompanhada da qualificação de recintos familiares, termo que parecia credibilizar o espaço físico. Os clubes e associações proliferavam promovendo eventos, festas e atividades esportivas. (ARAÚJO, 1993)

Os clubes, de certa forma, carregam consigo a representação forçosa da segregação social, ou seja, da frequência de um status social diferenciado a ocupar seu interior, se distanciando da grande população “comum” das festas de rua. O mesmo ocorria com as festas privadas que marcavam um lugar de distinção social, prática restrita que exigia trajes sofisticados, modos refinados. “[...] Na casa iluminada dos Marcondes, em Tambiá [havia] dança fidalga, com pouca gente nos salões. Só gente fina, escolhida entre pêssoas distinguidas na sociedade”. (*Era Nova*. Parahyba, 30 de setembro de 1925, nº 87)

Nas revistas era comum noticiar as festas privadas, ou seja, casamentos, batizados, aniversários ou recepções, citando os nomes dos anfitriões, das famílias presentes, poucas vezes aludiam aos trajes e condutas. Mas, o que prevalecia mesmo nas sessões do *Noticiário Elegante*, *Notas Sociaes* e *Vida Alheia* eram certamente as condutas e disputas amorosas.

No último baile na residência do Dr. Maciel o rapaz divertiu-se a valer. Quando chegou a ouvir a música de um tango foi rodopiar com mlle. Que lhe disse junto aos seus ouvidos que viera da residência de cel. Gregório. Não havia gostado...e viera para ali e ali estava... O promissor pirata ficou deslumbrado. (*Era Nova*. Parahyba, 7 de setembro de 1923, nº50).

Os bailes, festas e *soirée* correspondiam, para além de uma atividade de lazer e divertimento, à interação social, beneficiavam o entrosamento e as conquistas dos jovens paraibanos. Eram nos bailes que as moças e moços podiam travar um contato mais direto com o outro, isso porque a dança servia de desculpa para os jovens se tocarem e falarem com

maior intimidade. Tipos musicais que estavam em voga como o maxixe, a valsa, o *fox-trot*, o *jazz* concediam aos dançantes o direito dos corpos se tocarem devido à estreita proximidade, mas também dispunham de um requebrado sugestivo, malicioso, para os mais conservadores.

Segundo Peter Gay (1990;1999), a música colaborou significativamente na busca da introspecção, haja vista, o impacto das sensações auditivas, que convidam ao êxtase e transmitiam, dependendo do gênero, mensagens afetivas pelos seus tons, ritmos, melodias e harmonia. Para alguns, no século vitoriano, a música era uma experiência quase religiosa, para outros, o alimento do amor, pois que possibilitava descrever os sentimentos humanos, através de sua poesia. Mesmo que em alguns momentos figurasse como uma ameaça, por manifestar apetites físicos primitivos. A música seria percebida por outros como um dos refúgios da sensualidade, incitadora da indulgência sensual, o flerte e o adultério através de seus efeitos eróticos.

Enquanto a música enchia e exaltava os sentidos, ele reparava os pares cyrandolando na sala clara. Corpos conhecendo outros corpos: bem juntos, bem apertados. Vozerio, amabilidades soltas – uma como ternura, não de todo falsa, retratada em algumas caras rosadas e lívidas: faces manchadas pelo carmim e pela barba. Mãos acariciando mãos; seios arfando apressadamente; olhos enlanguescidos; bôccas retorcidas pelo desejo mudo e eloquente – ó como a vida é interpretada! (*Era Nova*. Parahyba outubro de 1924, nº70)

A música “com seu ritmo pulsante e seus banhos sonoros, suas suspensões eletrizantes, seus clímaxes emocionantes e seus decrescendo esgotados, tem suas raízes nos impulsos eróticos fundamentais do homem [...]” (GAY, 1990, p. 226). Trabalhando com o que o autor chama de deslocamentos ou no conceito da psiquiatria, sublimação dos apetites, estratégias da sensualidade para apaziguar os desejos, impulsos carnavais e energias eróticas, livrando o indivíduo dos ataques de ansiedade e culpa, lançam mão de engenhos humanos de transferências, daí a necessidade inconsciente do homem da sublimação, resultando na desmobilização das energias eróticas para outras finalidades, seu emprego de outras formas. Ocorre que o resultado da sublimação estava longe de ser sublime.

Nas enquetes do *Album de Mlle. Analice Caldas*, o teatro também figura como umas das diversões que abarca apreço entre as classes médias paraibanas. Provavelmente o valor do teatro consistia na possibilidade de expansão das atividades culturais para o entretenimento das famílias que formavam uma plateia heterogênea. Para atender a diversidade do público e impulsionar o mercado da arte cultural, as campanhas lançavam mão não só das peças clássicas, mas de musicais estrangeiros, comédias, shows de variedades, óperas e operetas.

Os jornais e revistas faziam às vezes da publicidade, noticiando os eventos. Comumente a *Era Nova*, em suas *Notas ou Echos de Arte*, dedicava páginas inteiras às peças e concertos apresentados no Theatro Santa Roza, estampando a foto do artista principal, e descrevendo seu currículo, o cronograma e os momentos de ápice da exibição. Somando a estes, ainda se encontrava a descrição do público saído do “que o nosso meio social possui de mais culto e mais distinto.” “O teatro e os espetáculos congêneres, contudo, enfrentaram na virada do século uma concorrência revolucionária no universo de diversões: o cinema.” (ARAÚJO, 1993, p. 347)

“O cinema na Parahyba é cousa assim como telefone e a Empresa de Luz. Ninguém liga ao serviço: se é bom ou mau.” A população lamentava que “o espirito comercial dos proprietários de cinema seja tão acanhado que não procure para seu proprio beneficio, melhor diversar as condições de suas casas de diversão.” (*Era Nova*. Parahyba, 15 de junho de 1921, nº 6)

Contudo, como dito anteriormente, o cinema “maquina de difusão do amor” contribuiu no aperfeiçoamento das técnicas e códigos de namoro, com a apresentação em suas películas de histórias de amor que visibilizava um perfil enamorado e os beijos apaixonados entre os casais, popularizando práticas antes inescrutáveis. Eram divulgadas nos periódicos paraibanos listas dos filmes em cartaz e dos “sucessos de breve”, acompanhados da sinopse de algum filme, das opiniões críticas e de comentários acerca dos atores hollywoodianos. Podemos perceber a preferência pelos filmes que narravam estórias de amor, a exemplo da sinopse do filme *Dor e Amor* que aparece na imagem (ver figura 08). Não é por acaso, que os protagonistas Jack Holt e Eva Novak³⁹ aparecem abraçados no cartaz de propaganda do filme, segundo Barthes, “o gesto do abraço amoroso parece realizar, por um instante, para o sujeito, o sonho de união total com o ser amado” (2003, p.7). Dentro dos padrões dos bons costumes, o cartaz chama aos expectadores a sonhar com a união de corpos e alma, difundida pelo cinema.

Numa operação conjunta com esses espaços de sociabilidade, alguns ícones do moderno tendiam a favorecer o *flirt*, como é o caso do automóvel, em especial, o bonde, que facilitava as saídas de casa, a conversação nos acentos, a troca de olhares, contribuindo para especializar o namoro. O automóvel além de um símbolo de status, figurava no seio das famílias abastardas como mais uma opção de lazer, isso porque poderiam com ele prolongar os passeios, ocorre que aos poucos o automóvel passa a ser associado a um instrumento de

³⁹ Atores americanos, famosos no “mundo” hollywoodiano do cinema mudo. Separados, estrelaram vários sucessos, mas também filmes de menor reconhecimento.

corrupção da moral, isso porque, como nos lembra Thales de Azevedo, os veículos podiam servir de lugar de namoro, nesse caso aos namoros mais “evoluídos”, que precisavam de lugares discretos e espaços fechados para acontecer.

[illegible]

FIGURA 08. Telas Parahybanas
 FONTE: *Era Nova*. Parahyba, 30 de janeiro de 1924, nº 56

Os bondes, por sua vez, traçavam uma importante participação na diligência amorosa, aproximando as distâncias entre os enamorados e servindo de modo de namoro, os chamados “namoros de bonde”. Azevedo (1986) nos dá uma ideia do que significava namorar pelo bonde, como sendo o exercício constante da ação em que o rapaz faz uso do passeio do bonde para flertar com sua pretendente, que fica a espera de sua passagem à janela de casa, sempre a mesma hora, pronta pra trocar longos olhares e de vez em quando, um gesto. O namorador, portanto, é o melhor freguês das companhias de bondes.

Vulto ligeiro, fininho, pallido, de olheiras, simulando irritante tranquillidade, falando meloso e arrastado, dando-se ares de perfeito cavalheiro, pagando

miseráveis despesas, como sejam passagens de bondes...E depois, chegando ao <<ponto final>>, estende a mãosinha magra, de dedos afilados, com as unhas lustrosas, para a descida gentil de alguma <<melindrosa>> que lhe anda na rêde, arrastando-lhe a aza ou, no mínimo, para auxiliar ocultas intensões de amigos vivedores. (*Elle, ella e o outro... Era Nova*. Parahyba, 15 de maio de 1922, nº26)

Nos bondes, também poderiam ocorrer namoros avulsos, em que se beneficiavam dos limites de espaço para travar proximidade com o outro. Os bondes, além de aliados dos enamorados, serviam também de tema para diversas crônicas e de pauta para os periódicos, que narravam as condutas dos seus usuários. Uma conversa ouvida ali, uma ação praticada ao acaso, podiam ser temas para discutir comportamentos, moral e educação social.

Os locais de sociabilidades dos paraibanos vintistas contribuíam, é certo, para outro tipo de sociabilidade, uma em que eram indissociáveis as formas e fases de aproximação dos espaços físicos e dos jovens, com a associação afetiva: a iniciação e manutenção do namoro. As regras, condutas e mentalidades frente ao namoro variam conforme os setores e lugares sociais em que se encontra o sujeito, contudo, grosso modo, os namoros tinham a finalidade última do casamento, ainda que nesse início de século já não causasse tanto temor, as escolhas feitas por uma opção individual, a ideia de namoro ainda estava costurada nas malhas do sacramento matrimonial. Nesse sentido, é que o namoro é percebido como uma ponte de transição na estrutura dos estados civis/sociais em que moças e rapazes passam de solteiros e dependentes para casados e chefes de família.

Thales de Azevedo (1986) define namoro como sendo a manifestação inicial da tendência biológica à composição de pares justificada pela atração sexual, iniciada na adolescência com a puberdade, ocasionando “as primeiras tentativas de sedução e estímulos afetivos recíprocos”. O namoro, então, é motivado por fatores pessoais, como a atração pelo físico e pelas características da personalidade do outro, contudo, esse caráter de escolha pessoal estava “subordinada as normas e princípios socialmente estabelecidos”, como os costumes e tradições culturais, o meio social e a posição da família.

Esse exercício de sedução pode decorrer de várias formas e em distintos meios, um dos mais destacados é o, supracitado, namoro de bonde, que possibilitava as trocas de olhares e cumprimentos entre moças e rapazes, mas, nos primeiros decênios do século XX, podemos encontrar um sortido repertório de formas de namoro, entre outros destacamos os namoros da janela, de colégio, de carta.

Mesmo ante toda a “liberação” que os papéis femininos estavam sofrendo nessa passagem do século, a desconfiança sobre sua presença nas ruas ainda era muito marcada, que

a moça se resguardasse dos olhares do mundo era um desejo ainda vigente. A vista disso é que a janela se fazia um lugar promissor de namoro, isso porque este tipo de namoro desobrigava a uma série de normas que eram exigidas no namoro de rua – o flirt e o footing – em que se tinham horários próprios, lugares e companhias de alguma amiga alcoviteira, para que a moça não ficasse “falada”. A janela “era mediadora de olhares, de recados murmurados, de rápidas declarações de amor, do som das serenatas. Ela era o meio de comunicação entre a casa e a rua.” (DEL PRIORE, 2006, p.122). É assim que na coluna *Notas Sociaes* nos é descrita uma dessas cenas:

Com o melhor dos seus sorrisos *Ella*, muito joven e corada, com um cacho de cabelo ondeando na epiderme morena da face, apoiou se á janella deitando á direita um olhar penetrante, fulgente, demorado. Da esquina próxima avançou *Elle*, moroso, sorridente com umas precauções de pernilongo, vestido de branco, sapatos estylo belga de pontas finas com os quaes imagina espetar corações.

E começou o matinal namoro, um desses deliciosos namoros á moda antiga, cheio de sustos, de palavras a medo, de olhadellas ao longe. *Elle* passa ciciando umas palavras breves; *Ella* responde rápida, desviando o rosto. De volta, medroso, apressado, o joven sacca do bolço um punhado de beijos crespos, brancos, azues, e rosados e, na entrega, se uns cahem na dextra mimosa e tremula, outros rolam no cimento do passeio, e o moço sem se voltar, deita a correr fingindo que vai alcançar um bond!...

Ella riu e talvez tenha suspirado comsigo própria:

_ Felizmente, ninguem viu!

Mas nós aconselhamos cuidado com as venezianas e muita cautela com aquellas botinas cujos bicos foram feitos para espetar corações!...

(*Fita do natural. Era Nova*. Parahyba, 15 de janeiro de 1922, n 19)

O rapaz, a quem os códigos morais não impossibilitava o contato frequente com a rua, tratava de passar o mais tempo possível na frente ou nas intermediações da casa de sua candidata. Tudo muito discreto, evidentemente! Afinal, por mais que estivesse protegida pelos muros de sua casa, a presença da moça em horários e tempos inadequados à janela poderia levá-la a ser classificada como namoradeira ou desonesta.

Afora a janela, os colégios também eram lugares em que os jovens podiam colocar em andamento os códigos de namoro, em especial com a reforma das escolas mistas que permitiam um contato mais direto entre o universo feminino e o masculino, e mesmo aqueles colégios que ainda faziam uso dos gêneros separados, não impediam de todo tal proximidade, visto que a distância física dos colégios não era tão acentuada, como é o caso da *Parahyba do Norte*, em que se encontrava disposto entorno “do Jardim Público, a Escola Normal [que] era o estabelecimento educacional responsável pela formação das moças. Na sua lateral esquerda,

[...] funcionava o Lyceu Parahybano, local reservado a formação dos rapazes [...]"(CHAGAS, 2010, p. 64)

Os colégios representavam mais um lugar em que os jovens podiam recorrer para travar contato e conhecer seus pares. Sem o olhar vigilante dos pais, as escolas inauguram outras sentinelas do amor na imagem do professor e do diretor. As estratégias de namoro nesse espaço se direcionavam às saídas e entradas dos colégios, bem como do período destinado ao recreio, em que, ao que consta, os jovens podiam circular nos pátios e praças próximas, ou sonhando com as encantadoras normalistas, através das janelas do Lyceu. As normalistas compunham o imaginário amoroso dos jovens paraibanos, que não só paravam para vê-las passar, mas lhes dedicavam músicas, poemas, literatura. Sobre essas práticas, alguns textos nos dão uma visão do cotidiano:

Nesse tempo, só os rapazes cursavam o Lyceu. As moças, de saias azues esvoaçantes, passavam garridas e comunicativas, apressadas e aos bandos, para a Escola Normal. Por vel-as passar, quanta vez deixamos de ouvir a rouquenha prelecção de historia universal, a taciturna explicação d'algebra! (*Olhos miraculosos...* *Era Nova*. Parahyba, agosto de 1923, nº 49)

Lá vêem ellas... Risonhas, irrequietas colombas sahindo, como naqueles versos de Raymundo, da Escola Normal, este paraíso da Graça, pombal da Intelligencia e da beleza. Na Escola Normal estudam as nossas meninas mais bonitas. E quando as aulas terminam...Oh! que delicioso espetáculo! Há uma verdadeira anarchia de olhares encantadores, capazes de magnetizar uma serpente... quando as vejo sahirem, da Escola, –sabem o que penso? Penso que os Amores, renunciando andar nus e de settas em punho, se vestem de blusa branca e saia azul, e com livros debaixo do braço, sahem a martyrizar o coração da gente... (*A graça delas...* *Era Nova*. Parahyba, junho de 1923, nº 48)

O colégio também foi palco para trágicas histórias ao sabor do amor romântico. É o caso dos estudantes e namorados Sady Castor Correia Lima e Ágaba Gonçalves de Medeiro (ver figura 09) que, segundo nos relata José Joffli (1983), têm seu romance e vidas postos um final, em um desentendimento envolvendo o jovem Sady e um guarda municipal, que vigiava a “linha da decência”, linha imaginária que dividia ao meio o jardim Público, segregando em lados opostos o Lyceu e a Escola Normal. Ação mantida em vigor pelo Monsenhor João Batista Milanês, que atribuía a “separação dos sexos”, o retorno da decência e da “honra da família paraibana”.

Ao tentar atravessar a divisão, desautorizando a proibição do monsenhor, Sady foi bloqueado e interceptado por um tiro no peito do “guarda 33” que o levou a óbito. Uma semana após famigerado acontecimento, a *Era Nova*, noticia outro caso fúnebre, a morte da

senhorita Ágaba, que não resistindo a dor da perda do seu namorado põe fim a própria vida com a ingestão de um veneno. Ainda que nesse caso específico, o namoro não se concluiu em união matrimonial, mas em outro tipo de união, a eterna união sepulcral, certo é que essa história serve de reforço a visão das escolas como espaço de paquera e namoro, difusão de relacionamentos afetivos.

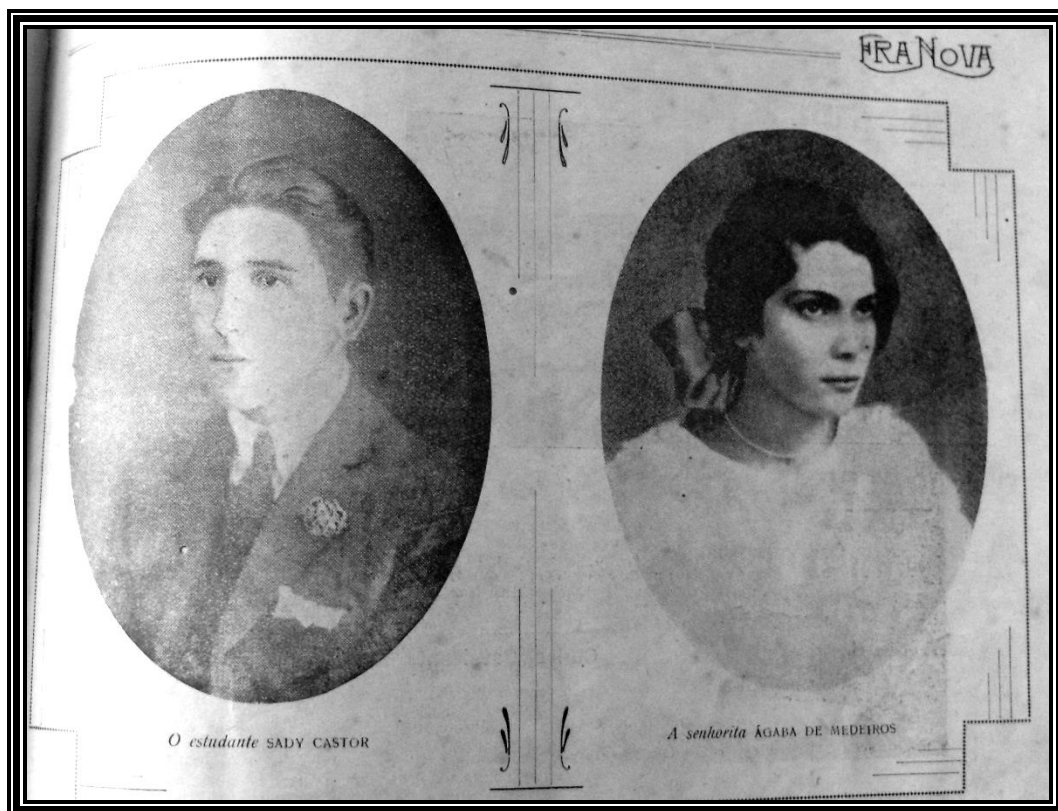


FIGURA 09. Sady e Ágaba. Amor trágico.
 FONTE: *Era Nova*. Parahyba, novembro de 1923, nº 52

Outra forma de manutenção desses relacionamentos eram os namoros por carta. As epístolas amorosas serviam de meios discretos para a comunicação dos enamorados, através das cartas podiam se fazer declarações e marcar encontros clandestinos. Estas, na maioria das vezes, eram entregues por garotos de recados ou alguma alcoviteira, e muito pouco pelos próprios namorados. Esse correio amoroso ainda podia se especializar, é o caso das cartas publicadas nas revistas, endereçadas ao objeto de amor, que permanecia oculto e caso aparecesse era apenas pelo prenome, sem maiores referências que possibilitassem identificá-la. A ciência estava resguardada só aquela a quem lhe dirigia a palavra. A publicação dessas cartas não se faz de forma tão frequente, mas podemos encontrar na *Era Nova*, tanto sua publicação direta, como referência à importância da missiva.

Segundo Peter Gay (1999), as cartas, difusoras da “linguagem do coração”, serviam como auxílio ao desenvolvimento da introspecção, considerando que essa comunicação com os outros ou consigo mesmo contribuía “na ocultação e proteção do *eu*”. A troca das epístolas era um valor estável na economia emocional, representando uma forma de conversação e interação com o outro, em que aquele que escreve, o faz com a imagem do outro na memória, como se estivesse dizendo, pronunciando as palavras escritas frente a frente ao receptor. “As cartas criavam e sustentavam o desejo de reciprocidade. Até mesmo a carta que não pedia explicitamente resposta.” Por outro lado, figuravam numa presença ausente do outro, substituíam a presença física, mas envolviam outra consideração, já que representavam a disposição do outro em reservar um tempo para pensar e escrever ao seu amado.

Corroborando tais apontamentos, Michel Foucault (2012) considera que a carta faz presente o remetente ao destinatário, uma *presença imediata* daquele que escreve, não só por meio das informações rotineiras e simples da vida cotidiana, que não traz em si presença do extraordinário, e por isso mesmo, marca o valor da intimidade, confiança, mas, em especial, pela forma como a carta é escrita, remetendo quase sempre a um tempo que parece sempre atual, como o que se estivesse lendo um dia depois, tivesse acabado de ocorrer. O tempo é outro nas cartas, é sentido de forma diferente, passa mais devagar. Ao mesmo tempo, a carta também produz uma *presença quase física*, pois traz “os sinais vivos do ausente, a marca autêntica de sua pessoa. O traço de uma mão amiga, impresso sobre as páginas, assegura o que há de mais doce na presença: reencontrar” (FOUCAULT, 2012, p.152). A delicadeza ou a firmeza com que se escreve, o papel timbrado ou rabiscado, o zelo e o perfume, tudo remete e compõe, na imaginação do leitor, seu autor.

Em sintonia com o ideal de privacidade, as cartas também sugerem uma preocupação com o destino da sua materialidade, forma de proteção contra os olhares curiosos e investigadores do poder paterno, fermentavam uma necessidade de estratégias que assegurassem que estas não fossem inoportunamente expostas. Para tanto, os destinatários das cartas adotavam o hábito de guardá-las em lugares considerados seguros, fundo de livros, de gavetas, caixas privadas, ou o que a imaginação pudesse significar. É o que indica o poema *Cofre Natural* de Antonio Fogaça.

Eu perguntei á minha namorada
Onde é que as minhas cartas escondia,
Sendo ella tanto e tanto vigiada...

Deu-me o céu num sorriso de alegria;
Então, olhando a porta do vizinho,

E vendo que ninguém apparecia.

Que nos podesse ver sobre o caminho,
Fitando me, corou, num vão receio;
Mas, em seguida, disse-me baixinho:

Eu não sei o que sinto quando as leio,
E para que ninguém mais as possua,
Escondendo-as aqui dentro..., E abriu-me o seio.

Não é mais doce e pallidez da lua!
(*Era Nova*. Parahyba 15 de setembro de 1921, nº 12)

As trocas de epístolas entre os enamorados estabelecem uma *relação* e não uma *correspondência*, como ocorre nas trocas entre outros sujeitos. As cartas de amantes não querem ser informativas, elas existem para serem expressivas do gostar, do admirar, da devoção do sujeito por seu objeto de amor (BARTHES, 2003, p. 47).

O que se tem em comum em todos os meios e formas de namoro é o desejo de aproximação através de sinais, que facilitassem a comunicação em encontros rápidos e ocasionais que levassem às possibilidades de contatos e colóquios mais íntimos, transpassados por um véu de ocultação dos olhares indiscretos e vigilantes dos vizinhos e pais severos. Os namoros passariam então por uma relação de autocontrole e fiscalização, que informava um quadro de regras e condutas prescritas de muitos valores morais e proibições, mas, de certo, dentro de muitas formas de escapes, que possibilitavam diferentes experiências de relacionamentos, que não nos deixam iludir sobre o caráter mais íntimo de alguns casais.

Para Martha de Abreu Esteves (1989), o namoro das classes médias transitava por quatro etapas básicas até despontar no casamento: a etapa inicial dizia respeito à troca de olhares, primeiro sinal de interesse mútuo entre os candidatos, o flirt; a segunda fase é a que trava uma aproximação e comunicação interpessoal; a terceira etapa era o namoro propriamente dito; a quarta fase, mais próxima do noivado, informa o compromisso informal ao casamento, ou seja, o namoro oficial, em que o rapaz frequenta o interior da casa dos futuros sogros.

Quando o namoro se tornava oficial, [...] daí para o noivado era um passo. A vigilância de alguém da família ou de domésticas de confiança, representantes da sociedade, servia para incutir nas meninas o cuidado com situações comprometedoras e equívocas. Garantia-se assim a respeitabilidade do lar e o casamento futuro. A família da moça era responsável pela maneira como o namoro evoluía até o noivado; cumpria suas funções sociais na escolha de pessoas adequadas ao casamento, na educação para a monogamia e, principalmente, para estabelecimento dos

visita à casa da família do noivo. Essa fase enceta um manual de direitos e deveres estabelecendo os laços mais amplos pré-familiares, num exercício formal do que será a relação futura pós-casamento.

Nessa fase, as moças sentem-se mais à vontade para conceder certas “liberdades” aos noivos, em forma de variedade de gestos e de carícias. É importante frisar que não estamos negando que tais práticas ocorram anteriores à fase do noivado, mas que nesse período ganham maior complacência e aceitação da sociedade. O beijo, “que [pode] indicar sensualidade, carinho e respeito”, por isso mesmo passa a ser adotado nos namoros, até porque o relacionamento sem beijo é “um despropósito de quem julga fátivel”. Ao que parece, se torna um exercício bastante substancial, podendo ser remetido às considerações do cálculo, quanto mais beijos, maior a prova de amor. (ver figura 11). No quadrinho lê-se: Ella – ... Então que prova me darás tu do teu amor?... / Elle – ... A prova... dos nove... / Ella – ... Como?... / Elle – Ora... tu me beijas quatro vezes, eu te beijo cinco, quatro e cinco, nove: nove fora, nada... / Ella – E não há prova de mais de nove?...

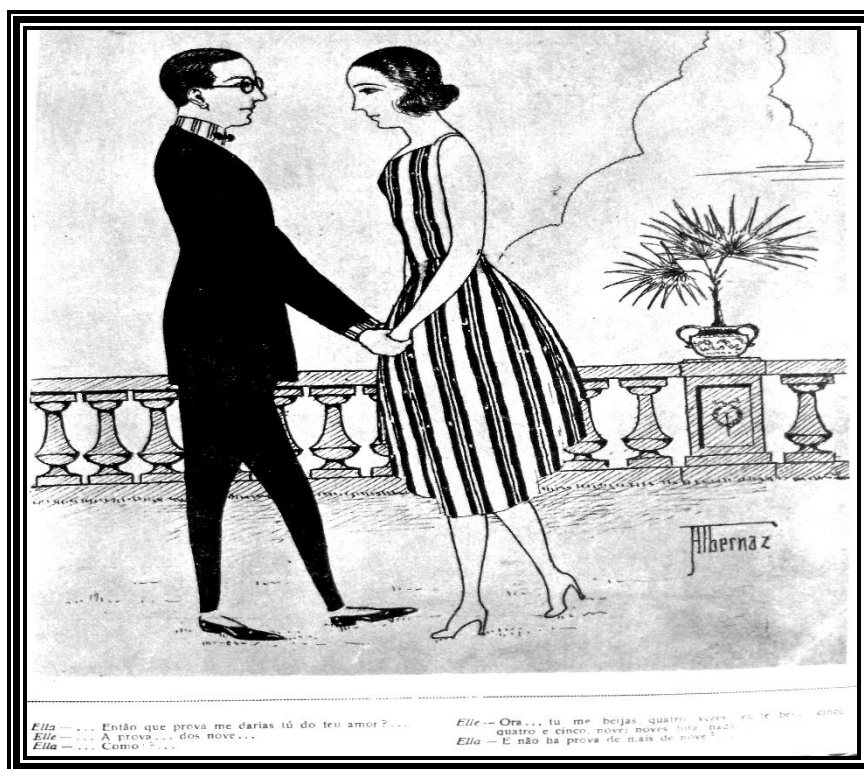


FIGURA 11. Prova do beijo.

FONTE: *Era Nova*. Parahyba, 24 de fevereiro de 1924, nº 58

3.3 – Depois do sim! Sexualidade, adultério e divórcio: *verso e reverso* do amor

As relações sexuais, por serem experiências íntimas, são menos documentadas e discutidas, principalmente num período em que se pregava o decoro, o comedimento, a moralidade e a ignorância dos contatos sexuais, se exigindo das moças e dos rapazes que seus desejos e divagações estivessem, sobretudo, voltados para a vida social. O que não significa dizer que estes não tivessem ou nutrissem desejos e experiências eróticas, muito menos que não as registrassem em suas cartas privadas, diários ou literatura. É o que nos sugere Peter Gay, no livro *A educação dos sentidos*, ao elaborar uma análise sobre a sexualidade das classes médias nos oitocentos até o segundo decênio do século XX.

Segundo Peter Gay (1988), todas as culturas impõem limites às paixões, levantam defesas complexas que são, vez ou outra, derrubadas ou fortificadas por meio de obstruções especiais. No entanto, mesmo os limites mais rígidos não são engessados, as sociedades sempre encontraram formas de abrir “válvulas de escape para o prazer, que muitas pessoas respeitáveis à procura de satisfação sexual poderiam usar com segurança” (GAY, 1988, p. 85) seja, como vimos, através da sublimação, da ocultação, ou da hipocrisia. As possíveis válvulas poderiam sucederem diluidamente durante o namoro, se intensificaria no período de noivado, mas que ganharia vazão e legitimidade no âmbito do casamento.

Tal certeza nos leva a outra, que não dá para traçar um quadro sólido da sexualidade das classes médias, isso porque a experiência erótica é individual e, portanto, diferente uma das outras, ainda que se tenha, em cada época, um consenso acerca da sexualidade. A experiência sexual está intrinsecamente ligada ao grau de sensibilidade e imaginação de cada um, “aos dotes físicos, às satisfações iniciais e às oportunidades posteriores de cada pessoa, e tão dependente das condições de nascimento, da primeira sedução, de encontros traumáticos [ou não].” (ibidem p. 87)

Por exemplo, para algumas pessoas não há distinção entre amor e sexo, para outras, esta divisão é clara e interfere na vida conjugal, do mesmo modo que muitas mulheres desfrutam satisfatoriamente o prazer sexual (chegando ou não ao orgasmo), enquanto que outras o faziam por dever, por outro lado, não é difícil encontrar homens com desejos intensos e elevados, sendo seu oposto também existente, ou seja, um desejo mais regrado. Somando a esse quadro, tais experiências, para além do caráter individual são mediadas por discursos médicos e morais que ajudam a desenvolver no interior de homens e mulheres a tensão entre o autocontrole e a liberação. Tais exemplos mostram a complexidade de se estabelecer um esboço homogêneo do desenvolvimento sexual. Somado a tal constatação, existe ainda outra dificuldade, que diz respeito à ausência de registros das práticas sexuais ou, na sua possibilidade, o difícil acesso aos acervos familiares por responder a uma escrita que fazia

parte dos discursos interditados. Sendo assim, não podemos estabelecer um quadro fixo do prazer erótico e da vida sexual dos paraibanos vintistas.

Não é comum referências diretas sobre a sexualidade na *Era Nova*, o que não quer dizer que um olhar mais microscópico não encontre alusões aos desejos eróticos dos jovens paraibanos, como nos lembra Gay, “seria um equívoco grosseiro julgar que não conheciam, não praticavam, ou não gozavam aquilo que não discutiam.” (GAY, 1988, p. 328) Muitas vezes, tais citações eram alocadas de forma camuflada, enviesada para não ferir aos sentidos dos mais conservadores. O próprio mistério, o não dito entorno do congresso sexual nos diz algo, qual seja, as visões moralistas ou o cuidado com o privado.

Tal qual o amor que era dedicado seu espaço por excelência ao âmbito do matrimônio, a sexualidade nas primeiras décadas do século XX também era dita enquanto restrita [a função marital] ao ser conjugal. Se o século anterior foi pautado por uma literatura moralista herdeira de uma visão catolicista da sexualidade, em que condena a sexualidade só à vontade de procriação, o novo século, apesar de trazer novos códigos de namoro, e casais mais sexualizados, ainda assim, o prisma que regia os discursos legitimados pelo Estado e saber científico autorizava o exercício da sexualidade somente aos habilitados pelo casamento, mesmo que na prática a teoria fosse outra, onde além de existir uma prática sexual feminina e masculina cuja finalidade não era outra que o prazer, havia ainda a instituição de casas comerciais dessa sexualidade, as casas de prostituição.

Segundo Henrique Carneiro (2000), o século XIX difundia claras recomendações e cuidados contra a luxúria. O lugar do sexo em tais prédicas está intimamente ligado à regra da conjugalização, ou seja, união conjugal monogâmica e heterossexual indissolúvel, de forma a limitar a sobrevivência do erotismo dentro das fronteiras matrimoniais, que longe de ser um meio para sua fusão, respondia mais como um meio pra sua domesticação. A sexualidade recebia rigorosas medidas repressivas, controladoras e disciplinares para exterminar qualquer foco de rebelião, entre essas medidas estava a legitimação da união monogâmica e a necessidade de procriação. Outros métodos, contudo, eram inseridos no cotidiano dos oitocentos pelas igrejas, como os confessionários, os manuais sexuais que dispunham de dias e posições corretas da prática, sobretudo, das posições interditadas.

Carneiro, em suas pesquisas sobre o século XIX, aqui no Brasil, encontra vários manuais de médicos difundindo prédicas normatizadoras e moralistas da sexualidade, em que se fazia um paralelo entre a consumação ilícita do sexo e os males que acometiam a saúde, haja vista que ao homem por intermédio do coito era exaurido o “espírito vital” e o desejo na mulher poderia levar à histeria. No Brasil, um dos seus mais famosos médicos era o Dr. A. J.

de Mello Moraes, que compilava inúmeras obras prescritivas e em denúncia aos malefícios da luxúria.

A libertinagem produz também as neuroses de todo o gênero: indisposições sempre renascentes, espasmos, tremuras, convulsões, epilepsias, desarranjos de cabeça, histerismos, aberrações do ouvido, da vista, amauroses, paralisias particulares ou gerais, contrações dos membros [...] (MELLO MORAES, 1872, p. 368 apud CARNEIRO, 2000, p. 51)

Ao amor sexual ou carnal, como é chamado por alguns moralistas, era atribuído o imaginário de patologia que além de levar a sofrimentos físicos, lançando também sofrimentos emocionais, perturbando o repouso do espírito. A libido direcionava o homem à prática de ações torpes, escândalos, tratos ilícitos e desonestidades. As paixões eram identificadas como pertencentes ao domínio pernicioso do descontrole, geradoras de “necessidades desregradas, que, depois de nos ter seduzido, acabam por nos tyrannizar” (MELLO MORAES, 1872, p.209 apud CARNEIRO, 2000, p. 57)

No decorrer do século XIX, as práticas sexuais foram classificadas como admitidas e intoleradas, as últimas, contudo, não deixaram de existir, sendo assistidas por condutas culpáveis e secretas. As uniões clandestinas ocuparam, sim, um lugar nas experiências dos oitocentos, atravessando a passagem dos séculos, dos jovens que, de certo, tinham seus impulsos sexuais satisfeitos por atos secretos ou fermentados pelas fantasias, imaginação, sonhos eróticos, que levavam à sublimação dos desejos. Cada vez mais, se tomavam os atos sexuais por um prazer estéril associados às relações extraconjugais. Amor, prazer, fantasia, esterilidade era algo que se buscava entre amantes e não entre esposos.

Como já dito, a temática da sexualidade em si é pouco exposta na *Era Nova*, mas alguns dos seus componentes podem ser reconhecidos nas entrelinhas de muitos poemas e contos, estamos falando do desejo e do erotismo. A condição erótica entre os jovens é muitas vezes apresentada em forma de desejos que não são saciados, só explorados pelos seus sentidos. Zygmunt Bauman (2004) define desejo como sendo a vontade de consumir, absolver, devorar, ingerir, impulso de despir a alteridade, para existir não é necessário muito, a não ser, ser instigado por essa mesma alteridade que se quer despir. Contudo, é necessário tempo para que este sentimento seja semeado, alimentado, maturado. O desejo está ligado ao mistério, ao desafio, à atração e sedução do outro. “Fusão e subjugação parecem ser as únicas curas para os tormentos” (BAUMAN, 2004, p. 22). Se o desejo vier abraçado ao amor, este último pode levar o primeiro à perpetuação. Mas, se ao contrário, o desejo seja o único bem que o sujeito direciona ao objeto, sua consumação leva ao aniquilamento do outro.

A consumação do desejo encontra empecilhos a sua realização no cotidiano, uma das válvulas de escape que nos é apresentada pelo periódico é a evasão pelo sonho. No reino das fantasias e do subconsciente, os desejos podem ser cultivados ou mesmo saciados. É a mensagem que atravessa o poema *Sonho de um poeta enamorado...* de Eudes Barros, onde a personagem não podendo compartilhar dos toques reais encontra refúgio para extravasar seus desejos no sonho, que segue abaixo:

E o nosso beijo foi eterno!
Fomos ao Céu, descemos ao Inferno
Nas asas de dantesca, estranha exaltação!
Exclamaste: _<<Meu Deus! aonde vou?! aonde vou?

_ Ao amor! Respondi, sem o mínimo dó.
Os nossos corações eram um só coração,
Eu e tu – um só ente, uma criatura só,
Que um abraço unificou!
[...]
Pulsam desordenados os teus seios
E voando e voando, te ergo nos meus braços:
_ Que em nosso amor palpita a cósmica grandeza!
E que sinta a vertigem dos Espaços
E as emoções todas da Natureza!

Sossegaste...senti que tu dormias...
Senti te junto a mim,
Dormindo, arfando o seio.
Tuas mãos eram fogo...as minhas, frias...
E na minha nevrose e em meu êxtases, creio
Que te beijei. Assim...[...]
(*Era Nova*. Parahyba, 15 de novembro de 1923, nº51?)

Mas, a performance e os requintes do amor sexual anterior ao matrimônio não se limitavam, na literatura, apenas aos sonhos, em outros gêneros literários, como nos contos e nas novelas se apresentavam como uma prática que mesmo não sendo rotineira era possível de encontrar no cotidiano das moças e rapazes. A perda da virgindade ou da rendição aos “apelos da carne” tinha maior notoriedade no caso das meninas. Seja pelo simples fato de cederem, seja por tomarem a iniciativa, algo que fugia ao imaginário de uma dupla moral sexual, em que se encontrava visivelmente estabelecida a mentalidade em que permitia ao homem a atividade sexual pré-marital, como prova da sua virilidade, sem risco de difamá-lo em sua reputação e condenava as mulheres à preservação da virgindade e obrigação da castidade, valor acentuado pela igreja católica com o culto à Virgem Maria.

A castidade na cultura do cristianismo, desde os séculos anteriores, era pensada como a contenção do desejo para se chegar a graça divina e ao reino do céu, para tanto era

necessário atender a vários graus de castidade, que ia desde a ausência de perturbações eróticas externas ou internas ao casamento traduzidas em abstenção do coito, ao bloqueio de pensamentos impuros conscientes ou inconscientes, a exemplo do sonho, chegando à abstenção absoluta ao domínio venéreo com a ausência de ereções involuntárias (CARNEIRO, 2000, p. 82,83).

A preservação da virgindade era sacramentada pela vontade de ignorância sexual por parte das mulheres, e a exortação ao pudor, à castidade e ao recato. A sexualidade feminina continuava presa aos modelos do século anterior, em que os binômios governavam os pensamentos: feminino/masculino, ativo/passivo, essa leitura também alcançava a correspondência no interior do gênero feminino, gravando as puras/imorais, donzelas/mundanas, honestas/desonestas⁴⁰, definindo a reputação social feminina mediante a capacidade de resistir aos avanços masculinos e a manutenção da virgindade. (DEL PRIORE, 2011)

A virgindade feminina representava um depósito para o matrimônio, apontando como um requisito para sua consumação. Ainda que não representasse a todos o valor ético, de certo, significava um valor moral. Cabia então a família cuidar para que este valor não fosse perdido, intervindo sempre que achasse necessário reprimir qualquer manifestação de paixão, ou de levandades femininas, de forma a manter elevadas as chances de bons casamentos, sobre o qual se sustentariam os cordões da linhagem, herança e propriedade. A violação desse tabu poderia comprovar a fraqueza moral das mulheres que ficariam apontadas e taxadas aos olhos da população, com adjetivos pejorativos como um ser defeituoso, corrompido e de “segunda mão”.

Seja como for, os discursos em volta da sexualidade eram sempre transpassados por um valor moralizante. Mas que a qualquer outro, eram as moças as que mais sofriam ao cederem à libido. As prédicas alertavam para que “ellas” não se deixassem iludir pelas convicções apaixonadas masculinas, sobre o risco de serem abandonadas e difamadas assim que estes estivessem saciados.

⁴⁰ Segundo Martha Abreu Esteves (1989) se tem que ter um cuidado ao pensar o padrão de honestidade, isso porque este não se referia apenas a condição de posse do hímen, mas se somava a este a observação da conduta e do comportamento. Tais binômios vistos acima persistiam, com exceção, das que eram isentas através de processos crimes, em que a moça reparava a ofensiva perda da virgindade, “vingando sua honra” por meio da culpabilização do homem que a teria enganado por meio dos crimes de sedução, engano ou fraude, estas seriam vítimas desses usurpadores que perante a justiça, caberia remediar o mau feito através do casamento, da prisão, ou de uma soma em dinheiro. Obviamente que para se chegar a algum desses resultados a deferida teria que comprovar mediante juízo sua honestidade e boa procedência, caso contrário não haveria punição, porque não teria havido crime. Era possível ocorrer, nestes processos, a transformação da ofendida em possível culpada, caso não conseguisse corresponder ao padrão de honestidade que julgavam seu lazer, moradia, trabalho, amigos e estrutura familiar para determinar se uma moça era ou não honesta.

E ella narrou-me a causa do seu costume preto e da sua tristeza habitual. Amara um homem. O filho de Venus está envolvido sempre em todas as desgraças... Elle era lindo e parecia bom. Algumas amigas avisaram-n'a de que esse rapaz não passava de um conquistador banal. Não as acreditara, pois a magia das palavras do seductor em nada deixava pensar. E sem remorsos entregara-se áquelle que adorava. E desde esse instante, nunca mais ele voltara. Vestia-se então de luto pelo amor que lhe morrera e castigara com a insensibilidade a carne que a trahira. (*O mysterio daquela mulher de preto... Era Nova*. Parahyba 15 de março de 1925, nº75)

O conto de Theodoro Brasão de Silva, ao expor o caso da “mulher de preto”, expõe a crueldade e dor pela qual poderia passar uma mulher que exercia sua sexualidade de forma ilícita, ou seja, desligada do casamento, ao se deixarem convencer pela “magia das palavras do seductor”. Seu destino estava representado pelo tom escuro do seu traje, que podia superar a tragédia de uma viúva. Fadada, quem sabe, a repetir sempre o mesmo erro.

A gravidez também era um risco eminente na vida sexual ativa feminina, que poderia levar a outra prática reprovável, o aborto. Sobre esta temática, encontramos uma única referência explícita em uma novela de Eudes Barros intitulada *Sacrificio*, em que a trama aborda a sexualidade pré-marital, o casamento por obrigação e por fim o sacrifício exigido pelo egoísmo masculino que exigiu em prova do amor de seu par tal ato irremediável. Através desse conto ficamos sabendo que o aborto clandestino realizado por médicos era possivelmente uma prática recorrente, visto que os compostos que expurgariam o feto da mãe eram manipulados por eles para uma maior eficácia, de forma a minimizar o risco de morte da “enferma”. Obviamente que esta ação ficava sujeita, apenas, às moças abastadas, que contavam com o apoio financeiro de sua posição, não necessitando recorrer às ervas de curandeiras, nem a parteiras.

_Rubens, a tua proposta é mais do que um crime; é uma vilania.

Aquella mulher era sublime. E nunca me pareceu tão sublime como quando aceitou o sacrificio. Eu não dissera que ella me amava até ao sacrificio? E nos ímpetos de minha alegria insensata, não via que dos olhos daquela mulher cahiam duas lagrimas de vergonha e decepção...

Toda esta manhã passou-a Annita com uma indisposição que eu, a principio, attribui ao caso de hontem. O meu amigo, especialista em moléstias de senhoras, auscultou-a e recomendou-lhe repouso.

Chamei-o á parte.

_ É a acção do meu remédio.

_ Ella nada sofrerá?...Olha, meu amigo, não me occultes...

_ Não é esta a primeira vez que emprego o meu abortivo. É uma composição minha. Respondo por ella.

[...]

Eu fiquei com o coração a pulsar estranhamente. Veiu-me então um desgosto profundo de mim mesmo. Vi-me indigno do sexo. Esmagava-me a alma a opressão de uma grande e triste responsabilidade. Eu era um monstro perante as leis naturais. É perante as leis sociaes. Ante o meu próprio amigo, que incorrêra na cumplicidade scientifica daquele crime vil, eu me vi monstruoso e desnaturado. (*Era Nova*. Parahyba, 31 de dezembro de 1925, nº 91?)

O aborto num período pré-anticoncepcional respondia aos esforços de anticoncepção, como forma de erradicar uma prova de uma conduta sexual ilícita, quando outros meios mais rústicos falhavam ou, em outros casos mais esporádicos, servia como *limitação deliberada* no planejamento e controle familiar imitando os comportamentos extraconjugais. Igreja e Estado promovem prédicas que esconjuravam tal prática, lutando contra este tipo de homicídio que ceifava a pátria de seus cidadãos e a religião de suas almas.

Outra consequência negativa da sexualidade extraconjugal era a contaminação de doenças venéreas, atingindo muitos lares, e cônjuges desavisados. No início do século, o medo do contágio da sífilis assolava boa parte das populações, que sofria os estigmas da doença na pele. Transmitida pelo contato com o sangue contaminado, que ocorria, sobretudo, pela relação sexual ou pelo aleitamento materno e mercenário, solteiros, casados e crianças todos corriam risco de serem infligidos por essa doença tóxica e infectuosa. Por isso, as recomendações antiluxuriosas eram direcionadas não só para as mulheres, mas, em especial, aos homens que frequentavam as pensões e casas de prostituição, focos da doença, e transmitia a sua esposa e prole saudáveis.

Suas características eram descritas como “deformidades physicas, notadamente, da parte superior do corpo e merecendo especial atenção os estigmas faciaes, destacando-se dentre elles, em primeira linha, os dos maxilares e arcadas dentarias, [que eram] flagrantes indícios de syphillis hereditaria” (*Era Nova*. Parahyba, 15 de junho de 1922, nº 28). Intimamente seus efeitos poderiam ser ulcerações nas regiões do pênis, vulva e ânus, simultaneamente com dores de cabeça, mal-estar e febre. No organismo, poderia afetar o sistema nervoso central, a coluna vertebral, a estrutura óssea, os vasos sanguíneos ou o coração, podendo levar desde problemas mentais até ao óbito. (MEIRA, 2002, p.121)

A preocupação com o alastramento da doença, o medo da sífilis estava representado nos artigos e nos boletins informativos, nas propagandas e reclames de farmácias paraibanas (ver figura 12). No anúncio que segue abaixo, o fabricante anuncia a eficácia do *Elixir “914”*, responsabilizando-o pela melhora no tratamento contra a sífilis e na preservação da gravidez, minimizando os males e chagas ocasionados pela doença. A constância da propaganda deste

produto e os números exposto no reclame – 9 natimortos para cada 10 partos de pais sífilíticos; causa de 95% dos abortos naturais; ou o desenvolvimento da tuberculose, 90 a cada 100 nos portadores da doença, sugerem o elevado número de pessoas tomadas por esta moléstia.

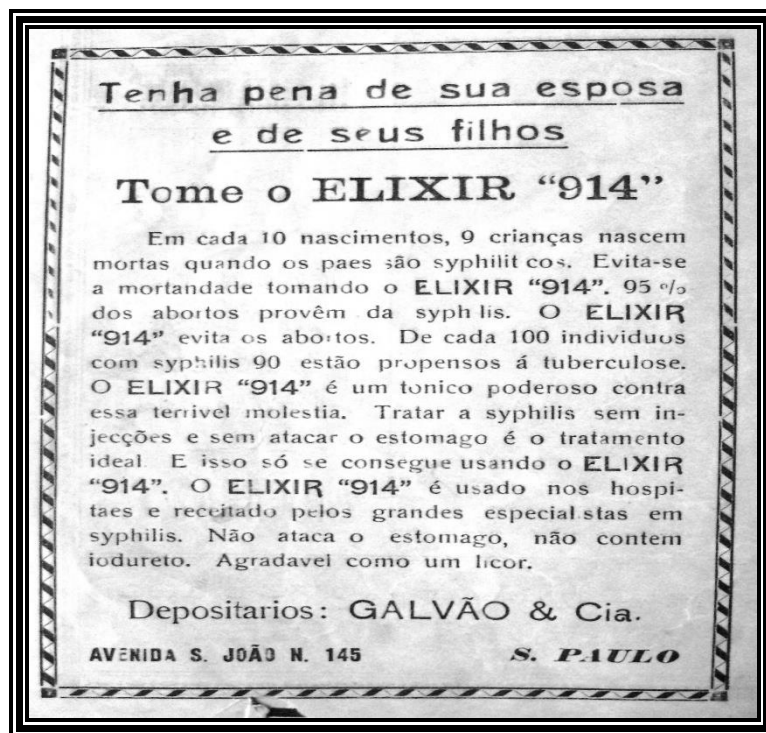


FIGURA 12. Propaganda de medicamento contra a sífilis.
 FONTE: *Era Nova*. Parahyba, 1 de novembro de 1922, nº 36

Os libertinos eram atacados também pelos discursos moralistas e higiênicos por se exporem ao contágio e pôr em risco a formação familiar e a descendência, contribuindo para o enfraquecimento da espécie e a mortalidade infantil. Daí os periódicos levantarem a bandeira para a *necessidade do exame pre-nupcial* e de *postos de combate á syphillis*.

Grande é o numero de doenças transmissíveis por herança, e para que se não propaguem de geração em geração, com grande prejuízo da especie, é preciso que se creem leis restritivas, tirando aos doentes a liberdade de se casarem. [...] devíamos trabalhar por implantar em nossos costumes a exigencia do exame de sanidade dos cônjuges como condição imprescindível á realização do casamento. [...] A imprensa indígena cabia tomar a hombros essa tarefa gloriosa. (*Era Nova*. Parahyba, 01 de maio de 1921, nº3)

Os discursos literários davam conta de uma vida sexual pré casamento, ainda que permeada por conclusões e efeitos morais, visto que essas escritas alertavam sobre a rejeição

paterna e social, o risco de doenças venéreas ou gravidez ilegítima. No caso das “mocinhas” se acrescentava mais um agravante, o risco de serem abandonadas por seu par após terem cedido aos seus desejos, isso porque o rapaz poderia alegar que esta não seria uma moça honesta, haja vista ter cedido facilmente às tentações da carne, indício de uma má inclinação, fosse ela anterior ou posterior. Certo é que eles e elas, contornando seus receios e medos se aventuraram no terreno arenoso da sexualidade.

Agregando ao campo do amor sexual, encontramos outra faceta das práticas sexuais voltadas ao prazer estéril, o adultério, que causava um *frisson* no meio social por ser um germe destruidor da constituição familiar, levando-a, muitas vezes, à ruína, por desfazer os laços matrimoniais ou pela degeneração da moral feminina.

Alguem, neste momento, penetrou, de súbito no salão, alguém que, ao ver os dois abraçados, presos á exaltação daquele beijo intenso e longo, deixou escapar dos lábios trêmulos um <<ah!>> de assombro, de surpresa, de dôr, de desespero.

_ Desgraçada! Disse.

Cristovam e Eugenia, num estremêlo reciproco, repeliram-se simultaneamente, fixando o olhar no desse homem que acabava de entrar e em cujo rosto, quase lívido, se estampava, como no de Laoconte, a mais alta expressão de uma dôr illimitada. Os dois homens entreolharam-se, mudos, por alguns segundos, como que estatuarisados.

_ Tú? Balbuciou Eugenia.

Crist..., tartamudeou um, offegante.

_ Jacques, exclamou o outro, abrindo-lhe os braços, _ tu aqui? Mas, o que é isto? Estás doente? E este revolver...?

_ Explica-te primeiro antes de me interrogares.

_ Mas o que queres que explique? Eu de nada sei. Esta mulher, por ventura...Que significa tudo isto, Eugenia?

[...]

_ Cristovam, eu ignorava tudo. Quando soube a verdade, quando m'a revelaste, naquela noite, no jardim, já era tarde de mais...

Olhou o amante. E na mudez do seu olhar havia uma supplica de perdão.

_ Mas, ignoravas o que/ interrogou Cristovam.

Jacques tinha os braços ainda cruzados. As duas rugas que lhe sulcavam a fronte aprofundaram-se mais. Esperava.

_ Que eras o irmão do meu marido...irmão de Jacques.

(Era Nova. Parahyba, 15 de novembro de 1923, nº51?)

Praticado por ambos os sexos, o adultério era julgado por dois pesos e duas medidas paralelas ao gênero do praticante, mais um exemplo da dupla moral que guiava os vintistas. As relações extraconjugais eram, em litígios, julgadas com leis específicas que definiam o que constituía o adultério feminino e o masculino. A jurisprudência distinguia ambos, considerando que o primeiro se caracterizava pelo ato do flagrante da relação sexual externa

ao casamento, passível de punição de um a três anos de reclusão pelo Código Penal de 1890, enquanto que o segundo só constituía crime caso houvesse comprovação de concubinato. (ARAÚJO, 1993; DEL PRIORE, 2006, 2011)

Ao que parece, no caso feminino, a traição era encarada como uma violação da decência e da lei de propriedade, daí serem as punições passíveis de maior rigor, no entanto, tratando-se do “deslize” masculino, se impingia um caráter íntimo, em que se lamentava a fraqueza, mas se compreendia. Eram delas, sobretudo, que se exigiam fidelidade conjugal, em prol da salubridade familiar. Parecia aos defensores da família, que a infidelidade, em especial a feminina, era, somado a outros fatores, a responsável pela enfermidade social por qual passava a Paraíba no início dos novecentos, por responder a uma ação que degenerava e desvirtuava a família e punha em risco a boa formação dos filhos da pátria.

A vigência desses amores ilícitos, segundo Fernando Torres Londoño (1989), representava uma ameaça e transgressão ao casamento e as leis de Deus, por levar a dissolução, desordem e desonestidade aos praticantes. Bastava a uma mulher o “estar junto” e sozinha a um homem que não fosse seu marido para incriminá-los perante a sociedade de um “mal uso de si”, já que colocava a mulher numa situação de fácil sedução que levaria ao adultério, desaguando na manutenção de um concubinato.

Maria do Socorro Cipriano se interessou em estudar a história da infidelidade na Paraíba nas décadas de 20 e 30 do século XX, na qual buscou levantar questões como a emergência de um discurso mais inflamado sobre *O adultério feminino e o fantasma da infidelidade* divulgado pelo Estado e pela imprensa paraibana desse período, ou em que condições históricas tal infidelidade passa a ser encarada como ameaça à sociedade, traçando linhas paralelas entre a política e as relações de gênero na construção dessa história.

A autora reitera a visibilidade do adultério feminino como sendo pernicioso e nocivo para a família e para a sociedade, por ser uma afronta e desonra à moral masculina e consequentemente degenerar os cidadãos da pátria. Sendo assim, a infidelidade era vista como uma traição generalizada, “uma vez que, além de desorganizar a estabilidade da família, contribuiria na formação de filhos indisciplinados e, portanto, igualmente ‘traidores’ da Pátria.” (CIPRIANO, 2010, p. 184)

A construção dessa imagem, em que se encontram associadas às aspirações de fidelidade, a negação da traição com os discursos políticos, por certo se transfigurava em estratégias discursivas a medida que associava ao imaginário sobre um Estado forte e honrado, uma economia moral que assim qualificava e pregava as boas ações correspondentes à conduta feminina da mãe dedicada, dona de casa responsável por filhos saudáveis e à

conduta masculina do homem trabalhador, destemido e difusor dos princípios morais conservadores da família. Segundo a autora, os discursos políticos buscavam modelar homens e mulheres aos interesses de um projeto político na criação da imagem de um Estado forte, consagrando nessa expectativa a preocupação com a estabilidade da família paraibana.

O adultério era muitas vezes percebido como uma forma de se buscar o prazer isolado ou mesmo o sentimento amoroso que não era encontrado no interior da relação matrimonial, o que gerava mais problemas, pois que poderia dar às pessoas a perspectiva de que poderiam se lançar ao amor em qualquer momento e circunstância, mesmo que já comprometidos. O casamento anterior poderia então ser visto como um obstáculo a ser superado pelo divórcio, o que possibilitaria uma nova união civil. Como já vimos, os discursos dominantes buscavam erradicar a fragilidade dos laços amorosos, exemplo disso é que no próprio Código Civil de 1916, o artigo 183 faz referência à impossibilidade de o cônjuge adúltero casar com o seu co-réu, por tal condenado e por outro lado prevendo como dever a fidelidade recíproca dos cônjuges no artigo. (BRASIL, 1916)

A dissolução da sociedade conjugal⁴¹ era muitas das vezes consequência da prática do adultério, obviamente que não só dela, podendo encontrar outras justificativas previstas por lei, como morte de um dos cônjuges, nulidade ou anulação do casamento ou pelo desquite. No caso do desquite, contudo, este só seria validado com a efetivação de algumas observações, como em caso de adultério, injúria, tentativa de morte ou abandono voluntário do lar por mais de dois anos contínuos. (BRASIL, 1916)

O divórcio⁴² configurava, aos olhos dos moralistas, uma enfermidade social responsável pela desestruturação da família pela dissolução da sociedade conjugal, que acarretava uma má fama para seus adeptos, em especial, às mulheres desquitadas, que tinham sua moral posta em dúvida, o que provavelmente inibia a ação de algumas pessoas que optando por se resguardarem, permaneciam numa união desarmônica. Por outro lado, essa visão negativa do divórcio não era homogênea, há quem defendesse o direito em função da

⁴¹ Segundo Carlos Roberto Gonçalves, o casamento estabelece simultaneamente a sociedade e o vínculo conjugal. A sociedade conjugal “é o complexo de direitos e obrigações que formam a vida em comum dos cônjuges. [...] que se fundam não só nas leis como nas regras da moral, da religião e dos bons costumes” (2011, p.201). A separação judicial por fim na sociedade conjugal, o vínculo matrimonial, porém, somente é dissolvido com a morte de um dos cônjuges.

⁴² Carlos Roberto Gonçalves (2011), ao estudar o direito da família, nos informa acerca das transformações imputadas sobre o processo de divórcio no Brasil. Em 1890, o decreto de nº 181, previa o divórcio canônico, que acarretava somente a separação de corpos, mas não rompia o vínculo matrimonial. O Código Civil de 1916 previa o desquite como forma de pôr termo à sociedade conjugal, sem também o rompimento do aludido vínculo, ou seja, a separação judicial autoriza a separação, encerra as obrigações e deveres entre os cônjuges, partilha os bens, mas não põe fim ao vínculo matrimonial. O divórcio vincular, que dissolve o vínculo e permite novo casamento, somente passou a ser aplicado no Brasil com a aprovação da Emenda Constitucional n. 9 de 1977 que suprime a indissolubilidade do vínculo matrimonial.

felicidade à dissolução do contrato matrimonial, a exemplo de Américo Falção, no poema *Divórcio*:

Se duas almas não se compreendem
 Se vivem do mais rígido suplício
 Quebrem-se os elos plácidos que as prendem
 Dê-se ao divórcio verdadeiro início,
 Que os corações puríssimos se rendem,
 Prontos para o mais bello dos sacrifícios!
 (*Era Nova*. Parahyba, 19 de agosto de 1921, nº10)

Neste mesmo enleio, o autor Manuel Cesteiro publica um conto em que os personagens centrais estão casados respectivamente com cônjuges que não os compreendem e não lhes contribuem na sonhada felicidade, por isso Julia e Armando optam por se divorciarem para buscar em outra relação a realização dos seus auspícios. O conto se finda com a união dos dois, que percebem naquela amizade o surgimento de um amor mútuo.

Julia – Não nos fica outro recurso sinão nos libertarmos deles.
 Armando – Consultemos um advogado.
 Julia – Para que nos divorcie?
 Armando – É a unica solução.
 Julia – Pois... Mãos á obra. [...]
 (*Os reincidentes*. *Era Nova*, Parahyba, 15 de agosto de 1925, nº85)

Um fator quase predominante na literatura da *Era Nova* é que a opção pela separação ou pelo divórcio tem foco sempre na mulher, quando não é ela a requerer, é sua conduta que torna justificativa que desautoriza o casamento. “Num período em que o casamento aparecia como uma das únicas opções de vida possíveis para as mulheres, elas foram as principais responsáveis por pedidos de anulação do matrimônio ou de divórcio” (RAGO, 1985, p. 74). De certa forma, ainda que não oficialmente nos processos litigiosos, o amor era utilizado como incentivo pra que um ser saísse de um status em que não mais se encontrava como no início ou que assumira por conveniência. Dessa forma, a dizibilidade do amor deveria ser sempre acompanhada por uma perspectiva moral e reestruturante. De modo a evitar os avessos de sua sensibilidade.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES...

Por inúmeras razões, escrever sobre o amor é uma empreitada arriscada. [...] O ponto em que você começa, as asserções que faz, os elementos que omite ou ignora, enfatiza ou distorce, os passos expositórios que você toma, as conclusões que retira, cada escolha acrescenta um traço ao retrato, assim como o lirismo manifestado, o cinismo, o escárnio ou a derrisão com que você aborda o assunto como psicólogo, filósofo ou poeta e, por fim, segundo a posição que você adota, sem a escrupulosidade de um scholar, a elevação de um teórico, o ardor de um artista ou a atitude de um político. (GASS, 1991 apud COSTA, 1998)

Qualquer trabalho que se queira acadêmico exige cuidados e adequações para que possa corresponder à demanda do rigor científico. À eleição de hipóteses e escolha das documentações seguem normas, conhecimento da fonte, solidez da pesquisa, averiguações e por fim cautelosa escrita. Esse constante policiamento se torna ainda maior quando a temática encorpa o campo das sensibilidades e vê-se agravado ao ser inserido como elemento na composição da história. Qual melhor teoria para dar conta das questões amorosas, a certitude das argumentações, as armadilhas da sedução, a temperança das paixões pessoais, as possibilidades da fonte, os contra sentidos, o aparato bibliográfico, são escolhas e posições que pavimentam os caminhos a serem trilhados. Os momentos de bifurcação são decisivos, claramente, tais escolhas não ficam a cargo somente de um gosto particular, mas daquilo que nos exige e oferta a documentação.

Agregando peso à dificuldade em limitar uma emoção, que é subjetiva e cultural, provavelmente, o que faz escrever sobre o amor “uma empreitada arriscada” são os olhares enviesados e os sorrisos no canto da boca que denunciam um julgamento de valor envolvendo as emoções quando postas ao lado das “questões sérias”, hierarquização presente dentro das instituições que são responsáveis por etiquetarem os sentimentos, em especial o amor, como tema de autoajuda ou de qualquer literatura. O embaraço em reconhecer a importância das sensibilidades e seu lugar na história deve-se, em parte, como nos lembra Hugo Medeiros, à dificuldade em reconhecer e/ou conciliar as práticas sociais com os regimes emocionais, como se todas as ações humanas, culturais-políticas-econômicas, estivessem desprovidas de qualquer sensibilidade, em parte também a um preconceito cultural que aponta as questões amorosas às preocupações femininas.

Este trabalho além de buscar apreender as questões postas sobre o amor na Paraíba foi simultaneamente um esforço de contribuir para a escrita da história através de uma cartografia

do amor, suas visões e práticas que inspiravam e faziam sonhar uma parcela da população vintista.

Amor. O breve exame desse substantivo nos permitiu tomar ciência das dimensões infindas do termo. A discussão sobre a universalidade do sentimento aqui dá lugar à sua condição histórica, indissociável dos traços culturais, temporais e geográficos, do sujeito e do objeto do amor. Não sendo o amor um sentimento morto, engessado, solitário, e sim amalgamado por condições externas e internas, habilidoso a cada tempo se reinventa, toma novos valores pra si, acalenta práticas outras. Em cada cultura, dar de si uma face, um mistério, por isso de diferente formas o amor é representado, inspirando-se em ambições passadas e vislumbrando expectativas futuras, se tornam várias as verdades do amor. O amor romântico teria incorporado elementos do amor cortês, a saber, a devoção ao objeto do amor, a narrativa pessoal do eu e do outro; do amor caritas – percebido como o amor dirigido para Deus, a busca do bem superior, ou seja, um sentimento voltado para algo que transcendia a vida mundana e aspirava à eternidade –; do amor platônico, visto como uma resposta humana ao reconhecimento do verdadeiro Bem e da Beleza.

Segundo Anthony Giddens (1993, p. 49-51), o amor romântico, “mais culturalmente específico” ao Ocidente, fortaleceu a visão do amor sublime que implicava respeito, admiração, cuidados e afetos com o outro, mas, sobretudo, o elemento espiritual, encontro de almas que presume uma conexão psíquica reparadora que integra a metade transformando-a num todo, união carnal e cósmica, que se transcrevia num desejo de comunhão duradoura com o objeto de amor, por outro lado os ideais românticos emergem num crescente contexto de introspecção e auto-realização que vinculou o amor com o ideal de “liberdade”, pela qual o sujeito amoroso tendia a desconsiderar as condições sociais, hereditárias, e religiosas, quando não priorizando, levando em conta seu estado afetivo e a projeção recíproca do sentimento com o outro, divisando um futuro orientado para uma história de vida compartilhada. O romantismo pressupunha a mutualidade do amor apaixonado. “A projeção criava lá uma sensação de totalidade com o outro” (GIDDENS, 1993, p. 72). Projetava-se uma visão extraordinária do amor, que seria o responsável pela nobre união do casal apaixonado.

Tais pressupostos possibilitaram a remodelagem das antigas tradições no campo social-afetivo, que firma seus contornos no século XX. O amor romântico passa a compor justificativa para os casamentos sem, contudo, abdicar plenamente das determinações econômicas, sociais e interesses familiares. A vista disso é que as interrogações, “como amar? a quem?” permeiam os interesses da época. O amor considerado legítimo era alcançado

somente por aqueles que se destinassem a atender aos reclames da virtude, sobriedade e valores cristãos, sobretudo, aos que visassem à união conjugal.

Neste sentido a revista *Era Nova* exerceu importante função no registro e composição do cotidiano amoroso da Paraíba. A transcrição dos acontecimentos, difundidos em mensagens rápidas e amenas, auxiliados pelos recursos gráficos e técnicos, como o uso da ornamentação e das fotogravuras, figuravam um modo de atrair o leitor para a adesão da assinatura, e contribuía para informar e construir aspectos da vida urbana, criando um modelo de civilidade para os paraibanos vintistas de classes médias. À vista disso, buscamos pensar a materialidade da fonte, a partir de um levantamento de dados referentes à produção e criação da revista, bem como a contextualização do seu corpo dirigente, de modo a identificarmos seu aparato pedagógico e a quais projetos respondiam.

Parte deste trabalho se destinou, quando pôde, a acompanhar o ambiente intelectual feminino e masculino que compunha a revista nos primeiros anos de publicação. Interessando-nos, na produção e atuação de alguns colaboradores, as representações do amor e do casamento que estavam sendo feitas no início do século XX. A revista literária *Era Nova* se faz modeladora de subjetividades e incitadora de estereótipos imprimindo com suas tintas, lugares e funções sociais a homens e mulheres. Giddens afirma que o fundamento da conjugalidade preexistia sobre a intensificação “das diferenças estabelecidas entre a masculinidade e a feminilidade, cada uma delas definida em termos de uma antítese” (GIDDENS, 1993, p. 72). Para tanto, buscava no imaginário amoroso vigas de sustentação aos lugares normatizadores difundidos e guiados pela imprensa que consolidavam a identificação do amor e da felicidade enquanto construtor do espaço doméstico, dizendo, de outro modo, que a felicidade só era obtida com o cumprimento do desígnio amoroso, o casamento como seu lugar por excelência.

Procurou-se aqui refletir também acerca da atuação feminina no espaço literário e público, atentando, sobretudo, para a reflexão que se fazia dessa categoria nos seus próprios escritos e pela representação dos escritos masculinos na revista *Era Nova*, buscando romper com a imagem de um quadro social em que as mulheres aparecem como seres passivos e despolitizados.

Não podemos falar em uma unanimidade de pensamentos e ações, de forma a enquadrar comportamentos a alguma categoria fixa. É necessário considerar as tramas, as combinações e conciliações a que estão sujeitos os indivíduos sociais. O poder de plasticidade, de apropriação, de reelaboração dos personagens, para se adequar a uma nova

situação, o que fica evidente quando percebemos o esforço de algumas escritoras em harmonizar as expectativas dominantes aos desejos de instrução e modernidade feminina.

A conformação do caráter e virtudes de homens e mulheres era postas em extremos distintos, a começar pelas diferenças física, biológicas e morais: as mulheres criaturas frágeis e emotivas, facilmente corrompíveis eram associadas à natureza, germinadora, fértil, misteriosa, por outro lado, eram naturalmente as protetoras da felicidade e salubridade da família, as educadoras da infância, guias e vigilantes do lar; os homens criatura viris, fortes e racionais, provedores do lar, chefes da família e exemplos de sabedoria. Definições fixas herdadas de um período passado que entrava em disputa com os novos valores e lugares contemporâneos. Não só a paisagem urbana se modificava, no início dos novecentos, a paisagem emocional também.

A união matrimonial sadia pregava um equilíbrio entre a razão e a emoção. A base da família deveria ser um acordo de amor clausulado pelas qualidades de caráter, respeito e estima entre os cônjuges, em nome do amor comum pelos futuros filhos e cidadãos da pátria. O casamento por amor era glorificado, nestas bases, como o único responsável por levar a felicidade ao casal, excluindo as motivações menores como a atração sexual e os mesquinhos desígnios econômicos, que justificavam a infelicidade dos nubentes. Muitos discursos não se posicionavam claramente contra os casamentos de conveniência em função de uma ordem e bem maior para família, o que era mesmo malquista era a atenção de interesses particulares que visassem apenas atender ao próprio indivíduo.

Assim, como nos lembra Ana Carolina E. C. Soares, “é através do sentido da busca pela felicidade, realizada pelo amor, que a ficção romântica justificava a colocação de determinados comportamentos, guiando as leitoras pelos caminhos da civilização” (SOARES, 2012, p. 25). O que percebemos na composição dos textos literários da *Era Nova*, em especial os contos e as crônicas vergadas ao amor, é que, comumente, os cuidados com os lugares de gênero eram justificados pela necessidade de salvaguardar a “sublime missão”. Sendo assim, tais textos faziam às vezes de guia para que os jovens fossem merecedores da felicidade.

O que percebemos por meio da documentação é que o discurso do amor na ótica masculina aparece como que num pêndulo, sustentado pelas linhas da moral que oscila a ação dessa própria moral. Quando voltado ao dever e comprometimento social, o amor tornava-se purificador, quando governado por “impulsos egoístas”, só traz a decadência moral e social.

O verso do amor passou a ser representado pela semântica conjugal, como uma alegria tênue, que se põe contra as submissões das “paixões”, pois estas levavam a outras instâncias como o ciúme, o adultério, e o divórcio, ações corrosivas da ordem conjugal. “Mais próxima

do ideal de amizade amorosa, pretendia-se purgar os exageros e os percalços das relações conjugais de modo a torná-las mais fortalecidas e afastar cada vez mais da ameaça do divórcio.” (MALUF; MOTT, 1998, p. 392)

– O Amor? E’ a paz desejada em plena guerra...
E’ a fusão de dois entes em um só conjugados...
A só felicidade que na Terra
Deus concedeu aos seus crentes:
– os amorosos...os predestinados! [...]
–O amor é um horto todo em flor que nos convida a repolsar...
(*Era Nova*, Parahyba, setembro de 1924, nº69)

Essa calma desejada é sempre suposta como o contraponto das paixões avassaladoras, que acreditava-se pertencer ao exterior do casamento. Por isso o ideal era buscado na visão do repouso, da serenidade, da busca por uma “perfeição ontológica”, que trouxesse paz ao espírito e não instabilidade, insegurança que é o seu reverso.

Essa questão de verso e reverso pode ser entendida, respectivamente, pela lógica da fixação e flutuação, comentada por Costa (1998). “Na fixação, busca-se evitar a contingência, a errância da vida amorosa. A dívida e a obrigação moral substituem os riscos do amor, ‘assim como rotinas familiares substituem o esforço frenético e a aventura’” (COSTA, 1998, p. 137). O problema nessa concepção é que para determinadas visões do amor, essa fixação seria a morte do próprio amor, seria o “cemitério do amor”, pois na ótica da flutuação é a falta de repouso, o amedrontamento e a insegurança que alimenta o amor.

Citando Rougemont, Josefina Lobato (1997) nos traz a visão que “sem entraves não há romance”. Ora, o que nos fascina em tais histórias é subjacente à noção das variações e adiamentos da paixão, e quando a paisagem é a do casal feliz, é a expectativa da infelicidade e dos percalços que os ronda que nos comove.

Por isso que os discursos dominantes visavam criar uma imagem contrária a esta insegurança social, colocando no casamento o lugar por excelência da felicidade e do amor. De tal forma a se distanciar de um reverso amoroso prejudicial ao bem estar público, que, ao contrário do amor tênue, traz sofrimento por não ter a base sólida da constituição familiar.

O amor?
– E’ a provocação de toda a Guerra...
E’ sofrimento sem par,
Entre dois partilhado,
Aumentando-lhes as dores...
[...] O amor faz do mais leal traidor...
(*Era Nova*, Parahyba, setembro de 1924, nº69)

Esse “sofrimento sem par”, na ótica do Estado higienista, também poderia advir de uma das facetas do amor romântico, sua visão de si como libertador, isso porque, pregando a superação dos desígnios sociais, pois buscavam se dissociar das identidades impostas pela ordem social, para privilegiar o lugar das emoções, acabam travando relações que, inspiradas em vontades irreflexas, só podiam ter um fim desastroso, como no texto intitulado *Reincidentes* em que o autor conta a história de dois jovens, que, casados, por motivos menores, viviam infelizes por não terem obtido pompa e resplendor que acreditavam ter o casamento, pois casaram visando só ao egoístico prazer. Resultado: divórcio. Só reforçava a visão dos conservadores e defensores da família, sobre a quem pôr a culpa das enfermidades social dos arroubos da paixão.

Outra característica predominante nos textos da revista *Era Nova* era a sujeição da narração literária a um caráter de aconselhamento, mas, em especial, a condição de advertência que amalgamava os textos. Ao abordar o amor romântico, a sexualidade, o adultério, o divórcio, os discursos eram perpassados de um efeito moralizante que davam conta para além das práticas, uma visão negativa sobre determinadas condutas que mesmo apontando para a regularidade de algumas ações, buscavam bloquear sua popularização com o que alguns literatos chamam de justiça poética ou recompensa dos justos, de forma a influenciar ou mesmo transformar a maneira de pensar das pessoas, que podiam acreditar que teriam o mesmo “fim” que as personagens de alguma estória. A exemplo dos casos retratados nos contos sobre adultério feminino, nos quais as culpadas eram sempre levadas para uma vida mundana de prostituição depois de terem sido flagradas e deixadas por seus maridos, ou como nas temáticas sobre a virgindade, em que as mocinhas que cediam às investidas masculinas terminavam abandonadas e difamadas pelos noivos.

Os fins desastrosos, tais quais os finais felizes, exerciam uma função de advertência, ainda que algum personagem obtivesse um enredo trágico ou fracassado serviam como modelo a ser evitado. Tais textos assumiam seu dever pedagógico acrescentando as filas de uma vasta literatura de sermões impressos. Segundo Michelle Perrot, são moralistas, sobretudo, os folhetins que excluem dos “finais felizes” os casamentos desiguais, as adúlteras, as prostitutas que não se regeneraram, faz com que os usurpadores morram, desmascaram os falsários. (2010, p. 208)

Por outro lado, Peter Gay chama atenção para o avesso do “fim desastroso”, qual seja o “final feliz”, também tinha uma função de controlar os bons hábitos e os hábitos nocivos, pela difusão do ideal do bom caráter, ao abranger os atributos essenciais à boa vida: a dedicação ao trabalho, a temperança, o dever, a honra, o sacrifício, em detrimento de

sentimentos tidos como ruins como a cobiça, a ira, a sensualidade. “Esses guias de uma vida melhor tinham uma coisa em comum: procuravam o caráter do leitor” por seus sentidos morais. (1999, p. 178, 179)

Tanto na literatura do século XIX, da qual nos fala Gay, como na dos primeiros decênios do século XX, os desfechos corriam a dois caminhos, mas os dois voltados à recompensa moral, caso os personagens se excedessem nas insinuações imorais teriam fins trágicos, infelizes, solitários, uma fonte de desgraça. Mas, acaso resistissem às tentações e aos apelos da carne, sendo capazes de adiar as gratificações, sua recompensa era a felicidade duradoura.

A revista nos oferta diversas representações do espaço urbano, integrando os espaços de sociabilidade que circundavam as práticas amorosas, perscrutando-os e construindo-os em suas narrativas. Por outro lado, registrou em suas páginas marcas das sensibilidades das primeiras décadas do século XX, em especial, as percepções das transformações nas relações afetivas e, de certo modo, sexuais, num momento em que as mulheres experimentavam novos modelos de feminilidade. As tensões do amor e do casamento permeavam as criações literárias que interagiam com os ideais modernos de felicidade e individualidade.

FONTE:

Era Nova, Parahyba do Norte, de 1921 a 1925, circulação quinzenal.

INSTITUIÇÕES DE PESQUISA:

Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba IHGP – João Pessoa (PB)
Fundação Casa de José Américo – João Pessoa (PB)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANTES, Alômia da Silva. *As Escritas Femininas e os Femininos Inscritos*: Imagens de mulheres na imprensa Parahybana dos Anos 20. Recife, Maio de 2000. 149 p. Tese (Pós- Graduação em História) Universidade Federal de Pernambuco. (dissertação)

_____.; NETO, Martinho Guedes dos Santos. *Outras Histórias*. Cultura e Poder na Paraíba [1889 – 1930]. João Pessoa: Editora Universitária as UFPB, 2010.

_____. Imagens de Si: Inscrições de Corpo e Gênero nos retratos da Era Nova (1920). In. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo*, julho 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/site/anaiscomplementares>. Acessado em: 22 de julho de 2012.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da História. Bauru, SP: Edusc, 2007.

ARANHA, Gervácio Batista. Seduções do moderno na Parahyba do Norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1925). In: SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de (et alli). *A Paraíba no Império e na república*: estudos de história social e cultural. João Pessoa: Idéia, 2005, p. 79-131.

ARAUJO, Fátima. *Paraíba: Imprensa e Vida - Jornalismo Impresso 1826-1984*. Edição Ilustrada, 1986.

ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa. *A vocação do prazer*: A cidade e a família no Rio Republicano. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

AZEVEDO, Thales de. *As regras do namoro à antiga*. São Paulo, Editora Ática, 1986.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. *Pequeno Dicionário dos Escritores/ Jornalistas da Paraíba do século XIX*: de Antônio da Fonseca a Assis de Chateaubriand. João Pessoa, 2009. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/>

BAUMAN, Sygmunt. *Amor Líquido*: Sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BARTHES, Roland. *O rumor da Língua*. Tradução de António Gonçalves. Coleção Signos. Lisboa: Edições 70, 1984.

_____. *Fragments de um discurso amoroso*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRASIL, *Código Civil Brasileiro*: lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Disponível em: http://www.gatticonsultoria.com.br/docs/codigo_civil.pdf. Acessado: 18 abril de 2013.

BOSI, Alfredo. *História concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Editora Cultrix, ?. 3ª ed.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 11ª ed.

CARNEIRO, Henrique. *A Igreja, a Medicina e o Amor: Prédicas Moralistas da Época Moderna em Portugal e no Brasil*. São Paulo: Xamã, 2000.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. Urbanidade, Modernidade e Cotidiano na Parahyba do início do século XX. In: ABRANTES, Alômia; NETO, Martinho Guedes dos Santos. *Outras Histórias*. Cultura e Poder na Paraíba [1889 – 1930]. João Pessoa: Editora Universitária as UFPB, 2010.

CHARTIER, Roger. Debate Literatura e História. *Topio*, Rio de Janeiro, nº 1, p. 197-216. Nov. de 1999. Disponível em: http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi01/01_debate01.pdf. Acessado em: 30 de maio de 2014.

CHALHOUB, Sidney. A arte de alinhar histórias: a série “A + B” de Machado de Assis. In: CHALHOUB, Sidney (org.). *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005. P. 69-88.

CIPRIANO, Maria do Socorro. O adultério feminino e o fantasma da infidelidade (1920 – 1930). In: ABRANTES, Alômia; NETO, Martinho Guedes dos Santos. *Outras Histórias*. Cultura e Poder na Paraíba [1889 – 1930]. João Pessoa: Editora Universitária as UFPB, 2010.

COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Tradução de Cleonice Paes Barreto Mourão, Consuelo Fortes Santiago. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Medica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: edições Graal, 2ª ed. 1983.

_____. *Sem fraude nem favor: Estudos sobre o amor romântico*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

CUNHA, Maria Teresa Santos. *Armadilhas da Sedução: Os romances de M. Delly*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

DARTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. *Histórias íntimas: sexualismo e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Ed. Planeta do Brasil, 2011.

FERNANDES, Telma Dias. História, cotidianidade e literatura. In: *REVISTA de História Saeculum*. João Pessoa: n.27 jul/dez. 2012. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/issue/view/1251/showToc>. Acessado em: 31 de março de 2014.

FONSECA, Claudia. *Pais e filhos na família popular*. In: D'INCÃO, Maria Ângela (org.). *Amor e família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Disponível em: fido.rockymedia.net/anthro/foucault_autor.pdf. Acessado em: 25 de novembro de 2013.

_____. A escrita de Si. In: *Ditos e Escritos: Ética, Sexualidade, Política*. Vol. 5. Organização Manuel Barros da Motta; Tradução Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. 3ªed. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2012.

ESTEVEES, Martha de Abreu. *Meninas Perdidas: Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GAY, Peter. A Experiência burguesa da Rainha Vitoria a Freud: *A educação dos sentidos*. Tradução Per Salter. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. *A Experiência burguesa da Rainha Vitoria a Freud: A paixão terna*. Tradução Per Salter. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *A Experiência burguesa da Rainha Vitoria a Freud: O coração desvelado*. Tradução Sérgio Bath. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

GIDDENS, Anthony. *Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

GOMES, Ângela de Castro. *Essa gente do Rio...* Modernismo e Nacionalismo. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1999.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *História & Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito Civil Brasileiro: Direito da família*. Vol. 6. 8ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

GOULEMONT, Jean Marie. Da leitura como produção de sentidos. In. CHARTIER, Roger (org.). *Práticas da Leitura*. Tradução de Cristiane Nascimento. 5ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011. p. 107-116.

HISTÓRIA DO REVESTIMENTO DE PAPEL E CARTÃO NO BRASIL. Disponível em: <http://www.madeira.ufpr.br/disciplinasklock/polpaepapel/revestimentobr.pdf>. Acessado em: 07 de novembro de 2012.

IHGP, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Ano XC, João Pessoa: julho, 1999, nº31.

JOFFILY, José. *Anayde: Paixão e Morte na Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Record, 1983. 3º Ed.

KOLONTAI, Alexandra. *A nova mulher e a moral sexual*. São Paulo: Ed. Expressão popular, 2008. 4ª reimpressão.

KONDER, Leandro. *Sobre o Amor*. São Paulo: Boitempo, 2007.

LE GOFF, Jacques. “Antigo/Moderno”. In. *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa, IN-CM, 1997 (reed.), vol.1 - *Memória-História*, p.370-392. Disponível em: <http://jmir3.no.sapo.pt/Ebook2/J.Le.Goff.Antigo.Moderno.pdf>. Acessado em: 04 de abril de 2014.

LOBATO, Josefina Pimenta. *Amor, Desejo e Escolha*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

LONDOÑO, Fernando Torres. O Crime do Amor. In. D’INCÃO, Maria Angela (org.). *Amor e família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989.

LUCA, Tania Regina. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In. PINSKY, Carla Bassanizi (Org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lucia. Recônditos do Mundo Feminino. In: Sevcenko, Nicolau. *História da Vida Privada no Brasil: República da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Vol. 3.

MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em Revista: Imprensa e Práticas Culturais em tempos de República*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

MEDEIROS, Hugo Vasconcelos. *Amores de ontem, amores de outrora: emoção e gênero no Recife dos anos 1920 e 1930*. Recife, 2010. 178 p. Dissertação (Pós- Graduação em História) Universidade Federal de Pernambuco. (mestrado) Disponível em: http://www.bdt.d.ufpe.br/bdt/d/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=797 Acessado em: 30 de maio de 2014.

_____. Melindrosas e Almofadinhas: relações de gênero no Recife dos anos 1920. In. *REVISTA Tempo e Argumento*. Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 93 – 120, jul. / dez. 2010. Disponível em: <<http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/1958/1609>>. Acesso em: 28 out 2012.

MELLO, José Octávio de Arruda. *História da Paraíba: Lutas e resistências*. João Pessoa: A União, 2002. 7ª ed.

MEIRA, Luis B. *Sexos: aquilo que os pais não falaram para os filhos*. João Pessoa: Autor Associado, 2002.

MORAES, Eduardo Jardim de. Modernismo revisitado. In. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. vol. 1, nº 2, 1988. p. 220-238. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2165/1304>. Acessado em: 13/01/2014.

MORIN, Edgar. *Amor, poesia, sabedoria*. Tradução Edgard de Assis Carvalho. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

MOUILLAUD, Maurice. Da Forma ao Sentido. In. PORTO, Sergio Dayrell. *O Jornal: Da forma ao sentido*. Brasília: Editora universidade de Brasília, 2002. 2 ed. 29-36.

NERY, Laura. Cenas da vida carioca: o Rio no traço de Raul Pederneiras. In. CHALHOUB, Sidney (org.). *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005. p. 437-460.

PLATÃO (427? – 347? a. C.). *O banquete*. Tradução, apresentação e notas de Edson Bini. São Paulo: EDIPRO, 2012.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, São Paulo, v. 24, n. 1, 2005. p. 77-98. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1.pdf> Acessado em: 30 jul 2013.

PEREIRA, João Batista. Sobre História e Literatura. In. *REVISTA de História Saeculum*. João Pessoa. n. 20, jan/jun. 2009.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

PORTER, Roy. História do corpo. In. BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual paulista, 1992.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar- Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RODRIGUES, Alzira de Cássia da Silva Rodrigues. *Trágicos, Interesseiros e Regrados: Representações do amor na Parahyba dos anos 1920*. 2011. 60 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso-TCC) – Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira.

_____. *Papéis Femininos [Pro]postos pela revista Era Nova: constituindo gêneros*. Disponível em: http://www.xvanpuhpb.com.br/downloads/XVEEH_CADERNO_DE_RESUMOS_COMPLETO.pdf

ROUGEMONT, Denis de. *A história do amor no Ocidente*. Tradução Paulo Brandi e Ethel Brandi Cachapuz. Clássicos de Ouro Ilustrados. 2ª ed. reform. São Paulo: Ediouro, 2003.

SCHPUN, Mônica Raisia. *Beleza em Jogo: Cultura Física e comportamento em São Paulo nos anos 20*. São Paulo: Ed. Boitempo, 1999.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. In REVISTA Educação e Realidade, Porto Alegre, jul/dez. 1990

_____. (Org.) *Sociologia: conceitos – chave*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

SIMONNET, Dominique [et all]. *A Mais Bela História de Amor: Do primeiro casamento na pré-história à Revolução Sexual no século XXI*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2003.

SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho. *Moça Educada, Mulher Civilizada, Esposa Feliz: relações de gênero e História em José de Alencar*. Bauru, SP: Edusc, 2012.

SOIHET, Rachel. *Formas de Violência, relações de gênero e feminismo*. Rio de Janeiro, 2001. NEC - Núcleo de Estudos Contemporâneo.

SZTOMPKA, Piotr. Mudança. IN. SCOTT, Joan. (org.) *Sociologia: conceitos-chave*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

TRIGO, Maria Helena Bueno. Amor e casamento no século XX. In. D'INCÃO, Maria Ângela (org.). *Amor e família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. 4ªed. Brasília: Ed. UNB, 1998.

VIDAL, Diana Gonçalves; CARVALHO, Marília Pinto de. Mulheres e magistério primário: tensões, ambigüidades e deslocamentos. In. VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. (Org.) *Brasil 500 Anos: Tópicos em História da Educação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. P. 205-221.

WANDERLEY, Mayrinne Meira. Corpo e poderes: a relação dialógica entre corpo e moda. In. ARAUJO, Edna Maria Nóbrega [et. all.] (org.) *Historiografia e(m) diversidade: artes e artimanhas do fazer histórico*. João Pessoa: Editora da UFCG/ANPUH –PB, 2010. P. 122-132.

WATTS, Ruth. Alice Cooper: Educadora e professora na Inglaterra no final do século XIX e início do século XX. In. FARIA, Lia; LÔBO, Yolanda. *Vozes femininas do Império e da república: caminhos e identidades*.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In. LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo horizonte: Autêntica, 2001.

WOOLF, Virginia. *Profissões para mulheres e outros artigos feministas*. Tradução de Denise Bottman. Porto Alegre, RS: L&PM, 2012.